

Processos “Marginais” de Formação de Palavras

Todos os direitos desta edição reservados a Pontes Editores Ltda.
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia
sem a autorização escrita da Editora.
Os infratores estão sujeitos às penas da lei.
A Editora não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta publicação.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Gonçalves, Carlos Alexandre (Org.)
Processos “marginais” de formação de palavras / Carlos Alexandre Gonçalves
(Org.)

Campinas, SP : Pontes Editores, 2016

Bibliografia.
ISBN 978-85-7113-709-7

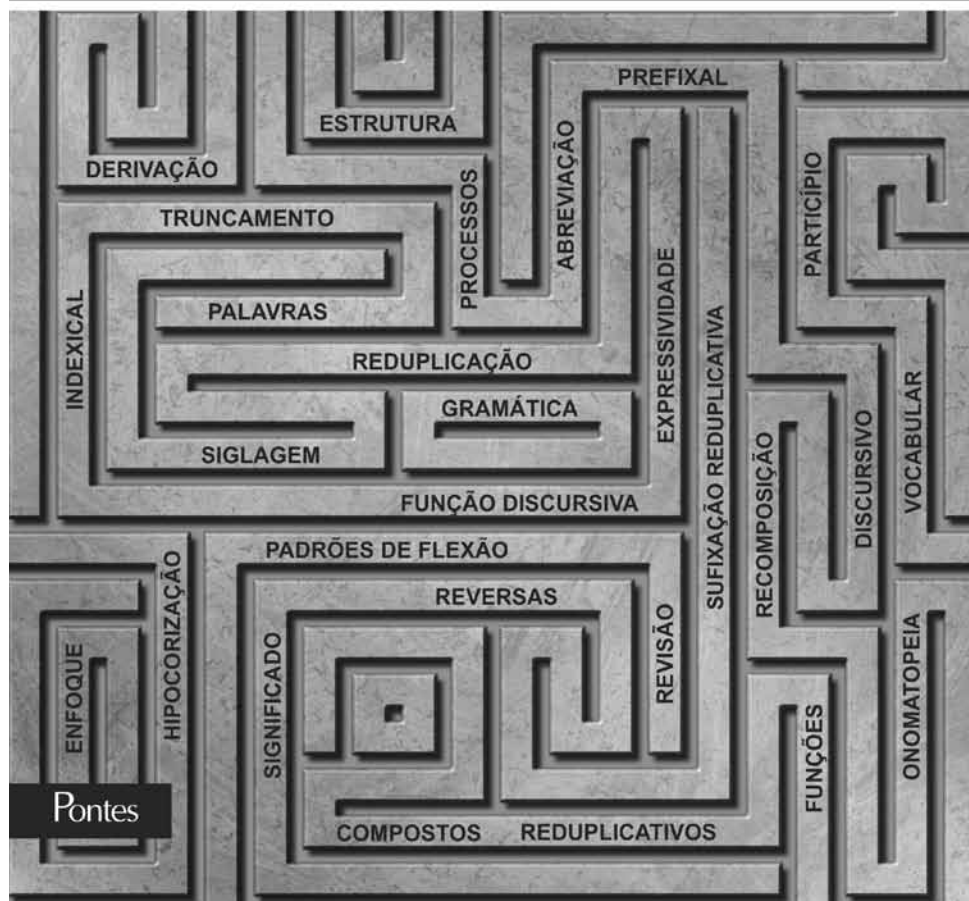
1. Língua portuguesa - formação de palavras 2. Morfologia
3. Línguística - estrutura da palavra I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Língua portuguesa - formação de palavras - 469.5
2. Morfologia - 469.5
3. Línguística - estrutura da palavra - 410

Carlos Alexandre Gonçalves
(Org.)

Processos “Marginais” de Formação de Palavras



Pontes

Copyright © 2016 - Do organizador representante dos colaboradores
Coordenação Editorial: Pontes Editores
Editoração e capa: Eckel Wayne

CONSELHO EDITORIAL:

Angela B. Kleiman

(Unicamp – Campinas)

Clarissa Menezes Jordão

(UFPR – Curitiba)

Edleise Mendes

(UFBA – Salvador)

Eliana Merlin Deganutti de Barros

(UNEP – Universidade Estadual do Norte do Paraná)

Eni Puccinelli Orlandi

(Unicamp – Campinas)

José Carlos Paes de Almeida Filho

(UNB – Brasília)

Maria Luisa Ortiz Alvarez

(UNB – Brasília)

Suzete Silva

(UEL - Londrina)

Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva

(UFMG – Belo Horizonte)

PONTES EDITORES

Rua Francisco Otaviano, 789 - Jd. Chapadão

Campinas - SP - 13070-056

Fone 19 3252.6011

ponteseditores@ponteseditores.com.br

www.ponteseditores.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - Os “marginais” da formação de palavras	9
Carlos Alexandre Gonçalves	
CAPÍTULO 2 - Truncamento	17
Ana Paula Victoriano Belchor	
CAPÍTULO 3 - Cruzamento Vocabular	33
Katia Emmerick Andrade	
CAPÍTULO 4 - Reduplicação.....	57
Carlos Alexandre Victorio Gonçalves	
Luciana de Albuquerque Daltio Viali	
CAPÍTULO 5 - Hipocorização	77
Hayla Thami Lage	
CAPÍTULO 6 - Siglagem	99
Bruno Cavalcanti Lima	
CAPÍTULO 7 - Padrões de flexão (verbal).....	121
Vítor de Moura Vivas	
Referências bibliográficas	135
Sobre os autores.....	143

APRESENTAÇÃO

Os processos de formação analisados neste livro – cruzamento vocabular, truncamento, reduplicação, hipocorização, siglagem e padrões de flexão – são referenciados, tanto na tradição gramatical quanto nos manuais de morfologia do português, por meio de uma ou duas das três acepções que a palavra “marginal” apresenta: periférico (que vive à margem ou no contorno externo de algo); irrelevante (que é de importância secundária ou escassa); e delinquente (que infringe uma conduta, fora-da-lei).

Nesta obra, procuramos mostrar que esses mecanismos nada têm de marginais: são tão importantes quanto os canônicos processos de composição e derivação, pois são altamente produtivos no atual estágio da língua e bastante sistematizáveis. Procuramos, desse modo, refutar a tese de que os processos de formação de palavras ditos “marginais” são idiossincráticos e limitados, fornecendo ao leitor, através de farta exemplificação, um panorama atualizado e recente sobre o tratamento que essas operações vêm recebendo nos estudos morfológicos contemporâneos.

Carlos Alexandre Gonçalves

CAPÍTULO 1:

OS “MARGINAIS” DA FORMAÇÃO DE PALAVRAS

Carlos Alexandre Gonçalves

Nos dicionários de língua portuguesa (p. ex. HOUAISS, 2001), a palavra “marginal” apresenta três significados, todos negativos: pode significar aquele que vive à margem, ou seja, situado no contorno externo de algo: na borda, no limite externo ou na periferia. Também faz referência aquilo que é de importância secundária ou escassa. Por fim, remete a delinquente, isto é, aquele que infringe uma conduta, um fora-da-lei.

Por mais incrível que possa parecer, os processos de formação de palavras analisados neste livro são referenciados, tanto na tradição gramatical quanto nos manuais de morfologia, numa ou em duas das três acepções que “marginal” apresenta, embora, como veremos ao longo da obra, esses mecanismos nada tenham de marginais: são tão importantes quanto os canônicos processos de composição e derivação, altamente produtivos no atual estágio da língua e sistematizáveis (não são foras-da-lei).

Segundo a tradição gramatical, a morfologia do português caracteriza-se, basicamente, pela produção de novos itens lexicais a partir da concatenação de formativos, ou seja, novas palavras surgem com base no acréscimo de afixos, no caso da derivação (prefixal, ‘*pré-sal*’; sufixal, ‘*blogu-eiro*’ e parassintética, *envelhecer*), ou do encadeamento de radicais ou bases, como acontece na composição (‘*italo-brasileiro*’; ‘*beija-flor*’). Tais processos estão no centro das abordagens e os demais, na margem (periferia, devido à menor importância). Tanto é que são descritos em seções com nomes variados: “Processos subsidiários” (ROCHA LIMA, 2002), “Outros processos” (CUNHA, 1985), “Demais

processos” (CUNHA ; CINTRA, 1985), “Tipos especiais” (BECHARA, 2009). Por trás desses rótulos, implicitamente entende-se que o cruzamento vocabular (‘chafé << café + chá = “café fraco com chá”) e a reduplicação (“chororô”, “choro excessivo”), por exemplo, estão à margem da derivação e da composição, ou seja, são periféricos e estão no entorno desses casos mais centrais.

Como a tradição gramatical prioriza os processos ditos aditivos (com acréscimo de marcas formais), julga de importância secundária, por considerar escassos (ou improdutivos), todos os mecanismos que não envolvem acréscimo de elementos morfológicos, como no truncamento (‘português’ > ‘portuga’) e na hipocorização (‘Larissa’ > ‘Lári’). Nesses exemplos, nota-se que não há junção de formativos, mas perda de segmentos a fim de que sejam veiculados usos mais expressivos (pejorativos, afetivos, avaliativos). Como a tradição prioriza o que é convencional e esses processos revelam o uso criativo da linguagem, é natural que relegue a segundo plano casos como esses, de modo algum escassos na variedade brasileira¹.

A ideia de marginal como “fora-da-lei”, por mais incrível que possa parecer, parte de diversos linguistas (morfólogos) que dedicaram alguma atenção aos processos descritos neste livro: truncamento (‘cerva’, ‘refri’), cruzamento vocabular (‘sacolé’, ‘aborrescente’), reduplicação (‘puxa-puxa’, ‘chororô’), hipocorização (‘Xande’, ‘Dani’), siglagem (‘UPA’, ‘UPP’) e padrões de flexão (blusa ‘cheguei’; ‘valeu’).

Em manuais de morfologia do português, não é incomum encontrar referências a esses fenômenos como “limitados” (CARONE, 1989), “anômalos” (KEHDI, 1987), “idiossincráticos” (MONTEIRO, 1987), “imprevisíveis” (ZANOTTO, 1989), “irregulares” (BASILIO, 1987). Por trás desses rótulos, constata-se que a literatura interpreta esses processos como arbitrários e não suscetíveis de formalização, preconceito que pretendemos combater ao longo dos seis capítulos que compõem a obra.

Processos que formam novos vocábulos a partir da perda de segmentos (truncamento e hipocorização) são bastante comuns nas línguas do mundo e se inserem nos casos de morfologia subtrativa

¹ Em Villalva e Gonçalves (no prelo), compara-se a produtividade desses processos no português do Brasil e no de Portugal. Em linhas gerais, os autores observam sua maior incidência na variedade brasileira.

(SPENCER, 1991), um dos mecanismos não concatenativos² que o português apresenta, sobretudo no Brasil. Processos de fusão, fartamente exemplificados em línguas como o inglês (BAUER, 1988), o dinamarquês (ŠTEKAUER, 1998) e o holandês (KEMMER, 2003), são muito usuais no Brasil, a ponto de, praticamente a cada dia, novo cruzamento vocabular ser encontrado na mídia impressa, a exemplo das recentes criações ‘petralha’ (PT + metralha = “a quadrilha do PT”), ‘noitícias’ (noite + notícias = “jornal de notícias da noite”) e ‘proesia’ (prosa + poesia – poesia feita em prosa).

A reduplicação, processo morfológico que envolve a cópia de material fonológico de uma base, aparece em algumas línguas atendendo, inclusive, à flexão (MARANTZ, 1982; KYIOMI, 1995) e de modo algum é “escassa”, “limitada” e “imprevisível” em português. Pelo contrário, está a serviço tanto da nominalização de verbos (‘correr’, “confusão generalizada”) quanto da expressão da intensidade (‘bololô’, “grande aglomeração de pessoas”).

Para Haspelmath (2002), a morfologia é “o estudo da covariação sistemática entre a forma e o significado das palavras” ou o “estudo da combinação de morfemas na produção de palavras”. Entende o morfema como “o menor constituinte significativo que pode ser identificado em uma palavra” (HASPELMATH, 2002, p. 3) e, por isso, excluem-se do escopo da morfologia os processos de formação de palavras ditos não morfêmicos³, como as siglas, os cruzamentos e os encurtamentos (truncamento e hipocorização). Dessa forma, Haspelmath (*op. cit.*) estabelece diferenças entre operações próprias da morfologia (processos de formação de palavras) e operações que podem criar novas palavras (processos de criação de palavras). O autor defende que palavras novas oriundas da criação vocabular não apresentam características que possam ser reconhecidas pelos falantes.

2 De acordo com Gonçalves (2012, p. 182), “os processos chamados de não concatenativos se diferenciam dos aglutinativos pela ausência de encadeamento. Nas operações aglutinativas, como a composição, a prefixação e a sufixação, um formativo se inicia exatamente no ponto em que outro termina, como em ‘bolsa-ditadura’ (‘benefício pago pelo governo para reparar danos impostos a cidadãos brasileiros durante o regime militar’), ‘pré-sal’ (‘porção do subsolo que se encontra sob uma camada de sal situada abaixo do leito do mar’) e ‘psdista’ (‘adepto do PSD’, novo partido político brasileiro). Nos processos não concatenativos, a sucessão linear dos elementos morfológicos pode ser rompida por reduções, fusões, intercalações ou repetições, de modo que uma informação morfológica não necessariamente se inicia no ponto em que outra termina”.

3 Um processo é considerado não morfêmico quando não opera com a noção estrita de morfema: forma recorrente que atualiza sempre o mesmo significado.

Štekauer (1998) destaca que linguistas divergem se questões relativas à formação de palavras devem se restringir à afixação. Alguns deslocam a composição para a sintaxe, o que constitui problema, uma vez que a motivação para a criação de compostos é fundamentalmente semântica (STOCKWELL; MINKOVA, 2001). Outros questionam se os processos não morfêmicos devem ser incluídos na formação de palavras. Para Štekauer (1998), formações não baseadas em morfemas devem ser excluídas das abordagens de formação de palavras.

Fandrych (2008) propõe que processos como o truncamento, o cruzamento vocabular e a siglagem sejam analisados com base em elementos submorfêmicos, uma vez que se trata de fenômenos cuja formação não pode ser descrita por meio da adição ou da supressão de morfemas. A ideia central, segundo a autora, é analisar “o papel de elementos abaixo do nível do morfema na produção desses processos de formação de palavras não morfêmicos que vêm se tornando particularmente produtivos desde a segunda metade do século XX” (FANDRYCH, 2008, p. 105).

Plag (2003) investiga casos de nomes truncados (correspondentes à hipocorização), diminutivos em *-y* e *clippings*. Os *clippings*, nos termos do autor, correspondem às formações aqui denominadas “truncadas”. Tal divergência de nomenclaturas ocorre porque Plag (2003) considera “truncamentos” (*truncated names*) apenas os antropônimos, enquanto as formas encurtadas que têm nomes comuns como base recebem o nome de cruzamentos vocabulares, abreviações e acrônimos em inglês. Segundo o autor, os fenômenos citados são pesquisados em termos sobretudo prosódicos – o que representa, de modo geral, um avanço no estudo dos processos não concatenativos de formação de palavras e permite vislumbrar a aproximação entre a perspectiva adotada neste livro e aquelas que vêm se desenvolvendo na morfologia contemporânea acerca da descrição dos processos tomados para análise.

Os processos aqui analisados, explicitamente chamados de “marginais”, têm sido investigados sob a ótica de abordagens não lineares, como a Morfologia Prosódica (Mc CARTHY, 1986) e a Teoria da Correspondência (Mc CARTHY; PRINCE, 1995), uma extensão da Teoria da Otimalidade aplicada à morfologia (BENUA, 1995), e vêm ganhando destaque na linguística contemporânea, saindo, portanto, da marginalidade em que se encontravam até a década de 1990. Como

outras línguas, o português também faz uso de categorias morfoprosódicas para formar novo vocábulo. De acordo com Gonçalves (2004b), essas operações podem ser divididas em três grandes grupos:

(1) processos de afixação não linear – reduplicação (‘pula-pula’, “brinquedo de criança”, ‘bafafá’, “confusão”);

(2) processos de encurtamento – Truncamento (‘parça’, para ‘parceiro’; ‘profissa’ para ‘profissional’) e hipocorização (‘Beth’, para ‘Elizabeth’; ‘Alê’, para ‘Alexandre’); e

(3) processos de fusão – cruzamento vocabular (‘apertamento’, junção das bases ‘aperto’ e ‘apartamento’; ‘matel’, mistura de ‘mato’ com ‘motel’) e siglagem (‘UPP’, para ‘União de Polícia Pacificadora’; DR, para ‘Discussão de Relação’).

Analizamos cruzamentos (*blends*) e siglas (sobretudo acrônimos) como produtos de processos de fusão porque alguns autores admitem que acrônimos e *blends* são classificados como subtipos de um ou de outro. Stockwell e Minkova (2001) definem acrônimos como um tipo especial de *blends*, pois, para eles, o acrônimo típico toma o primeiro som da forma de cada uma das palavras-base e constrói uma nova palavra com aqueles sons iniciais. Se a palavra gerada for pronunciada como qualquer outra palavra, trata-se de um acrônimo verdadeiro. Muitas vezes, no entanto, para gerar um acrônimo pronunciável, não tomam apenas os sons iniciais, mas, por exemplo, a primeira consoante e a primeira vogal simultaneamente, como ocorre em Sudene, para Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Por esse motivo, Stockwell e Minkova (2001) afirmam que formações desse tipo estão no meio do caminho entre *blends* e acrônimos.

Alguns autores, como Spencer (1991) e Gonçalves (2004b), defendem que a razão para que os processos aqui descritos sejam “mal comportados” reside no fato de não serem analisáveis com base em uma morfologia pura, mas por meio da interação de dois níveis linguísticos – o morfológico e o fonológico / prosódico. Por isso, a visão de que as palavras devem ser divididas em partes mínimas significativas é esvaziada, o que explicita a necessidade de acessar constituintes fonológicos para que sejam analisados os produtos.

Pode-se afirmar, assim, que operações morfológicas, muitas vezes, “ultrapassam os terrenos da própria morfologia e acessam conteúdos fonológicos, acarretando o que chamamos de estudos de interface ou, mais especificamente, interface morfologia-fonologia” (LIMA; THAMI DA SILVA, 2011, p. 77).

Como Booij (2005), entendemos que há outros modos de criação de unidades lexicais, não sendo o sistema morfológico de uma língua sua única fonte de palavras complexas. Há processos ditos canônicos (derivação e composição) e processos considerados de criação vocabular que identificam as diversas formas que a língua apresenta para criar palavras. Nossa ênfase é nesses últimos. Pretendemos mostrar que, de modo algum, são considerados “foras-da-lei”, sendo, na verdade, altamente estruturados, com padrões de formação bem definidos. Além disso, não são de relevância secundária, uma vez que, nos últimos anos, vêm ganhando importância cada vez maior, sendo empregados com frequência tanto para criar novas palavras quanto para expressar carga emocional variada, tendo, portanto, o que Basilio (1987) chama de função expressiva de avaliação.

De acordo com Gonçalves (2004a), são basicamente cinco as diferenças ente os processos (a) de afixação não linear (reduplicação), (b) de encurtamento (truncamento e hipocorização) e (c) de fusão (cruzamento e siglagem):

(1) os dois primeiros grupos têm como *input* uma única base; os do terceiro, ao contrário, requerem pelo menos duas bases;

(2) as operações dos grupos (a) e (b) podem ser consideradas derivacionais, no sentido tradicional do termo, ao passo que as do grupo (c) devem ser interpretadas como casos de composição, se precisarmos enquadrá-los em algum grupo, a fim de que saiam das listas à parte.

(3) os processos do grupo (a) levam o material copiado a se adjungir à forma de base, o que não acontece com os demais;

(4) os mecanismos do grupo (b) não formam palavras novas, haja vista que o item derivado – que pode ser considerado sinônimo do derivante – é marcado pela função atitudinal (GONÇALVES, 2011a);

(5) os do grupo (c) apresentam função denominadora, uma vez que o produto é geralmente uma nova palavra na língua.

No decorrer do texto, procuramos refutar a tese de que esses processos “marginais” de formação de palavras são idiossincráticos (MONTEIRO, 1987). A regularidade de tais operações provém da integração de primitivos morfológicos com primitivos prosódicos e, por isso, uma abordagem mais compreensiva de tais fenômenos requer enfoque a partir da interface morfologia-fonologia.

CAPÍTULO 2

TRUNCAMENTO

Ana Paula Victoriano Belchor

O truncamento é um processo de formação de palavras considerado não concatenativo, por não envolver a concatenação nem a disjunção entre bases e afixos. Em termos estruturais, o processo consiste no encurtamento de uma base, de modo que a palavra encurtada passe a configurar uma unidade lexical autônoma. Nesse processo, merece destaque o fato de a parte encurtada, que pode ser considerada presa (porção não morfêmica, radical, prefixo), adquirir *status* de forma livre, uma vez que passa a ser empregada no discurso, em lugar da forma plena. Vejamos alguns exemplos, extraídos de Belchor (2014)¹:

(01)

Refrí (refrigerante)	Belê (beleza)	Razú (razoável)
Depí (depilação)	Ex (ex-marido)	Pré (pré-escolar)
Fôno (fonoaudiólogo)	Príma (primeira)	Hétero (heterossexual)
Estéto (estetoscópio)	Flágra (flagrante)	Profíssa (profissional)
Madrúga (madrugada)	Aspíra (aspirante)	responsa (responsabilidade)

Em termos estruturais, os dados em (01) nos revelam algumas características gerais do truncamento. A primeira delas consiste no fato de as formas truncadas serem constituídas da margem esquerda de suas referidas bases, ou seja, o encurtamento se processa da borda esquerda para a direita, apagando-se os segmentos presentes mais à direita da palavra plena. A segunda característica diz respeito à identidade em relação à base, pois a porção mantida no truncamento

1 Neste capítulo, os truncamentos citados como exemplos contêm acentos gráficos utilizados como estratégia para indicação da sílaba tônica e, por vezes, da abertura da vogal média. Assim, não há, nos exemplos, compromisso estrito com as regras acentuais vigentes em português.

contém todos os segmentos que compõem a margem esquerda da matriz, não se observando perdas segmentais internas.

Também é importante frisar que são considerados truncamentos os encurtamentos utilizados pelos falantes como formas livres. Sendo assim, não são truncamentos partes de vocábulos que não atuam no discurso como formas livres, tais como *qua (‘quadrilha’), *nino (‘menino’) ou *tê (‘teclado’). Além disso, ao analisar as formas truncadas, constatamos que apresentam o mínimo de uma sílaba (‘pré’; ‘pós’) e o máximo de três sílabas (‘odônto’; ‘análfá’; ‘vagába’)² – o que pode ser justificado pelo fato de se tratar de um processo de encurtamento, que seria contrariado, em parte, caso as novas formas fossem polissilábicas.

Nos dados em (01), observa-se que o referente é mantido na forma truncada, ou seja, há, em todos os exemplos, manutenção do ser/objeto a que a base se refere. O que se pode notar, quanto ao aspecto semântico, é um acréscimo de informações relacionadas ao papel das funções discursiva (BASILIO, 1987) e indexical (GONÇALVES, 2003), que serão abordadas adiante.

Embora se trate de um processo bastante produtivo no português brasileiro, sobretudo entre os falantes jovens, o truncamento ainda é descrito de maneira breve e/ou insatisfatória nas gramáticas tradicionais e mesmo em manuais de morfologia. Na próxima seção, retomaremos algumas das descrições encontradas na tradição gramatical e na literatura morfológica, com o objetivo de mostrar que as formas truncadas do português brasileiro ainda carecem de descrição formal, uma vez que são tratadas como formas que resultam de encurtamentos aleatórios e que, portanto, não seriam passíveis de sistematização.

REVISÃO DA LITERATURA

Rocha Lima (2002) afirma que os processos de formação de palavras prototípicos em português são a composição e a derivação, os quais o autor divide em subtipos e descreve formalmente. Na seção intitulada “outros tipos de formação de palavras”, contudo, lista cinco

2 As exceções ficam por conta de ‘otorrino’ e ‘oftalmo’, este último levando-se em conta a epêntese do [I] na quebra do grupo consonântico impróprio.

fenômenos que denomina “subsidiários” e reconhece como processos de formação de palavras, embora não os descreva: **onomatopeia** (reprodução de ruídos, tal como em ‘tique-taque’), **siglagem** (redução às letras iniciais de nomes longos como ‘Organização dos Estados Americanos’, ‘OEA’, por exemplo), **hipocorização** (encurtamento de antropônimos, assim como em ‘Fernanda’ > ‘Nanda’, como será visto no Capítulo 5), **braquissemia** (próclise de prenome a nome de família, tal como se observa em ‘Fernão’ < ‘Fernando’) e, por fim, **abreviação**, que não é definida pelo autor, somente exemplificada por ‘auto’ (‘automóvel’) e ‘foto’ (‘fotografia’), entre outras formas.

São nítidos o caráter “marginal” e a falta de sistematização atribuídos por Rocha Lima (2002) aos processos por ele denominados “subsidiários”, que são apenas listados, e não descritos formalmente. Em relação ao truncamento, particularmente, o autor o denomina “abreviação” e cita como exemplos dados como ‘auto’ e ‘foto’, já bastante cristalizados, excluindo formas novas na língua.

Bechara (2009) também atribui o nome de abreviação ao fenômeno de truncamento, definido como “o emprego de uma parte da palavra pelo todo” e, da mesma forma que Rocha Lima (2002), cita como exemplos as formas ‘extra’ (‘extraordinário’) e ‘foto’ (‘fotografia’). Porém, o autor mistura critérios ao considerar a siglagem “um caso especial de abreviação” (*op. cit.*, p. 371), uma vez que não há critério formal capaz de proporcionar uma análise comum à formação de ‘extra’ e ‘ONU’, por exemplo, visto que a primeira copia, na íntegra, o morfema situado na margem esquerda palavra-matriz (o prefixo latino ‘extra’), enquanto a segunda constitui-se do primeiro segmento de cada palavra que compõe o nome da instituição a que se refere: **O**rganização das **N**ações **U**nidas, conforme detalhado no Capítulo 6.

Cunha e Cintra (1985), por sua vez, embora também atribuam ao truncamento o nome de abreviação e a definam como “a redução de frases e palavras até limites que não prejudiquem a compreensão” (*op. cit.*, p. 116), não incluem a siglagem no mesmo processo. Como exemplos de abreviação, os autores apontam formas tais como ‘pneu’ (‘pneumático’) e ‘quilo’ (‘quilograma’), a partir das quais afirmam que a palavra encurtada assume o sentido da palavra-matriz.

Com base nos autores citados, nota-se que o truncamento é comumente denominado “abreviação” na tradição gramatical e carece de descrição formal, pois é definido como um processo de encurtamento em que a parte assume o significado da forma plena (BECHARA (2009); CUNHA; CINTRA (1985)), sem que a estrutura dos exemplos seja explorada. Além disso, é bastante relevante o fato de os autores ligados à tradição gramatical citarem apenas exemplos cristalizados (‘foto’; ‘quilo’; ‘pneu’), deixando as formações mais recentes à parte da descrição.

Quanto à perspectiva de morfólogos do português, Basilio (1987), por exemplo, denomina “redução” ou “abreviação” a formação de novas palavras por meio da supressão de segmentos da palavra-matriz. Para exemplificar o processo, a autora menciona dois tipos de estruturas: (a) ‘delega’ (‘delegado’), em que a parte suprimida é considerada imprevisível e assistemática, e (b) ‘vídeo’ (‘videocassete’), na qual uma das partes da composição é empregada pelo todo. É importante frisar que Basilio (1987), apesar de atribuir ao processo o nome de abreviação, tal como os autores mais representativos da tradição gramatical, não se detém apenas em exemplos de formas já cristalizadas na língua, como ‘vídeo’, uma vez que apresenta também a forma ‘delega’.

Em Kehdi (1987), o truncamento, sob o nome de abreviação, é definido como a redução de um vocábulo sem que ocorra mudança de classe, tal como se observa em ‘extraordinário’ (adjetivo) > ‘extra’ (adjetivo) e ‘fotografia’ (substantivo) > ‘foto’ (substantivo). Segundo o autor, o processo não é regido por critérios homogêneos, pois, no caso de ‘extra’, reduz-se a base ao prefixo, enquanto, no caso de ‘foto’, é mantido o primeiro radical da palavra-matriz composta. Sob o ponto de vista de Belchor (2014), no entanto, há regularidade nas formações exemplificadas pelo autor, pois ‘extra’ e ‘foto’ são ambos compostos pelo morfema situado na margem esquerda da referida base, que pode ser um radical ou um prefixo, o que unifica esses dois tipos morfológicos.

Sandmann (1990) é o autor que mais se detém na descrição do truncamento e lista o maior número de exemplos. O autor denomina abreviação o fenômeno que consiste na omissão de parte da palavra-matriz e, quanto à tipologia, propõe dois tipos de abreviações: (a)

tipo cerva e (b) *tipo* máxi. O primeiro grupo, de acordo com o autor, é marcado pelo fato de o falante, às vezes, realizar a abreviação com base na suposta estrutura morfológica de uma palavra complexa. Como exemplo, o autor cita a palavra-matriz ‘cerveja’, que, sincronicamente, não apresenta mais de um morfema – daí o fato de serem consideradas arbitrárias as abreviações tipo ‘cerva’, uma vez que o corte efetuado na base não corresponde ao limite entre constituintes de uma palavra morfológicamente complexa.

Entre as abreviações tipo ‘máxi’, afirma Sandmann (1990), a estrutura da palavra morfológicamente complexa é sempre levada em consideração no encurtamento, bem como se observa em ‘auto’ (‘automóvel’), ‘foto’ (‘fotografia’) e ‘micro’ (‘microcomputador’). No grupo ora exemplificado, a forma encurtada preserva um constituinte morfológico (radical ou afixo) pertencente à base, ao contrário do que ocorre no grupo ‘cerva’, em que o encurtamento é constituído por uma sequência interpretada pelo falante como um radical, embora não o seja, de acordo com uma perspectiva sincrônica.

Monteiro (1987) não atribui o nome de abreviação ao truncamento, que denomina “braquissemia” – processo definido como o emprego de parte de uma palavra pelo todo, em que o produto passa a valer semanticamente pelo vocábulo inteiro, tal como se observa nos exemplos a seguir, listados pelo autor: ‘tri’ (‘tricampeonato’), ‘expô’ (‘exposição’) e ‘vice’ (‘vice-presidente’). Ainda segundo Monteiro (1987), o truncamento (sob o nome de braquissemia), assemelha-se à siglagem, que denomina “acrossemia” e define como o processo “que consiste na combinação de sílabas ou fonemas extraídos dos elementos de um nome composto ou de uma expressão”(op. cit., p. 175). Como veremos no Capítulo 6, a siglagem é um processo totalmente diferente, tanto do ponto de vista formal como funcional.

Observe-se que, tal como Bechara (2009), Monteiro (1987) aponta semelhança entre a braquissemia (nos termos do autor) e a siglagem – o que não se constata a partir da análise de formas truncadas, que são marcadas pela preservação da margem esquerda da palavra-matriz, enquanto a siglagem é um fenômeno em que há cópia apenas do(s) primeiro(s) segmento(s) de um sintagma nominal (‘Unidade de Pronto Atendimento’>‘UPA’).

Observe-se, com base nos autores pesquisados, que, mesmo entre os morfólogos do português, não há consenso em relação à descrição do truncamento (denominado abreviação ou braquisssemia), que é considerado um processo assistemático e descrito em termos de listas de exemplos que não consistem em tentativas de formalização. No entanto, deve-se reconhecer que Basilio (1987), Sandmann (1990) e Monteiro (1987) não apresentam como exemplos apenas formas cristalizadas como ‘pneu’ e ‘auto’; ao contrário, os referidos autores listam dados como ‘delega’, ‘cérvã’ e ‘expô’, que podem ser consideradas formações mais recentes e bastante usadas pelos falantes do português brasileiro atual.

Como vimos, o truncamento não é um processo de formação de palavras descrito de maneira satisfatória na tradição gramatical e, nem mesmo, por importantes morfólogos do português, que, embora forneçam alguns exemplos frequentemente utilizados na linguagem corrente, sobretudo pelos jovens, não identificam regularidades no processo e, portanto, não empreendem análises estruturais das formas citadas como exemplos.

Adiante, veremos que o truncamento também pode ser analisado sob perspectivas que incorporam fatores fonológicos à análise, com o objetivo de descrevê-lo de maneira regular. Para tanto, retomaremos descrições do processo que podem ser encontradas em Gonçalves (2004) e Belchor (2009, 2014).

Quanto à categorização do truncamento entre os processos de formação de palavras, vale ressaltar que o fenômeno ora descrito difere do processo denominado derivação regressiva, bem como da chamada “abreviação”, apesar de, nos três processos aqui referidos, haver a formação de uma nova unidade com base na perda de segmentos do item derivante. A seguir, faremos a distinção formal entre truncamento, derivação regressiva e abreviação³.

3 O processo de hipocorização, descrito no Capítulo 5, também apresenta coincidência com o truncamento, no sentido de ser marcado pelo encurtamento de uma palavra-matriz, que, no caso, deve ser um antropônimo. Entretanto, há propriedades da hipocorização que a tornam um processo distinto do truncamento. Optamos por não retomar, aqui, as características da hipocorização, uma vez que esse processo foi descrito detalhadamente no capítulo a ele dedicado.

TRUNCAMENTO E DERIVAÇÃO REGRESSIVA

Embora haja uma aproximação entre os processos de truncamento e derivação regressiva, pelo fato de ambos envolverem a redução do corpo fônico de uma forma de base, há diferenças que nos permitem considerá-los processos de formação de palavras distintos.

Dá-se o nome de derivação regressiva ao processo que permite a formação de nomes por meio de uma sequência da palavra-matriz que é interpretada como afixo e retirada, com o intuito de formar uma nova palavra (BASILIO, 1987). Em termos formais, a nova palavra é constituída pela porção remanescente da base, acrescida de uma vogal temática nominal.

Entre os nomes, a produtividade da derivação regressiva é baixa em português e, por essa razão, são poucos os exemplos encontrados para ilustrar o fenômeno. Basilio (1987) nos dá o exemplo da palavra-matriz ‘sarampão’, que serviu de base para a formação de ‘sarampo’, devido à interpretação da sequência *-ão*, presente na base como um suposto afixo indicativo de grau. Sendo assim, a doença chamada ‘sarampão’ passou a ser referida pelo nome ‘sarampo’, constituído pelo suposto radical *saramp-* e pela vogal temática *-o*. No entanto, é interessante comentar que a base e a nova palavra passaram a coexistir na língua, surgindo entre elas uma distinção semântica, nos seguintes termos: ‘sarampo’ passou a se referir à manifestação mais comum da doença, e ‘sarampão’ passou a designar uma forma mais aguda da mesma, em que se percebe a interpretação do suposto afixo de grau.

Nos casos de truncamento, não se pode dizer que o falante interpreta a sequência apagada como afixo porque não há, em grande parte dos dados, coincidência fônica entre a porção apagada e um afixo da língua. Dessa forma, a análise estrutural do truncamento envolve, por vezes, a atuação de um componente morfofonológico, que permite o apagamento de sequências diversificadas e, ao mesmo tempo, proporcione um formato altamente regular aos truncamentos.

Há três grupos estruturais em que se alocam os dados de truncamento, de acordo com a estrutura formal, conforme veremos adiante, na seção destinada à forma dos truncamentos. No entanto, ao contrário do que se verifica na derivação regressiva, em que a

parte apagada apresenta um caráter fixo (interpretação como afixo), a regularidade existente no truncamento se manifesta na parte que compõe a forma truncada, ou seja, no produto do encurtamento.

A afixação da vogal *-a* também poderia ser considerada uma marca de aproximação entre derivação regressiva e truncamento. Porém, deve-se ressaltar que a primeira exige a afixação de uma vogal temática nominal para substituir o suposto afixo, enquanto, no truncamento, a afixação da vogal *-a* é observada apenas em um dos grupos de afinidade estrutural (cf. seção **A estrutura das formas truncadas**). Dessa maneira, a afixação não é uma característica sistemática do processo de truncamento.

Como última observação, vale destacar que a derivação regressiva é bastante produtiva no português brasileiro quando se trata de formações deverbais, ou seja, aquelas em que se têm nomes formados a partir de verbos (lutar/luta; jogar/jogo; empatar/empate). Contudo, uma vez que o truncamento é um fenômeno tipicamente nominal, não consideramos relevante fazer a oposição entre propriedades das formas truncadas e das formações regressivas deverbais.

A seguir, faremos a distinção entre truncamento e abreviação, pois, embora autores como Basilio (1987), Carone (1989) e Sandmann (1990) considerem encurtamentos de estruturas diversas como abreviações, o truncamento apresenta características diferentes daquelas verificadas no que se entende comumente por abreviação.

TRUNCAMENTO E ABREVIÇÃO

O truncamento, como já vimos, é um fenômeno que tem como prioridade a preservação da margem esquerda da base, que se mantém em todos os dados. Em contrapartida, entendemos por abreviação o processo que tem como produto formas que não apresentam, necessariamente, correspondência com a margem esquerda da palavra-matriz, tal como se observa nos exemplos ‘Exmo’ (‘Excelentíssimo’), ‘pça’ (‘praça’), ‘bco’ (‘banco’) e ‘lj’ (‘loja’). Sendo assim, pode-se dizer que, enquanto as formas resultantes de truncamento preservam integralmente a margem esquerda da base, a abreviação pode ser responsável pelo apagamento de segmentos que compõem a borda esquerda da palavra-matriz, inclusive a primeira sílaba.

Em decorrência da perda de segmentos iniciais da palavra-matriz, a abreviação leva, frequentemente, a formas que não podem ser pronunciadas porque correspondem a sequências silábicas não aceitáveis em português, tais como ‘fl’ (‘folha’), ‘sta’ (‘santa’) e ‘sr’ (‘senhor’). Por isso, trata-se de um processo relacionado à escrita, uma vez que, nem sempre, as formas abreviadas têm estrutura correspondente a sílabas típicas da língua.

Em relação ao truncamento, já vimos que se trata de um fenômeno que tem como produtos formas lexicais autônomas, que são utilizadas pelos falantes na oralidade (‘refri’; ‘motô’; ‘oftálmô’; ‘portúga’). Sendo assim, no processo de truncamento, não há espaço para produtos que não se ajustem aos padrões silábicos da língua – o que tornaria inviável o uso de tais formas no discurso.

Com base no exposto, podemos afirmar que consideramos truncamentos e abreviações formas resultantes de processos de formação diferentes, pois fatores como a preservação (ou não) da margem esquerda da base, a correspondência (ou não) a uma estrutura silábica aceitável em português e o uso (ou não) das novas formas no discurso permitem que sejam constatadas diferenças fundamentais entre os dois processos, ainda que ambos se caracterizem pela perda de segmentos da base.

Na próxima seção, apresentaremos as características estruturais das formas truncadas no português brasileiro.

A ESTRUTURA DAS FORMAS TRUNCADAS

Como se pode observar nos dados fornecidos em (01), há diferentes estruturas entre as formas resultantes do processo de truncamento – o que nos leva a uma distribuição em três grupos de afinidade estrutural, a seguir apresentados, apontados pioneiramente por Vazquez e Gonçalves (2005), revistos em Gonçalves (2011) e descritos com mais detalhes por Belchor (2014).

Há truncamentos que apresentam um formato regular coincidente não com um componente morfológico, mas com uma categoria fonológica denominada pé⁴. No caso, os truncamentos são consti-

4 O pé consiste em um componente fonológico formado por duas unidades de peso silábico, ou seja, corresponde a uma sequência de duas sílabas leves (ca.sa), em que cada vogal contribui com uma unidade de peso, ou a uma única sílaba pesada (por) em que a vogal e a consoante na posição de travamento silábico contribuem, cada qual, com uma unidade de peso.

tuídos por duas sílabas leves – as primeiras da palavra-matriz – e a acentuação das formas truncadas, como se pode observar com base nos dados a seguir, é sempre oxítona:

(02)

Belê (beleza)	deprê (deprimido, depressão)
Prejú (prejuízo)	Pará (Paraíba)
Razú (razoável)	Proví (morro da Providência)
Depí (depilação)	Belô (Belo Horizonte)
Quití (quitinete)	Visú (visual)

Em relação à base, o truncamento ‘razú’ nos evidencia que a porção da palavra-matriz aproveitada no encurtamento é um constituinte fonético, e não morfológico, uma vez que, na forma truncada, a vogal média alta [o], presente na estrutura morfológica base, é pronunciada como [u], mantendo-se o alteamento observado na fala. Sendo assim, podemos afirmar que, ao efetuar truncamentos, o falante é guiado pela estrutura fonética da base, que tem seus traços mantidos na forma truncada.

Um segundo tipo de truncamentos tem como principal característica a manutenção de um único morfema da língua na forma truncada – no caso, o morfema posicionado na margem esquerda da palavra-matriz. Neste grupo, as formas truncadas podem ser monossílabas tônicas ou paroxítonas:

(03)

Últra (ultrassonografia)	Pós (pós-graduação)
Gástro (gastroenterologista)	Lípo (lipoaspiração)
Pré (pré-vestibular)	Rétro (retroprojektor)
Mícro (microcomputador)	Trí (tricampeão)
Fôno (fonoaudiologia)	Hemáto (hematologista)

Com base nos dados em (03), pode-se notar que a preservação integral de um constituinte morfológico é fundamental no grupo acima descrito – o que justifica a ocorrência de formas truncadas com estruturas silábicas diversificadas (‘pós’; ‘lípo’; ‘hemáto’), que variam de uma a três sílabas. A acentuação, no entanto, tende a ser paroxítona nos truncamentos que apresentam mais de uma sílaba, evidenciando-se, nesse quesito fonológico, uma regularidade entre as formas truncadas incluídas no grupo.

Como última observação, é importante diferenciar as formas truncadas pertencentes ao grupo representado em (03) daquelas que se identificam com o grupo exemplificado pelas formas listadas em (02), visto que, neste último grupo, a necessidade de ajustar a base a uma forma truncada dissilábica pode fazer com que constituintes morfológicos sejam desfeitos. No grupo ilustrado em (03), ao contrário, a exigência mais evidente é a preservação de um constituinte morfológico da língua (afixo ou radical), ainda que as formas truncadas resultantes apresentem números de sílabas diversificados.

O terceiro grupo é o mais produtivo entre os três identificados pela autora e foi analisado, pela primeira vez, ao que se sabe, por Santos (2002) e revisto em Gonçalves (2004a). Nesse grupo, os truncamentos tendem a manter o radical da base e recebem a afixação da vogal *-a*, que é a marca privativa do grupo em questão, visto que, nos grupos apresentados anteriormente, não há afixação de segmento algum, mas apenas o encurtamento da base, que constitui, efetivamente, a forma truncada. Quanto à tonicidade, a acentuação típica do grupo ora descrito é paroxítona, como se pode observar nos dados em (04):

(04)

parça (parceir)	Nêura (neurose)
Sárja (sargento)	Príma (primeira)
Flágra (flagrante)	Respônsa (responsabilidade)
Madrúga (madrugada)	Estrânja (estrangeiro)
Cúnha (cunhada)	Portúga (português)

Em relação ao grupo citado em (04), observa-se que há uma tendência à preservação do radical da base – o que não consiste, entretanto, uma obrigatoriedade, pelas razões a seguir expostas.

No dado ‘vagába’ (‘vagabunda’), por exemplo, o radical da base (*vagabund-*) não é integralmente preservado porque, se o fosse, a afixação da vogal *-a* depois do encurtamento levaria a uma forma idêntica à base: *vagabund-* + *-a*. Por essa razão, o encurtamento necessita se processar de forma que sejam apagados segmentos do radical: a consoante final /d/ e os segmentos que compõem sílaba com a consoante /b/, para que a vogal *-a* seja afixada a esta última consoante, resultando, assim, em uma forma estruturalmente distinta da base: *vagabunda* > *va-gába*. A mesma descrição pode ser feita para a forma truncada

‘cérva’ (‘cerveja’), cujo radical (*cervej-*), acrescido da vogal de truncamento *-a*, resultaria em uma forma segmentalmente idêntica à base – daí o apagamento dos segmentos finais do radical (/ʒ/, /e/), para que a vogal *-a* seja afixada à consoante /v/, e o truncamento não coincida com a palavra-matriz: *cervej-* > ‘cérva’. Quanto à estrutura fonológica da forma ‘cérva’, a vogal média baixa /ɛ/ corresponde à vogal média alta /e/ presente na base, devido à acentuação, que tende a promover a abertura das vogais médias.

Também há casos em que a afixação da vogal *-a*, logo após o encurtamento, leva a uma forma truncada que pode apresentar o mesmo número de sílabas de sua palavra-matriz, contrariando, assim, a principal marca do truncamento – o fato de ser um processo de encurtamento. As bases compostas ‘São Paulo’ e ‘São Gonçalo’, por exemplo, têm como truncamentos ‘Sampa’ e ‘São Gônça’, respectivamente – formas que preservam o primeiro termo do nome composto (/sã^w/), mas não mantêm integralmente o radical do segundo termo (*paul-*; *gonçal-*), cuja presença se faz necessária porque ‘são’ seria um truncamento de caráter altamente genérico.

Nesses casos, a afixação da vogal *-a* não tornaria o truncamento idêntico à base em segmentos, uma vez que a última vogal de ambas as bases (‘Paulo’ e ‘Gonçalo’) é *-o*, mas faria com que houvesse coincidência no número de sílabas, não resultando o truncamento em uma forma encurtada. Por essa razão, o encurtamento precisa se processar no interior do radical, até as consoantes que possam receber o afixo *-a* e dar origem a formas que não coincidam com as bases em tipos segmentais nem em número de sílabas. Assim, em ‘Paulo’ e ‘Gonçalo’, os encurtamentos se processam da seguinte forma:

(05)

Paulo > *Paul- > P + -a > Pa > Sampa

Gonçalo > *Gonçal- > Gonç- + -a > Gonça > São Gônça

Em relação ao grupo ora descrito, portanto, os dados revelam que há uma tendência à manutenção do radical da base na forma truncada, que, contudo, pode ser contrariada para que os truncamentos resultantes sejam formas não coincidentes com a palavra-matriz em tipos de segmentos ou em número de sílabas. Logo, são duas as marcas

típicas dos truncamentos que compõem o grupo: além da afixação da vogal *-a*, os radicais necessitam, por vezes, perder segmentos para que a referida vogal seja afixada a uma sequência que não dará origem a uma forma truncada idêntica à base.

Na próxima seção, abordaremos algumas características semânticas das formas truncadas, levando em conta o uso de tais formas e o perfil do falante.

FUNÇÕES DISCURSIVA E INDEXICAL

Segundo Basilio (1987), entre as funções discursivas dos processos de formação de palavras que apresentam relação com aspectos mais globais do enunciado, está a função de *sinalização* ou *adequação ao tipo de discurso*. Ao abordar o processo de nominalização, mais especificamente, a autora afirma que as formas nominais são típicas do discurso técnico e científico, enquanto as formas verbais marcam o discurso narrativo. De acordo com a autora, tais características se devem ao fato de o discurso técnico e científico ser marcado pela objetividade e pela formalidade, enquanto o discurso narrativo tem como foco a evolução de ações no decorrer do tempo – daí o predomínio de formas nominais no primeiro tipo de discurso e de formas verbais no segundo.

Em consonância com a proposta de Basilio (1987), podemos afirmar que, se há formas linguísticas típicas do discurso técnico e científico, marcado pela formalidade, também há formas responsáveis por sinalizar a informalidade em situações cotidianas e familiares. Sendo assim, o truncamento pode ser considerado um processo de formação de palavras de que o falante geralmente lança mão em situações informais e cotidianas, que podem ser exemplificadas pelos dados a seguir, em (06):

(06)

- “Espera aí, *motô*, eu vou descer!” (motorista)
- “Só vou encontrar o anel que quero numa loja de *bijú*.” (bijuteria)
- “Meu irmão sempre foi *parça*.” (parceiro)
- “Conheço um pedreiro *profissa*.” (profissional)

Como se pode observar, há, em grande parte das formas truncadas, um compromisso com as situações comunicativas menos formais, em que o falante tem liberdade para se utilizar de formações consideradas típicas do discurso informal. Nesse quesito, os truncamentos que compõem o grupo ilustrado pelos dados em (03) constituem exceção, pois seu uso não parece restrito a situações de informalidade. Lembremos que, nos meios técnico e profissional, truncamentos como ‘pós’ e ‘lípó’, por exemplo, têm uso corrente nos meios acadêmico e médico, respectivamente.

Além da função discursiva, abordada acima, o uso de formas truncadas apresenta relação também com a chamada função *indexical*, proposta por Gonçalves (2003b), autor segundo o qual o uso de determinadas formas linguísticas pode veicular informações a respeito do grupo social a que pertence o falante. No caso das formas resultantes do processo de truncamento, nosso foco neste capítulo, pode-se dizer que seu uso é mais frequente entre os falantes mais jovens, que tendem a utilizar formas inovadoras na língua. Sendo assim, não é apenas a situação interativa menos formal que abre espaço para a escolha de formas truncadas, mas também o perfil do falante, levando-se em conta que, geralmente, são os mais jovens que costumam optar pelo uso de truncamentos em lugar da palavra-matriz.

Uma última observação relacionada à função *indexical* merece destaque, assim como foi feito para a função discursiva, no que concerne aos dados alocados no grupo representado em (03), compostos por um único morfema da palavra-matriz (aquele situado na borda esquerda): ‘odônto’, ‘últra’, ‘oftálmo’. Em relação aos dados do referido grupo, pode-se dizer que não há evidência quanto ao fato de seu uso estar relacionado à fala dos jovens; ao contrário, é possível afirmar que a utilização dessas formas truncadas está distribuída por grupos de falantes de diversas faixas etárias. Uma possível justificativa para a ocorrência mais ampla dos truncamentos do grupo aqui retomado é o fato de, nesse grupo, as bases corresponderem a termos relacionados à ciência e a áreas de estudo ou especialidade, sobretudo médica. Assim, o uso desses truncamentos reflete a objetividade típica dos meios científico e médico, não havendo, portanto, compromisso necessário com questões relacionadas a estilo ou inclusão em um grupo social determinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, buscamos descrever o processo de truncamento no português brasileiro. Para tanto, partimos das descrições encontradas em gramáticas tradicionais e manuais de morfologia, que se mostram muitas vezes insuficientes, porque se baseiam em critérios que não permitem a identificação de regularidade no processo.

Vimos que abordagens mais recentes, como as de Gonçalves (2011) e Belchor (2014), que incorporam fatores fonológicos à análise, permitem uma descrição mais eficiente das formas truncadas, uma vez que o emprego de critérios morfofonológicos possibilita a distribuição dos dados em grupos de afinidade estrutural, com base na identificação de um formato comum a todos os truncamentos de cada grupo: estrutura dissilábica, composta pelas duas primeiras sílabas da base, e oxítone (‘visú’; ‘expô’); estrutura composta pelo primeiro morfema presente na palavra-matriz e de acentuação paroxítone (‘elétro’; ‘hemáto’); ou estrutura que tende a preservar o radical da base e recebe a afixação da vogal *-a* (‘flágra’; ‘jápa’).

Quanto aos aspectos semântico-pragmáticos, vimos que o uso das formas truncadas depende de aspectos ligados ao tipo discurso (no caso, informal ou coloquial) e ao perfil do falante (no caso, os mais jovens). Dessa forma, acreditamos que se tem um panorama, ainda que breve, do processo de truncamento no português do Brasil – processo esse tão relegado a propostas secundárias e pouco abrangentes na tradição gramatical e nos principais manuais de morfologia, embora utilizado com frequência bastante elevada na língua.

CAPÍTULO 3

CRUZAMENTO VOCABULAR

Katia Emmerick Andrade

Neste capítulo, aborda-se o processo de cruzamento vocabular no conjunto dos demais mecanismos de formação de palavras, sobretudo a composição e a recomposição, objetivando verificar não só a concepção de diversos autores a respeito do fenômeno, mas também a classificação atribuída por eles às formações vocabulares que se originam da fusão de dois itens lexicais preexistentes na língua. Os cruzamentos vocabulares não são descritos de maneira uniforme em português, uma vez que seu *status* de processo de formação de palavra autônomo ainda é discutido. A maioria dos estudiosos, quando dá alguma atenção ao processo, o considera irregular e imprevisível, e nem sempre adota o mesmo critério para a classificação dessas novas palavras. Assim, far-se-á, inicialmente, uma breve revisão bibliográfica sobre os cruzamentos vocabulares, apresentando os diferentes pontos de vista de autores que se preocupam com o assunto.

O CRUZAMENTO VOCABULAR

O fenômeno recebe variadas denominações: Cruzamento Vocabular (SANDMANN, 1988; 1990; 1991; HENRIQUES, 2007; BASILIO, 2003), Blend (GONÇALVES, 2003; 2004a; 2005), Palavra-Valise (ALVES, 1994), Mistura (SÂNDALO, 2005), Amálgama (AZEREDO, 2000; MONTEIRO, 1987); Fusão vocabular (BASILIO, 2005) e Portmanteau (PIÑEROS, 2000; ARAÚJO, 2000). Seja como for denominado, tem-se um CV quando duas palavras, pertencentes ou não a mesma classe gramatical, se fundem num todo fonético, com um único acento, à semelhança de um composto formado por aglu-

tinção, mas sem perder, contudo, os traços semânticos das formas de base que lhes deram origem¹.

Diferentemente dos compostos, produtos de um processo morfológico concatenativo (por aglutinação ou por justaposição), gerados por meio da adição de uma forma de base à outra, Cvs resultam de uma operação não concatenativa, cuja sucessão de bases pode ser, e muitas vezes o é, rompida por sobreposições, dando origem a palavras que condensam o significado de seus constituintes.

Embora pareça ser um processo arbitrário, em que as bases se combinam aleatoriamente, o que se defende aqui é que se trata de um processo regular e passível de sistematização, visto estar subordinado a condições prosódicas, sendo “regido, sobretudo, pela semelhança fônica entre as bases” (GONÇALVES, 2005, p. 19).

Em geral, as unidades lexicais formadas por esse processo têm valor depreciativo, irônico, a exemplo de *chattoso*, “o pretinho básico”² em que se verifica uma modificação feita no nome próprio “Mattoso”. Fica nítida, nessa nova nomeação, a atitude subjetiva do falante, que forma um tipo pejorativo de cruzamento vocabular, ao mesclar o adjetivo “chato” com o sobrenome do conceituado linguista brasileiro Joaquim Mattoso Câmara Jr, para se referir ao seu essencial livro *Estrutura da Língua Portuguesa*, considerado por muitos universitários de Letras, entediante e de difícil compreensão.

Segundo Sandmann (1991, p. 59), o “traço que caracteriza muitos cruzamentos vocabulares é a sua especificidade semântica, isto é, eles vêm muitas vezes carregados de emocionalidade, sendo que esta é depreciativa, às mais das vezes, e com pitadas de ironia”. Mas, ao lado da grande maioria de mesclas lexicais que expressam atitude pejorativa do falante frente ao enunciado (p.ex. “mautorista < mau + motorista”; “crionça < criança + onça”; “batatalhau < batata + bacalhau”), encontram-se também formações mais isoladas, indicando atitude neutra (“chocotone < chocolate + panetone”; “toboágua < tobogã + água”; “frambúrguer < frango + hambúrguer”) ou até mesmo atitude positiva do falante em relação ao objeto da fala, a

1 Segundo Rio-Torto (1998), Villalva (2008) e Gonçalves (2005), os compostos aglutinados, cujo resultado é uma só palavra prosódica, não são produtivos em português.

2 Devido à cor da capa e às informações essenciais tanto para o estudo de Fonologia quanto para o de Morfologia, o referido livro também é conhecido por “pretinho básico”, em uma alusão ao vestuário feminino que pode ser usado em qualquer ocasião social, portanto imprescindível.

exemplo de “chocolícia < chocolate + delícia”; “deliçoca < delícia + paçoca”. Logo, pode-se afirmar que, em geral, os CVs funcionam como expressões indicativas de intenções, sentimentos e atitudes do falante em relação ao seu discurso.

Além de exercer, nos termos de Basilio (1987), função sobretudo discursiva, o processo de CV desempenha ainda função lexical, ao criar novas unidades lexicais, que, embora, na maioria das vezes, não sobrevivam no código linguístico de uma comunidade, “limitando-se, via de regra, como uma criação artística, carregada de jocosidade, ironia ou desapeço, ao momento ou contexto para o qual ou no qual foram criadas” (SANDMANN, 1990, p. 60), uma vez que renova o inventário lexical com neologismos institucionalizados, que, muitas vezes, passam a ser registrados nos dicionários, como é o caso de ‘futevôlei’, ‘sacolé’ e ‘portunhol’. Dessa forma, as palavras mescladas cumprem o papel de denominar e/ou caracterizar seres, ações ou estados – função básica do léxico –, permitindo categorizações cada vez mais particulares.

A operação de mesclagem parece não ser peculiar à língua, já que pode ser observada em qualquer área do conhecimento humano: matemática, botânica, química, física etc. Só para citar um exemplo da zoologia, recentemente foi apresentado no zoológico de Bielefeld, na Alemanha, um híbrido de cavalo e zebra, com uma pelagem mista. Em geral, o cruzamento feito entre as duas espécies, na maioria das vezes por métodos artificiais, resulta em animais inteiramente listrados. A “zégua”, filhote da zebra Eclipse com o cavalo Ulisses, batizada acertadamente de Eclyse, chama a atenção por ser um espécime concebido de forma natural (cf. VEJA, 4 de julho de 2007, p. 88) e por ser um exemplo de denominação em que o significante não confunde o significado. O próprio recorte de mundo, refletido nesse significante, acompanha o significado, que nem sempre as ciências atribuem às palavras. Ao contrário dos animais híbridos, que são estéreis, as mesclas linguísticas, em alguns casos, permitem novas formações, como, por exemplo, sucolé (< suco + sacolé), referência de alto teor semântico a um tipo de picolé em saco, pois, quem o enuncia, refere-se a um sacolé diferente porque produzido com puro suco de frutas; pelo menos, acredita nisso ou quer convencer alguém disso, e o faz com bastante criatividade e clareza.

Em relação à constituição morfológica, muitas formações neológicas não recebem o mesmo tratamento por parte dos estudiosos. Por exemplo, recentes construções, vinculadas semanticamente pelos mesmos princípios, como ‘paitrocínio’ (< pai + patrocínio = patrocinado pelo pai), ‘tiotrocínio’ (< tio + patrocínio = patrocinado pelo tio), ‘autotrocínio’ (< auto + patrocínio = patrocinado por si) e ‘familiotrocínio’ (< família + patrocínio = patrocinado pela família), suscitam questionamentos quanto ao processo de formação. Esses neologismos lexicais, de acordo com Henriques (2007, p. 139-140), aproximam-se dos neologismos sintáticos, nos termos de Alves (1994), uma vez que envolvem o uso de afixos ou de combinação de radicais. A produção em série de tais palavras, segundo Henriques (loc. cit.), pode representar o início da “gramaticalização de um radical “-trocínio” (= financiador)”, uma vez que, por redução fonológica do vocábulo patrocínio³, o falante o interpreta como um sufixo e o cliticiza a substantivos, sugerindo que tais neologismos são formados pelo processo de derivação.

É bem mais provável, todavia, que o falante não reconheça os elementos componentes do vocábulo patrocínio, ainda que a etimologia revele o seu traço de composição. Tanto é assim que cruza pai e patrocínio para se referir “a algo custeado pelo pai”. Logo, pressupõe-se que, de acordo com a necessidade comunicativa, o falante, influenciado pela forma linguística ‘paitrocínio’, crie, talvez pelo princípio da analogia, defendido em Basilio (1997), outros vocábulos semelhantes.

Enfim, CVs podem ser reconhecidos como criações autorizadas pelas informações que se tem na memória acerca das entidades envolvidas. Ao mesmo tempo em que traduzem uma maneira criativa de se fazer referência às entidades, objetos, eventos, ações do mundo extralinguístico, funcionam também como uma espécie de qualificação, ou melhor, uma espécie de avaliação (positiva ou negativa) do falante, com base nos elementos pertinentes à circunstância de interação. O conhecimento da situação e dos episódios do dia-a-dia é que é mais significativamente mobilizado na criação e/ou interpretação dessas novas palavras.

3 Conforme Houaiss (2001), o substantivo ‘patrocínio’, formado pelo radical culto *patrocin-*, cuja raiz é *pater*, contém na sua etimologia referência a “pai”.

Contudo, a dependência, quase categórica, de um contexto apropriado não impede o reconhecimento da natureza lexical que caracteriza as formações mescladas, pois, como observam Gonçalves e Almeida (2007, p. 8),

A necessidade de contexto se deve ao grau de novidade da forma criada. Como são frutos da criatividade do falante, não há um armazenamento anterior do signo; no entanto, a tarefa de construir o significado dessas palavras é facilitada pelo fato de seus inputs serem oriundos do vocabulário cotidiano. Some-se a isso o fato de as duas palavras serem transparentes na construção, uma vez que, em função do compartilhamento de material fonológico, quase todos os segmentos que as caracterizam aparecem na forma resultante.

No tocante à natureza composicional, são raros os cruzamentos de duas formas de base constituídas com mesmo número de sílabas. Via de regra, formam-se a partir de palavras metricamente desiguais, de maneira que, enquanto a palavra mais curta aparece maximamente representada na forma resultante, não sofrendo, portanto, nenhuma perda segmental, como, por exemplo, ‘boilarina’ (< boi + bailarina), ‘cartomente’ (< cartomante + mente), ‘presidengue’ (< presidente + dengue) etc.; a base mais longa, apesar de sempre experimentar alguma perda de segmentos, empresta à forma cruzada, na maioria das vezes, suas estruturas métrica e silábica, dando origem a palavras com idêntico número de sílabas e mesma pauta acentual da forma mais longa, como em ‘aborrescente’ (< aborrecer + adolescente), ‘pedragogia’ (< pedra + pedagogia), ‘bestarel’ (< besta + bacharel) etc.

De acordo com processo morfológico a que se submete (GONÇALVES, 2005), um CV pode ser formado, em geral, mediante três mecanismos distintos: por: 1- interposição (ou entranhamento ou impregnação lexical), recurso muito produtivo; 2- combinação truncada, responsável por formações mais isoladas; 3- analogia (reanálise ou substituição sublexical), fenômeno mais raro de ocorrer.

CVs do tipo 1 e tipo 2 distinguem-se entre si, do ponto de vista fonológico, pelo grau de semelhança fônica entre as bases envolvidas (cf. GONÇALVES, 2005). Nas do tipo 1, em que há semelhança fônica de sílabas e/ou pauta acentual, se as duas palavras de base forem monossilábicas, a quebra é determinada pela rima, como no

único exemplo de que se tem notícia ‘pãe’ (< pai + mãe); ao passo que, se não monossilábicas, a ruptura se dá na sílaba comum a ambas, preservando suas sílabas tônicas, ou no segmento compartilhado da sílaba tônica, como se verifica em ‘sacolé’ (< saco + picolé) e ‘cantriz’ (< cantora + atriz), nesta ordem.

Tomando-se como exemplo o CV de padrão 1 ‘namorido’ (< namorado + marido), nota-se a ambimorfemia⁴ dessas formações, isto é, o compartilhamento de um ou mais segmento entre as formas de base e a forma cruzada, conforme a representação a seguir, na qual MWd abrevia *Morphological Word* (palavra morfológica), o asterisco representa um constituinte complexo e linhas pontilhadas, elementos compartilhados:

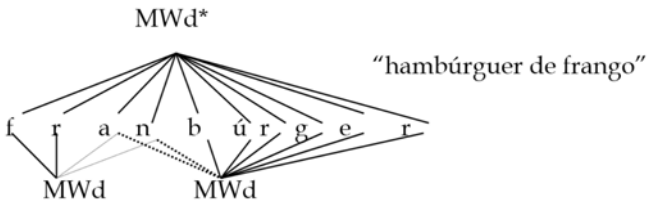


Figura 1: Representação da ambimorfemia

Já nas do tipo 2, em que as bases não necessariamente apresentam segmentos coincidentes, há casos em que ambas as bases são encurtadas, a exemplo de ‘Brasgentina’ = (< Brasil + Argentina), ou apenas uma o é, como ocorre em ‘showmício’ (< show + comício).

Quanto às mesclas do tipo 3, nem sempre consideradas cruzamentos vocabulares propriamente ditos, por não serem resultantes da fusão de duas palavras morfológicas, mas envolver apenas uma forma de base e parte dela ser reinterpretada e substituída (cf. GONÇALVES, 2005). Dessa reinterpretação, seguida de oposição de sentidos, é que surge um novo conteúdo referencial, insólito, inesperado, para objetos, seres e eventos extralinguísticos, uma espécie de “mímese identitária”, paralela e, ao mesmo tempo, diferente do teor semântico da palavra-matriz. Contudo, observa-se que, nesse tipo de formação,

4 Termo cunhado por Piñeros (2000), cujo conceito foi aplicado à morfologia por Gonçalves (2005), que se refere ao compartilhamento de unidades fonológicas (sons, sílabas, sequências) comuns a mais de um morfema em decorrência da interposição das palavras matrizes.

embora não haja compartilhamento de segmentos nem tampouco truncamento (processo descrito no Capítulo 2), já que envolve uma só palavra-matriz, o produto gerado constitui-se sempre de duas formas livres na língua.

A força de expressão contida nas formações analógicas pode ser atestada com a seguinte série de palavras, criadas, ao que parece, por necessidades comunicacionais e pragmáticas similares: ‘boacumba’ (< macumba); ‘boadrasta’ (< madrasta); ‘boadrinha’ (< madrinha), em que o falante reinterpreta a sequência “ma-”, como se fosse uma base, agregando a ela o valor pejorativo de crueldade, e, por meio da oposição com o item lexical “boa”, reforça o valor semântico que pretende dar à nova palavra, em busca da expressividade e da produção de um certo efeito de sentido.

A propósito, cabe lembrar que há casos de neologismos malsucedidos morfológicamente, por suscitar dúvidas quanto a sua formação. O neologismo ‘gastoso’ seria um bom exemplo, pois, além de seu sentido estar atrelado às circunstâncias do momento, tanto pode ser analisado como um derivado imediato do verbo ‘gastar’, formado com acréscimo do sufixo *-oso*, que indica sentido de abundância, ao morfema lexical *gast-*, ou, como um CV de formação analógica, em que o falante, tomando como modelo a gíria ‘gostoso’ (aquele cuja beleza dá prazer), identifica pontos de semelhanças entre as sequências ‘gosto’ e ‘gasto’, substituindo uma pela outra, para atingir seus propósitos comunicativos: aludir a homens maduros que atraem mulheres jovens não pelas características físicas, mas pela condição financeira privilegiada que eles detêm (aquele cujo dinheiro dá prazer).

O termo em questão, diga-se de passagem, bastante preconceituoso, integra o irônico comentário (transcrito abaixo) do re/conhecido político brasileiro Roberto Jefferson sobre o escândalo desencadeado pelo suposto pagamento das despesas particulares do então presidente do Senado, Renan Calheiros, por um lobista de uma empreiteira, vindo a público o relacionamento extraconjugal que o senador mantivera com a jornalista Mônica Veloso, do qual nasceu uma filha:

Machista alagoano, o bobo do Renan não fez vasectomia e dançou. Agora, foi se esconder debaixo da saia da mulher. Bobocas, cuidado com elas, nós somos ‘gastosos’ e não gostosos.

Pelo menos, façam vasectomia. Eu já fiz.” (Roberto Jefferson, presidente do PTB, VEJA, 6 de junho de 2007, p. 60).

As construções sob o rótulo de CV, além de apresentarem mecanismos de formação diferentes, também, de um viés semântico, conforme Gonçalves e Almeida (2007, p. 13), desempenham papéis discursivos distintos para designar um referente, pois

os entranhamentos lexicais são predicativos. Neles, a predicação atua de duas maneiras: (a) acentua propriedades inerentes ou possíveis do determinado ou, em vez disso, (b) atribui propriedades implausíveis a ele, através de extensões metafóricas ou metonímicas. Ao contrário do entranhamento, as combinações truncadas e as reanálises têm em comum, em relação ao referente que designam, um caráter mais descritivo e menos avaliativo.

Enfim, o cruzamento vocabular é um recurso linguístico muito produtivo entre os falantes da língua materna, sobretudo em situações comunicativas mais informais, diferentemente do que, talvez, ocorra em situações de maior formalidade. É, portanto, um processo de formação de palavras que merece maior atenção por parte dos estudiosos, com a finalidade de se fornecer indicação, senão exata, pelo menos rigorosa, dos mecanismos que governam a associação inédita das palavras implicadas no processo.

Cabe às gramáticas a descrição dos mecanismos de formação de quaisquer palavras, mesmo daquelas que não se rendem aos processos considerados mais básicos pelos quais se renova o léxico: a composição e a derivação. A seção a seguir aponta as diferenças entre o CV e os processos de composição e recomposição (espécie de composição) que têm em comum o fato de combinarem duas ou mais palavras de livre curso na língua. A discussão de o cruzamento ser um processo especial de formação de palavras, distinto da composição ou, ao contrário, tratar-se de um tipo especial de composição é uma questão fundamental para o desenvolvimento deste trabalho. Constam, na literatura especializada, argumentos tanto a favor da primeira tese quanto da segunda.

CRUZAMENTO VOCABULAR E OUTROS PROCESSOS

As gramáticas tradicionais não dão tratamento adequado às formações por composição, pois, ao descrever essas unidades morfológicas, utilizam, na maioria das vezes, critérios de ordem semântica, o que, de certo modo, as impede de encontrar uma definição rigorosa para o fenômeno, bem como de identificar as estruturas que o caracterizam. Acrescente-se a isso o fato de descreverem diacronicamente formações ditas compostas que na língua atual não passam de formas primitivas, ou seja, formas que não podem ser depreendidas em bases autônomas de significado no uso corrente da língua, e, portanto, deveriam ser investigadas de um ponto de vista sincrônico, a exemplo de ‘fidalgo’ e ‘vinagre’.

Nunca é demais ressaltar que a formação de compostos envolve, em seu modelo: a lexicologia, uma vez que o léxico se constitui de entidades lexicais suscetíveis de construir novas palavras; a morfologia, já que a construção de novas palavras implica alterações tanto na estrutura das bases quanto em suas dimensões fonológicas e semânticas; a sintaxe, não só porque os compostos se enquadram em categorias sintáticas, como também porque se constituem por uma combinatória de elementos; e a pragmática, visto esta focalizar a língua em uso, e a formação de neologismos nada mais é que um poderoso instrumento de interação.

Para melhor compreender a opção de cada um dos autores estudados sobre a questão de considerar ou não o fenômeno de CV como um tipo de formação por composição, faz-se necessário partir de um conceito de composição aceito pela maioria dos linguistas. Devido, porém, à complexidade do assunto, não serão discutidos os critérios que distinguem nomes compostos de locuções, pois, como assinala Monteiro (1987, p. 188-189),

a união de duas ou mais bases em que há especialização de sentido não se explica de modo pleno e satisfatório dentro da morfologia. [...] A ruptura dos limites de cada estrato da língua, associada à mistura de critérios, cria por vezes contradições e equívocos. Ao estudar o mecanismo da composição, nossas gramáticas o enquadram na parte referente à morfologia, apresentando exemplos que, por força das

relações de concordância ou regência, não constituem vocábulos morficamente compostos, porém grupos sintáticos ou sintagmas locucionais.

De acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 104), a composição “consiste em formar novas palavras pela união de dois ou mais radicais⁵. A palavra composta representa sempre uma ideia única e autônoma, muitas vezes dissociada das noções expressas pelos seus componentes”. Entre os vários exemplos citados pelos autores, encontram-se ‘amor-perfeito’ (nome de flor), ‘criado-mudo’ (tipo de mobília), ‘milfolhas’ (doce) e ‘pé-de-galinha’ (ruga no canto do olho).

Entretanto, Villalva (2008, p. 345) combate tal definição, considerando-a precária. E fundamenta sua opinião com os seguintes argumentos: o conceito “de ideia única e autônoma” é vago, passível de múltiplas interpretações; o fato de a significação de um composto estar “muitas vezes dissociada das noções expressas pelos seus componentes” não caracteriza apenas os compostos; afeta qualquer unidade morfológica complexa cristalizada; e, por fim, entre inúmeras formas que têm estruturas idênticas, umas são classificadas de compostas e outras não, como, por exemplo, ‘pé-de-galinha’ e ‘coração de galinha’, ‘amor-perfeito’ e ‘amor fraterno’, respectivamente.

Deixando a discussão teórica incitada por Villalva (*ibidem*), de modo amplo, o composto apresenta sempre uma unidade de significação na qual um dos elementos não pode ser suprimido, e, na maioria das vezes, não é possível permuta de posição de seus constituintes, sem que com isso o significado se altere.

Considerando-se ainda o significado veiculado pelos compostos, cuja unidade de significação decorre da fusão semântica dos morfemas lexicais, de acordo com Lee (1997), que retoma Sandmann (1990), os compostos compreendem duas classes: endocêntricos e exocêntricos. Os primeiros são aqueles que apresentam um novo significado relacionado, com maior ou menor nitidez, ao significado de pelo menos uma das bases envolvidas (p.ex. ‘guarda-chuva’ e ‘paraquedas’). Por outro lado, os exocêntricos evocam novos sentidos por transferência metafórica ou metonímica: ‘copo-de-leite’(tipo de flor); ‘maria-mole’ (doce) etc.

5 Radicais são compreendidos, aqui, como morfemas lexicais, isto é, morfemas situados no léxico, portadores do valor semântico da palavra.

Com efeito, um composto se distingue de um CV, a princípio, porque este, mesmo expressando um novo significado com traços que só nele estão presentes, sempre deixa transparecer os traços semânticos das palavras que lhes deram origem. No entanto, muito embora os critérios semânticos sejam ferramentas decisórias numa análise linguística, não podem ser o ponto de partida para a descrição dos mecanismos de formação de uma palavra. Do ponto de vista fonológico, a composição se dá por justaposição ou por aglutinação das palavras combinadas. Na justaposição, as palavras precedentes conservam a autonomia fonética, isto é, o acento e os fonemas que os constituem, persistindo, na forma composta, a delimitação vocabular entre as bases, como em ‘girassol’, ‘passatempo’, ‘guarda-roupa’ e ‘copo-de-leite’. Já na aglutinação, as bases envolvidas perdem a limitação vocabular entre elas, devido à supressão ou alteração de algum segmento, por sândi interno, como se verifica em ‘pontagudo’ (< ponte + agudo), por neutralização da oposição entre /e/ e /i/ da vogal átona final; ‘planalto’ (< plano + alto), por elisão, e ‘aguardente’ (< água + ardente), por crase, da vogal final com a inicial seguinte, sujeitando-se a um único acento lexical.

Com relação a essa divisão, Villalva (2008, p. 347) atenta para o fato de as gramáticas tradicionais confundirem os conceitos de composição com os de lexicalização, e, por isso, não se dão conta de que justaposição e aglutinação não são processos distintos, mas de dois estados ou graus em que as palavras compostas se encontram dentro de um mesmo processo: o de lexicalização. Nas palavras da autora,

O que, na verdade, se constata é que os compostos por justaposição sofrem apenas uma lexicalização semântica, enquanto que, nos compostos por aglutinação, a lexicalização não é só semântica, mas também formal, ou seja, a estrutura morfológica do composto é perdida (*loc. cit.*).

Sob esse prisma, pode-se concluir que formas inicialmente compostas, uma vez lexicalizadas, ao atingirem o final de sua trajetória de lexicalização, dão origem a uma palavra com pauta acentual única e de significado particular. Como tal processo está comprometido com a mudança do sistema linguístico, essas unidades morfológicas raramente surgem em uma dada sincronia, sendo, portanto, improdutivas. Sinalizando que ainda se encontram em processo de lexicalização,

essas palavras costumam admitir duas grafias, como é o caso de ‘hidroelétrica’ ou ‘hidrelétrica’ e ‘hidroavião’ ou ‘hidravião’.

De uma perspectiva morfossintática, não há consenso entre os linguistas sobre o processo de composição. Monteiro (1987, p. 186), por exemplo, entende o composto como “o vocábulo que admitir a pluralização apenas do último componente” e quando permite “o acréscimo de algum sufixo derivacional afeta o composto como um todo”. Por esse critério, não são compostos, mas locuções, por admitirem flexão de plural e acréscimo do sufixo *-zinho* entre os seus componentes, as seguintes formações, dentre várias outras tradicionalmente classificadas de composto: ‘salário-família’, ‘cabra-cega’, ‘pé de moleque’ (exemplos fornecidos pelo autor).

Lee (1997), baseado nos pressupostos da Morfologia Lexical, dá um tratamento mais convincente à análise dos compostos do português brasileiro, defendendo a existência de dois tipos de compostos: compostos lexicais e compostos pós-lexicais. Segundo ele, os compostos lexicais são formados no léxico e são sintaticamente opacos, ou seja, comportam-se como uma palavra simples em relação a processos morfossintáticos, pois não permitem flexão, derivação, nem concordância entre os constituintes. Por outro lado, os compostos pós-lexicais são formados no componente pós-lexical e, portanto, sintática e morfologicamente transparentes (permitindo flexão, derivação e concordância); esses compostos resultam da atuação da regra de formação de palavras não morfológicas.

A partir daí, pode-se entender que, morficamente, um CV assemelha-se a um composto lexical, já que, em relação a processos morfossintáticos, se comporta também como uma palavra comum, ao permitir flexão exclusiva do último componente e derivação relacionada à palavra resultante como um todo. Nesse sentido, um CV seria como um composto regular, na medida em que também são opacos para operações sintáticas.

Grosso modo, as diferenças entre os compostos e os vocábulos cruzados podem ser assim resumidas:

- a) sob um olhar semântico, os compostos regulares, por justaposição, diferentemente dos vocábulos mesclados, podem dissociar-se, total ou parcialmente, dos significados de seus componentes, como ocorre, respectivamente, em ‘pé de moleque’ (exocêntrico) e ‘guarda-noturno’ (endocêntrico);
- b) sob um olhar fonológico, os compostos justapostos podem carregar dois acentos, enquanto a palavra resultante do CV carrega só um;
- c) sob um olhar morfossintático, os compostos pós-lexicais caracterizam-se pela peculiaridade de admitir processos morfológicos em seu primeiro componente, como se verifica em ‘peixes-espada’ (flexão de plural) e ‘peixinho-espada’ (derivação por acréscimo de sufixo), enquanto os vocábulos cruzados, bem como os compostos lexicais, não os permitem.

Essa breve introdução sobre as formações compostas facilita compreender com maior clareza a opção de cada um dos autores estudados e perceber que entre os compostos e os CVs há semelhanças e particularidades de formação que justificam os posicionamentos sobre a questão.

Embora os limites entre composição e cruzamento sejam tênues, ainda mais quando se tem em mente a justaposição e a aglutinação, assume-se com Gonçalves (2005) que os compostos aglutinados são improdutivos e, portanto, não serão levados em conta nesta abordagem. Desse modo, consideram-se composição e CV processos distintos, porque, enquanto a composição regular dá origem a palavras prosódicas complexas, isto é, com dois acentos lexicais, o cruzamento, pelo contrário, gera uma única palavra prosódica, com apenas um acento.

RECOMPOSIÇÃO

Monteiro (2002, p. 191) define recomposição como sendo “uma espécie de composição, com uma diferença bastante específica”. A diferença entre os dois processos consiste na alteração de significado que uma das bases envolvidas na recomposição experimenta. Certas

formações compostas de bases presas, que combinam radicais gregos e latinos, têm parte delas reduzida devido à braquissmia (cf. Capítulo 2), isto é, ao mecanismo pelo qual uma palavra sofre subtração de morfemas, por apócope, aférese ou síncope, dando origem a uma forma abreviada que passa a valer semanticamente por toda palavra de que antes era elemento constituinte. Por exemplo, os vocábulos compostos ‘fotografia’ e ‘fotofobia’ têm em sua constituição o elemento ‘foto’ (do grego *phōto*) com o sentido original de luz. O primeiro, todavia, foi abreviado para ‘foto’ (cf. Capítulo 2). Essa forma reduzida tornou-se independente e passou a ser empregada com o valor semântico de todo o composto, no caso em questão, com o sentido de imagem obtida por um sistema óptico, em uma série de novos compostos ou recomposições: ‘fotocópia’, ‘fotonovela’, ‘fotogravura’, ‘fotojornalismo’ etc. A esses elementos que assumem o sentido global da palavra da qual provém, Cunha e Cintra (1985, p. 111) denominam de pseudoprefixos ou prefixoides.

Nesse enfoque, formações que combinam um pseudoprefixo e uma palavra preexistente na língua podem ser classificadas de recomposição ou de CV. No primeiro processo, a palavra resultante apresenta as duas formas integralmente, como se verifica em ‘aerolula’ (< aero + Lula = “avião presidencial”); no segundo, a outra base sofre alteração ou perda de material fônico, a exemplo do que ocorre na formação dos seguintes CVs: ‘aerobu’ (< aero + (uru)bu = “urubu responsável por acidentes aéreos”), ‘monocelha’ (< mono + (sobran) celha = “sobrancelha contínua, em bloco”), ‘monocrático’ (< mono + (demo)crático = “político distante do povo”).

O envolvimento de um pseudoprefixo aproxima os dois processos, visto que, do ponto de vista sintático, a base presa, por ser sempre determinante, impõe que a cabeça lexical figure à direita da palavra resultante. Contudo, o que define se uma nova palavra se constrói por recomposição ou por cruzamento é a preservação ou não da estrutura morfológica das bases-fonte.

ALGUMAS ABORDAGENS SOBRE O CRUZAMENTO VOCABULAR

Sandmann (1991, p. 51-61) dedica-se, no capítulo denominado de “Tipos especiais de formação de palavras”, às formações por siglagem (Cap. 6), por analogia, por reduplicações (Cap. 4), e por CV,

ou seja, às que não são explicitadas regularmente pelas gramáticas, e que, segundo o autor, não são muito produtivas, com exceção das abreviações formadoras de siglas.

Para o autor, os cruzamentos vocabulares são,

no fundo, um tipo de composição, diferenciando-se desta, porque no cruzamento vocabular as bases que entram na formação de nova unidade lexical, ou ao menos uma, sofrem diminuição, não sistemática ou regular, de seu corpo fônico. (SANDMANN, 1991, p. 58)

E ressalta que o corte das bases é feito por opção exclusiva de quem cria a palavra, desde que seja respeitada a estrutura silábica da língua, considerando, apropriadamente, o cruzamento uma espécie de “manufatura de palavras”, pelo cuidado como é produzido, um a um. Para o autor, não há necessidade de que os elementos formadores sejam todos abreviados e, de acordo com o grau de semelhança fônica entre as matrizes, subdivide os CVs em homófonos e não homófonos. Os primeiros apresentam uma parte comum mais ou menos longa, como é o caso de ‘Hospitaú’ (< hospital + Itaú), em que o componente ‘hospital’ foi abreviado para ‘hosp’, e de ‘limonik’ (< limonada + Sputnik, tipo de vodka), em que as duas formas de base sofreram corte; os segundos referem-se a cruzamentos cujos constituintes não contêm segmento fonético comum, a exemplo de ‘democradura’ (< democracia + ditadura), em que as duas matrizes foram abreviadas, e de ‘showmício’ (< show + comício), em que só se eliminou a sílaba inicial de ‘comício’, enquanto ‘show’ ficou inalterada.

Com relação à estrutura sintática dos cruzamentos, Sandmann (1991, p. 76) afirma que, assim como os compostos – substantivos ou adjetivos –, formados de substantivo mais substantivo, os CVs podem ser copulativos ou determinativos. Tem-se um CV copulativo quando há fusão de elementos do mesmo nível, ou melhor, uma coordenação: ‘Belíndia’ (< Bélgica + Índia), termo usado para se referir ao Brasil, que, à semelhança da Bélgica, tem uma pequena elite, e, tal qual a Índia, uma grande população marginalizada. Já os determinativos são construídos pela junção de dois elementos de nível diferente, uma subordinação, com sequência DM-DT ou DT-DM⁶. O determinante

6 DT e DM constituem abreviações de Determinado e Determinante, respectivamente.

(adjunto) pode preceder ao determinado (núcleo): ‘bestarel’ (< besta + bacharel = “bacharel metido a besta”) ou seguir-se a ele: ‘pescópia’ (< pesquisa + cópia = “expressão depreciativa para pesquisas escolares”).

Os exemplos citados pelo autor reiteram o fato de que os elementos formadores de um CV nem sempre estão numa relação mútua de conteúdo, mas, uma vez fundidos, estabelecem uma relação conceitual apropriada, garantindo, com isso, a força expressiva dos vocábulos formados.

Henriques (2007, p. 156) caracteriza o cruzamento morfológico como

um processo que consiste na reunião entre, pelo menos, uma base e um afixo ou entre bases lexicais diferentes, com o objetivo de explorar inovadoramente suas cargas semânticas. Esses cruzamentos, como se vê pela definição dada, se enquadram a rigor nos processos de derivação e de composição.

O autor defende que os CVs se formam tanto por derivação quanto por composição. Os primeiros são constituídos de uma ou mais bases e um afixo, com as mesmas características dos epônimos ambíguos, isto é, espécie de derivação homonímica, cuja formação se dá sempre por influência de um antropônimo, mas que, contudo, não perdem seus vínculos semânticos com os substantivos comuns com os quais foram cruzados (p.ex. ‘geraldino’ < subst. geral + sufixo *-ino*; ‘arquibaldo’ < arqui (do subst. ‘arquibancada’) + baldo (de ‘Arquibaldo’); ‘macário’ < subst. ‘maca’ + sufixo *-ário*). Para ele, a diferença entre um epônimo ambíguo e a forma resultante de um cruzamento por derivação está em este não se identificar com um antropônimo, mas com um vocábulo homônimo ou parônimo de qualquer classe e cita como exemplo ‘facilitar’ (< verbo derivado da palavra ‘fax’ pela associação fônica entre ‘fax’ e ‘fácil’). No entanto, essa classificação não fica tão clara nos casos de ‘geraldino’ e ‘macário’, apresentados pelo autor.

Já os cruzamentos por composição reúnem duas bases lexicais, em que ocorre uma aglutinação neológica, ou melhor, as “duas bases são privadas de algum elemento silábico (a primeira delas perde a parte final; a segunda perde a parte inicial) para constituírem um novo item lexical” (*loc. cit.*). Mas, logo a seguir, o autor faz uma ressalva a essa conceituação e afirma que, contanto que a palavra-base tenha

mais de duas sílabas, basta que se aproveite uma parte do seu radical, caso contrário, não há perda de material silábico, acrescentando que também a posição da sílaba tônica interfere na forma resultante. E exemplifica com as seguintes formações: ‘chocotone’ (< chocolate + panetone); ‘dedoches’ (< dedo + fantoches); ‘showmício’ (< do estrangeirismo show + comício); ‘recifolia’ (< Recife + folia); ‘Japareia’ (< Japão + Coréia) etc.

O autor faz referência ainda aos neologismos semânticos, denominando-os de palavra-valise-sem-fundo. O falante emprega esses falsos cruzamentos, em geral, com finalidade humorística, ao explorar a camada fônica de algumas palavras, imprimindo-lhes, intencionalmente, novos valores semânticos. Henriques (2007, p. 157) cita como exemplos desse uso alguns vocábulos utilizados por Millôr Fernandes: ‘dogmatizar’ (misturar cães ingleses), ‘paisagem’ (progenitores atuam), e por Mário Prata: ‘armarinho’ (vento que vem do mar), ‘edifício’ (antônimo de “é fácil”).

Nem Sandmann nem Henriques enfatizam, em suas análises, as mudanças operadas por fatores fonológicos (elisão, crase, ditongação, haplologia) e/ou por fatores morfológicos que frequentemente as bases envolvidas em um processo morfológico de formação vocabular experimentam. Outra questão relevante, sobretudo para a formação de um CV, que também não é cogitada pelos autores, seria a de saber qual dos componentes tende a ocupar, na palavra resultante, as posições de núcleo e adjunto, já que essa relação pode ser de coordenação ou de subordinação. Com efeito, não se elucida por que um CV apresenta uma sequência e não outra: por que emerge a forma ‘canecopo’ e não ‘coponeca’, ao se mesclar copo e caneca? Embora, na maioria dos casos, a distribuição posicional dos componentes esteja ligada, naturalmente, a critérios semânticos, a descrição dos contextos morfofonológicos que a motivam é fundamental para comprovar ou refutar a visão de que o CV se trata de um fenômeno morfológico arbitrário.

Para Basilio (2003, p. 1),

o cruzamento vocabular pode ser considerado como um tipo de composição, na medida em que sua formação envolve duas palavras, e o processo correspondente envolve o mecanismo de formar uma nova palavra cujo significado e forma final decorrem diretamente da combinação de duas palavras.

Embora defenda que exemplos análogos aos utilizados em seu texto como ‘enxadachim’ (< enxada + espadachim), ‘presidengue’ (< presidente + dengue) e ‘pitboy’ (< pitbull + boy) também admitam outras classificações (trocadilhos, composições e formações analógicas), a autora aponta a necessidade de se considerar o CV como um fenômeno distinto das composições em geral, dado que a palavra resultante do cruzamento é sobredeterminada pelas propriedades fonológica e semântica dos dois elementos que são tomados como base.

Segundo ela, somente a análise de cruzamentos vocabulares como reestruturações mórficas e integrações conceituais é capaz de captar os elementos simultaneamente necessários para alcançar o efeito expressivo desejado, admitindo-se que o padrão de estrutura da composição exerce importante função nessas construções. Basilio (*op. cit.*) levanta a hipótese de os CVs serem baseados numa construção morfológica bem sucedida que conduz a uma quebra simultânea de expectativas, na medida em que a reestruturação morfológica feita força uma reestruturação conceitual. Assim, as melhores formas de CV são aquelas em que “a projeção conceitual a ser reestruturada vai por um caminho não apenas inesperado mas insólito, embora inexorável” (*op. cit.*, p. 2).

Gonçalves e Assunção (2009) demonstram, a partir dos CVs presentes na coluna de Agamenon⁷, que, de fato, na maior parte das vezes, em uma reconstrução vocabular bem-sucedida, uma das partes – a palavra inesperada – predica ou caracteriza a palavra básica hospedeira, criando um desfecho inusitado, a exemplo de “febre afurtosa”, termo surgido da combinação de ‘aftosa’ e ‘furto’ que critica, com humor, as denúncias de corrupção deflagradas no primeiro governo Lula, confirmando assim a tese defendida por Basilio (2005, p. 1) de que, nos cruzamentos bem-sucedidos, a reestruturação formal imprime um novo e inconfundível efeito de sentido ao resultado final.

Quanto à distinção entre cruzamento e composição, Basilio (2003) prefere assumir a posição de que “a separação ou não dos fenômenos é de caráter terminológico e pode depender dos objetivos da descrição, para a qual a relevância maior estará nos pontos de semelhança ou nos pontos de diferença” (*loc. cit.*) e ocupa-se, sobre-

7 Coluna criada pelos humoristas Hubert e Marcelo Madureira, do grupo Casseta e Planeta, publicada aos domingos no jornal *O Globo*, na qual se critica, irreverentemente, o cenário econômico e político da atualidade.

tudo, da descrição de padrões apresentados pelos diferentes tipos de cruzamento.

Do ponto de vista fonológico, concorda com a argumentação quanto à relevância de o processo ser não concatenativo. Contudo, sob o prisma morfológico lexical, defende que, se for comparado com a derivação e a composição sobre a possibilidade de emergência de significado, a composição e os cruzamentos ficarão de um lado e a derivação de outro, graças ao teor semântico predeterminado nas formações derivadas, ao contrário das compostas.

A autora questiona as definições de Bauer (1988), para quem o cruzamento vocabular é “um novo lexema formado de partes de dois ou mais lexemas”, e de Kemmer (2003), segundo o qual, diferentemente da composição, o cruzamento vocabular combina partes das palavras de base, mas, nessa combinação, só predominam as propriedades fonológicas em detrimento da estrutura morfológica. Com efeito, postula que o traço caracterizador comum de uma fusão vocabular é a perda da expressão fonológica de pelo menos um de seus elementos formadores. Para ela, as diferenças entre cruzamentos e composições ficam reduzidas pelo fato de a grande maioria dos CVs reestruturar morfológicamente apenas uma das bases, aproveitando a configuração geral da outra, e de apresentar, na maior parte das vezes, o elemento predicador na primeira parte da palavra resultante, e, na segunda, o elemento qualificado, a exemplo de ‘boilarina’ (< boi + bailarina) e ‘mãedrastra’ (mãe + madastra), semelhantemente aos compostos de base presa⁸ (p.ex. ‘agrotóxico’, ‘lipoaspiração’, ‘eco-sistema’ etc.).

A esse processo morfológico, em que a combinação de duas bases – a interferente e a hospedeira – resulta da incorporação integral do significante, sempre de caráter predicador, da interferente na hospedeira, que, mesmo sofrendo encurtamento, mantém a sua integridade denotativa, a autora denomina de recomposição. Assim, em ‘tristemunho’, ‘triste’ qualifica ‘testemunho’, e *-munho* representa ‘testemunho’ na recomposição. O mesmo ocorre em ‘apertamento’, ‘lixeratura’, ‘chafé’, ‘aborrescente’, ‘burrocracia’ etc.

No entanto, Basilio (2005, p. 4) ressalta a existência de um grupo de palavras problemático quanto à estruturação mórfica, constituído

8 Formas linguísticas tradicionalmente chamadas de radicais gregos e latinos: *eco-*; *hidro-*; *hipo-*; *demo-*; *-log(ia)*; *-latr(ia)* etc.

de palavras não tão produtivas, de função mais descritiva que avaliativa, que parece ser formado pela combinação de partes de duas bases, seguindo a definição Bauer (*op. cit.*). Incluem-se, nesse grupo, palavras do tipo ‘lambaeróbica’ (< lamba(da) + aeróbica) e ‘portunhol’ (< portu(guês) + (espa)nhol), cujas bases são abreviadas em pontos que a autora considera não previsíveis. Desse modo, postula que existem dois mecanismos distintos de cruzamento vocabular: um, por incorporação predicativa, e outro, por combinação de partes de palavras.

O primeiro mecanismo, que a autora prefere denominar de fusão vocabular, refere-se às formações em que se verifica

interposição de uma forma sobre a outra, na qual uma alteração fonológica mínima permite ativar ambas, a hospedeira e a predicativa simultaneamente, daí resultando uma força expressiva maior na predicação. As condições de produtividade deste processo são definidas com precisão. (BASILIO, 2005, p. 5)

O segundo diz respeito à junção de partes de duas ou mais palavras, resultando uma outra palavra, cujo conteúdo referencial surge da combinação dos significados das partes selecionadas, à semelhança de uma composição truncada. Na opinião da autora, ambos os casos devem ser investigados como processos morfológicos, tais como a sufixação, a composição, a prefixação, já que também são mecanismos disponíveis na língua para formar novas palavras, cujo valor expressivo é resultado da integração fonológica que espelha e reforça a integração conceptual entre as palavras preexistentes envolvidas.

NOVOS ENFOQUES

O tratamento dado ao processo de formação vocabular por cruzamento, ultimamente, vem alcançando uma maior latitude, pois, além de contemplar o indiscutível caráter morfossemântico do fenômeno, vem aliando critérios cognitivos e/ou fonológicos à sua descrição, como em Araújo (2000), Silveira (2002), Álvaro (2003), Gonçalves e Almeida (2004; 2007) e Gonçalves (2003, 2004a, 2005).

Para Araújo (2000), os cruzamentos podem ser vistos como palavras compostas, que diferem, porém, destas, por apresentar uma certa opacidade estrutural devido à maior perda de massa fônica das formas matrizes. Observa que a principal característica dos cruzamentos é a amalgamação das bases, mas que isso não se processa linearmente, uma vez que a concatenação das bases se realiza após o encurtamento de pelo menos uma delas. O autor destaca que a maior dificuldade em descrever as formações cruzadas relaciona-se ao local de quebra das bases, visto os cruzamentos tenderem a compartilhar segmentos fonológicos (fonemas, traços, sílabas), sobrepondo-os.

De uma perspectiva morfo-pragmática, Silveira (2002) mapeia as fronteiras entre cruzamento vocabular, analogia, composição e recomposição e afirma que a composição é o processo que mais se parece com o cruzamento vocabular. Segundo a autora, a diferença fundamental entre os dois processos seria a fronteira de marcas fonológicas, que o CV se sustenta como um processo diferenciado a partir de fatores como constituição silábica e acento. Silveira (*loc. cit.*) postula que os compostos regulares preservam o acento primário dos seus componentes, pois, embora conservem a cabeça lexical da palavra da direita, mantêm o acento da palavra da esquerda que passa a índice de sub-tonicidade na pauta acentual da palavra resultante. Já os compostos por aglutinação, assim como os cruzamentos, são marcados pela perda de massa fônica, promovendo a desacentuação da primeira base. Contudo, nos compostos aglutinados, em oposição aos CVs, as seqüências suprimidas podem ser facilmente recuperadas, dada a perda do material fônico ser justificada pelos processos fonológicos regulares; em geral, por crase e elisão.

No que tange ao aspecto semântico, Silveira (*op. cit.* p. 25) constata que o cruzamento vocabular é, por excelência, um processo gerador de palavras figuradas, uma vez que a maioria dos vocábulos cruzados não admite uma interpretação literal. E cita como um dos exemplos o CV 'boilarina' (< boi + bailarina), em que se torna impossível fazer a leitura literal de suas bases, já que, segundo ela, constitui comparação depreciativa de uma bailarina a um boi, por não ter silhueta adequada à profissão. Ao final de sua pesquisa, a autora sustenta que o cruzamento vocabular é um processo de formação de palavras sistemático, e essa regularidade é obtida somente a partir de aspectos fonológicos.

Álvaro (2003) examina os cruzamentos, fundamentada na hipótese sociocognitivista e na teoria dos espaços-mentais. Resumindo muito o seu trabalho, que vale ser lido na íntegra, a autora defende que as palavras formadas por cruzamento e por composição são produtos de uma combinação lexical (CL). Concentra-se em analisar as combinações de bases livres constituídas de substantivo-substantivo (S-S), substantivo-adjetivo (S-A) e substantivo-preposição-substantivo (S-prep-S). Segundo ela, tais combinações realizam-se metonímica ou metafóricamente. As primeiras tanto podem apresentar-se “amalgamadas léxico-fonologicamente”, denominadas de CLs metonímicas hiperbólicas, como nos casos de cruzamentos, que se formam por um processo não concatenativo, quanto não amalgamadas, como nos compostos, que se constroem por encadeamento linear; as segundas, CLs metafóricas de S-S, tal qual as metonímicas hiperbólicas de S-A e S-prep-S, são sempre amalgamadas.

As CLs metonímicas hiperbólicas caracterizam-se pela maximização do atributo do domínio base sobre o alvo⁹ e pela presença do termo referente no bloco lexical resultante, a exemplo do CV ‘apertamento’, em que se maximiza a qualidade de ser apertado (domínio base – o adjunto) sobre a condição de ser apartamento (domínio alvo – o núcleo); ao passo que as CLs metafóricas caracterizam-se pela mescla conceptual de domínios dos termos envolvidos na referência, levando à recategorização semântico-pragmática do referente, como o que ocorre no cruzamento ‘showmício’, combinação lexical amalgamada, na terminologia de Álvaro. Este é um exemplo em que emerge um novo referente resultante da interpenetração conceptual das características de atividades políticas com as de um evento artístico, gerando um terceiro significado que, embora partilhe características de ambos os domínios (base: show e alvo: comício), recategoriza-se, ao adquirir um sentido mesclado que lhe é peculiar.

9 Grosso modo, para a Linguística Cognitiva, mais especificamente para a teoria dos espaços mentais, a metáfora conceptual estrutura-se internamente por domínios, denominados de domínio base ou origem e de domínio alvo ou destino. A metáfora, então, é entendida como uma projeção – correspondência ontológica ou epistêmica – de parte das informações de um domínio conceptual (base) para o outro (alvo). Conceitos pertencentes ao domínio base são mais concretos e ao domínio alvo são mais abstratos. Os processos por metonímia e por metáfora conceptual distinguem-se porque neste associam-se entidades provenientes de dois domínios distintos, naqueles, pelo contrário, relacionam-se entidades conceptualmente contíguas de um mesmo domínio (cf. CUERCA; HILFERTY, 1999, p. 100-111).

Nessa perspectiva, deduz-se que a diferença entre cruzamentos e compostos seria a de que estes são combinações lexicais não amalgamadas, de realização conceptual estritamente metonímica, cuja referência se dá pragmaticamente, uma vez que o referente não aparece no produto da composição, como, por exemplo, ‘dedo-duro’, ‘couve-flor’, ‘Pão-de-Açúcar’ etc.; enquanto aqueles são combinações amalgamadas, realizadas tanto metafórica quanto metonimicamente, sendo que, se operacionalizados por metonímia, particularizam-se pela maximização das características do domínio base sobre o alvo. Enfim, na criação de um CV, dois conceitos – da base e do alvo – são associados por metáfora ou relacionados por metonímia para formar um terceiro conceito, o qual não diverge completamente dos primeiros como parece ocorrer na maior parte das palavras compostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi arrolado aqui, pode-se afirmar que CV é um processo de formação de palavras regular que possui características próprias: licencia o entrecruzamento das sequências comuns às bases, cuja quebra ocorre no ponto em que mais se assemelham fonologicamente; gera apenas uma palavra prosódica, com um único acento lexical; nos casos em que as bases são diferentes metricamente, tende a preservar em seu interior toda a base menor; apesar de haver perda de massa fônica das bases, impossibilitando a sua recuperação estrutural. Semanticamente, CVs adquirem sempre um novo significado, sem, com isso, se distanciar dos significados de cada uma das palavras matrizes.

Com se vê, o CV diferencia-se, sob vários aspectos, da composição e da recomposição, mas a questão que se coloca é se, de fato, os CVs são formados por padrões diferentes, já que há casos de cruzamento em que as palavras-base não apresentam segmentos em comum, denominados de CVs dessemelhantes, e outros, em que as bases se sobrepõem devido à correspondência de segmentos entre elas, os semelhantes fonicamente. Nos primeiros, a fidelidade às bases é fundamental para determinar um ponto de fusão que permita a recuperação dessas bases e de um ponto de quebra, de acordo com a melhor possibilidade de rastreamento das palavras matrizes; nos segundos, por não haver um ponto de quebra previsível, a fusão se dá no segmento coincidente.

CAPÍTULO 4

REDUPLICAÇÃO

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves
Luciana de Albuquerque Daltio Vialli

A reduplicação é um processo morfológico que envolve a cópia de material fonológico de uma base, à qual se chega, algumas vezes, por meio de um encurtamento, como em ‘André’ > ‘Dé’ > ‘Dedé’. Pode ocasionar a repetição de toda a palavra ou de apenas parte dela, à esquerda (‘pai’ > ‘papai’) ou à direita (‘bolo’ > ‘bololô’), com alteração fonológica (‘madrinha’ > ‘dindinha’) ou não (‘Raquel’ > ‘Quequel’). Dito de outra maneira, a reduplicação pode ser total, como nos dados em (01) e (02), ou parcial, como em (03). A diferença entre (01) e (02) reside no fato de, em (02), haver um mecanismo de redução antes da cópia; em (03), um ou mais segmentos tornam as sequências fonicamente diferentes, embora, como em (02), também haja encurtamento:

(01) come-come (jogo eletrônico); pega-pega (brincadeira infantil)

(02) bumbum (bunda); vovó (avó); Lili (Sueli)

(03) Bebel (Isabel); bololô (embolação); dodói (machucado)

A REDUPLICAÇÃO NAS LÍNGUAS DO MUNDO

Nas línguas do mundo, a reduplicação é usada em flexões, para transmitir uma função gramatical, tal como a pluralidade, e em derivações lexicais para criar novas palavras com valores semânticos os mais variados. Casos conhecidos de redobro flexional são a prefixação reduplicativa em Agta e a sufixação reduplicativa em Saho, como nos

dados exemplificados, a seguir, extraídos de Marantz (1982). Em ambos os casos, a reduplicação manifesta o número plural:

(04)

Agta

(a) takki ‘perna’ > taktakki ‘pernas’

(b) uffu ‘coxa’ > uffuffu ‘coxas’

Saho

(a) lafa ‘osso’ > lafof ‘ossos’

(b) illa ‘primavera’ > illol ‘primaveras’

Línguas indo-europeias formalmente utilizavam a reduplicação para criar uma série de formas verbais, especialmente no pretérito perfeito. Nas línguas indo-europeias mais conhecidas, mas já extintas, muitos dessas formas verbais são encontradas (KIYOMI, 1995):

(05)

Latim: *spondeo, sponendi* (“eu juro, eu jurei”)

Grego: *λείπω, λέλοιπα* (“eu saí, eu deixei”)

Gótico: *hāitan, haihāit* (“nomear, eu nomeei”)

No *tok pisin*, crioulo inglês da Papua Nova Guiné (Oceania), observa-se o redobro total na formação de verbos, como *tok-tok* (“falar”) e *luk-luk* (“olhar”). Nos crioulos franceses (COUTO, 1999), o emprego do fenômeno também é frequente, como em *tous-touse* (“tossir sem parar”), *bouz-bouze* (“mexer-se ligeiramente”). Logo, é notório que a reduplicação é um processo presente em quase todas as línguas do mundo. Isso leva Couto a defender a tese de que a reduplicação pode ser um dos primeiros processos morfológicos e gramaticais a existir, já que parte da simples junção de duas formas da maneira mais econômica: através de uma cópia.

DEFININDO A REDUPLICAÇÃO

Reduplicação é o termo padrão para esse fenômeno na literatura linguística. Outros são usados ocasionalmente: clonagem, duplicação e repetição (CRYSTAL, 1997). Como lembra Couto (2000), a reduplicação não é um fenômeno desconhecido das gramáticas tradicionais; no entanto, é tratada, nesse tipo de compêndio, sobretudo como composição. É exemplificado, quase sempre, como formas como

‘luze-luze’, ‘ruge-ruge’ e ‘quero-quero’, nem todas com o mesmo estatuto na língua, tal como apontado por Vialli (2011). O fenômeno da reduplicação encontra-se na lista dos processos marginais de formação de palavras do português não apenas por apresentar escassez de análises linguísticas e dificuldades em sua delimitação, mas também porque sua regularidade está na relação da morfologia com a fonologia (GONÇALVES, 2004).

Couto (1999) observa que o fenômeno também aparece nos tratados de retórica, como em Tavares (1978), que apresenta a epizeuxe (ou reduplicação) entre as figuras feitas por “repetição ou excesso”. Exemplifica a repetição seguida pelo mesmo vocábulo com um trecho de Gonçalves Dias: “São uns olhos verdes, verdes...”. Como o objetivo de deixar clara a diferença entre repetição e reduplicação, podemos recorrer a Garcia (1996):

repetição é a reaparição de um ou mais elementos linguísticos depois de sua primeira ocorrência no texto. Como processo expressivo, não só intratextual, mas também intertextual, a repetição [...] constitui um dos recursos mais efetivos para a intensificação da linguagem nos níveis fonológico, morfológico e sintático.

Como se depreende da citação, a repetição pode ser frasal ou lexical; no entanto, somente a lexical implica a aparição de palavras autônomas, como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios. Ora, nesse sentido, a chamada epizeuxe é um caso de repetição discursiva, muito diferente de exemplos como “Eles ficam nesse canta-canta e não fazem nada”, em que temos como resultado da repetição um substantivo. Nesse exemplo, não há mera repetição, mas um processo morfológico de reduplicação em que a clonagem da forma verbal leva à formação de uma nova palavra.

Outros exemplos de repetição vocabular utilizada com função expressiva – e que, portanto, não devem ser confundidos com a reduplicação – são os seguintes, extraídos da *Internet*, letras de músicas ou obras literárias (VIALLI, 2013):

(06)

O sol chegou, tão atrevido.
 Penetrando na cortina.
 Eu posso ver todo seu corpo.
 Descoberto, linda, linda. (Zezé di Camargo e Luciano)

Me Abraça e Me Beija, Amor
 Que o meu Coração chamou, chamou (Banda Calipso)

Ela é uma mulher grossa, grossa, grossa.

E eu dizia:
 - Ainda é cedo, cedo, cedo, cedo, cedo.
 (Legião Urbana)

Te amo muito, muito, muito!

Wierzbicka (1986) observa que repetição e reduplicação são fenômenos bem diferenciados funcionalmente. O primeiro é marcado por pausa, representada por meio de uma vírgula na escrita (‘Ele caminha devagar, devagar’); o último não admite pausa ou vírgula na escrita e constitui novo item lexical (‘bate-bate’ – “brinquedo de parque de diversões”). A autora observa que, nos casos de reduplicação, como processo, apesar de haver relação de significado com a base original, o produto é um item diferente, que mantém relação morfofonológica com a palavra-fonte; na repetição vocabular, a ideia veiculada é sempre a de intensificação.

Retomando Couto (1999), pode-se concluir que na repetição existe total igualdade entre a base e a cópia do ponto de vista formal e funcional; na reduplicação, essa igualdade se dá apenas formalmente, podendo a cópia da base ser total ou parcial. O autor decide, então, adotar o conceito de reduplicação formulado por Kiyomi (1995), transcrito em (07), a seguir:

(07)

Reduplicação:
 Dada uma palavra com a forma fonológica X, a reduplicação refere-se a XX
 ou xX (em que x é a parte de X e x pode aparecer antes, após ou no interior de X).

Condições:

- (i) XX ou xX devem ser relacionados semanticamente a X.
- (ii) XX ou xX devem ser produtivos.

Dessa forma, a reduplicação pode ser total (XX) ou parcial (xX) e a forma reduplicada não preserva a mesma função semântica e gramatical da base. Quando a reduplicação for parcial, os segmentos copiados podem pertencer ao início, meio ou final da base original; por isso mesmo, a reduplicação é um tipo especial de afixação (GONÇALVES, 2009), um processo morfológico que, de acordo com Key (1965), pode dar ideia de iteração, pluralidade, intensificação, distributividade, diminuição e mudança de categoria gramatical.

Ao analisar o alcance da reduplicação em português, Albuquerque e Gonçalves (2004: 47), como Kyiomi (1995) estabelecem condições para que se identifiquem formas resultantes desse processo:

i) a base copiada deve ser sincronicamente depreendida e haver relação de significado entre base e produto. Nesse caso, 'bebelo' é uma reduplicação porque a base 'cabelo' é reconhecida sincronicamente. O mesmo não acontece, por exemplo, com 'mamão', em que a isolabilidade do suposto prefixo reduplicativo destruiria as relações de significado no interior da palavra, uma vez que a noção de 'mão' não está contida em 'mamão';

ii) o resultado do processo deve ser uma forma com função lexical ou expressiva de avaliação (BASILIO, 1987), como ocorre, respectivamente, em 'corre-corre', que denomina um evento, e em 'Dedé', hipocorístico do antropônimo 'André', marcado pela expressão de afeto;

iii) a forma resultante não deve possuir valor onomatopaico, o que caracterizaria simplesmente a reprodução de um som e não uma cópia feita a partir de uma base, como 'fonfom' e 'auau'. Essas formações são casos de reduplicação bem motivados onomatopaicamente, ao contrário de 'bate-bate' e 'pega-pega', entre outros.

REDUPLICAÇÃO E ONOMATOPEIA

Couto (1999, 2000), Albuquerque e Gonçalves (2004) e Vialli (2008) alertam para as comparações entre onomatopeia e reduplicação, também feitas por diversos autores já citados. Key (1965) aponta que, por ter como função primordial a imitação de sons, a onomato-

peia não pode expressar funções gramaticais, tal qual a reduplicação. Alguns exemplos de onomatopeia que se assemelham à reduplicação são elencados em (08), a seguir. Sem dúvida alguma, os dados em (08) exibem seqüências replicadas e formalmente fazem uso da repetição, mas de modo algum resultam de um processo produtivo, como prevê a condição (07ii) acima. Nesses casos, a forma resultante é motivada pela reprodução aproximada, imitativa, com os recursos fonológicos de que a língua dispõe, de algum som/ruído natural:

(08)

auau = cachorro latindo
 bibi = buzina acionada; pedido de passagem; carro (infantil)
 fonfom = buzina tocando; pedido de passagem
 gluglu = gorgoletar do peru; praticar sexo (fazer gluglu)
 quero-quero = nome de uma ave que pretensamente faz esse som
 tique-taque = barulho do relógio
 chuá-chuá = água caindo abundantemente
 trim-trim = telefone tocando
 plimplim = Rede Globo (som emitido durante intervalos comerciais)
 toc-toc = batida na porta

Como se vê em (08), ruídos, gritos, canto de animais, sons da natureza, barulho de máquinas, timbre da voz humana, entre outros domínios, fazem parte do universo das onomatopeias. No domínio da fala, há várias onomatopeias com três sílabas idênticas (09), a primeira delas criada muito recentemente:

(09)

mimimi = utilizado para satirizar alguém que passa a vida reclamando nhenhe nhém = lamúria; resmungo
 tititi = vozerio; confusão de vozes
 zunzunzum = excessiva confusão

Algumas onomatopeias acabam adquirindo significados especializados, através da metáfora ou da metonímia. É o que se observa com ‘piu-piu’, barulho emitido pelo pinto, que, por também fazer referência ao órgão genital masculino, acaba sendo usada eufemisticamente como sinônimo de “pênis”, sobretudo de crianças.

Muitas formas replicadas fazem referência ao domínio do sexo e envolvem redobro total, ainda que não seja possível identificar uma base, o que torna questionável o estatuto de reduplicação. É provável

que algumas tenham motivação onomatopáica, por conta do ruído durante a prática sexual:

(10)

nheco-nheco; fuc-fuc-; lepo-lepo; vuc-vuc; tuf-tuf; lesco-lesco

Algumas onomatopéias vêm prontas de outras línguas, como o inglês (11). Além disso, muitas formas do inglês acabam sendo reinterpretadas por falantes do português como casos de reduplicação, por conta da semelhança sonora que apresentam com palavras já consagradas na língua (12), ainda que possam ter vindo do inglês:

(11)

bang-bang = barulho de tiros; tiroteio; gênero de filme
sniff-sniff = som de alguém chorando; chororô

(12)

what's up >> zap-zap “aplicativo de celular”
self-service >> serve-serve “restaurante em que se o cliente se serve”

Por conta da influência das línguas africanas na formação histórica do português, muitas delas com amplo uso da reduplicação, várias palavras com sílabas idênticas acabaram chegando até nós, muito embora não sejam casos de reduplicação, aqui entendida como em (07), ou seja, tal como concebida por Kiyomi (1995):

(13)

gogó, Iaiá, tutu, cocô, babá, nenê(m), bobó, chuchu, fofoca, babaca

Também é de origem africana a expressão ‘lero-lero’, que significa “conversa fiada; palavreado vazio”. Essa forma, nos dias de hoje, é sentida como reduplicada porque sofreu o processo de truncamento (ver Capítulo 2) e ‘lero’, sozinha, assumiu o significado de conversa, sem conotação negativa, como se observa no exemplo a seguir. Com isso, ‘lero-lero’ passa a ser entendida como um caso de reduplicação em português:

(14)

@guiafolha Muito obrigada pela atenção, em nome de toda a equipe do Guia!
E bom show aqui em SP. Bom gente, foi um prazer imenso levar esse lero com vocês. Espero que vcs tb tenham gostado. Beijão!!!
(Folha de S. Paulo, 27/04/2011)

De acordo com Couto (1999), Araújo (2000) e Albuquerque e Gonçalves (2004), a reduplicação é um processo altamente produtivo no português brasileiro (PB), sendo, mostram Villalva e Gonçalves (no prelo), de produtividade muito limitada no português europeu e em outras variantes do mundo lusófono. Na variedade brasileira, novas formas reduplicadas são facilmente encontradas. Por exemplo, o acréscimo do molde subespecificado VCV (vogal-consoante-vogal) no final da palavra expressa intensificação:

(15)

chor+o	chororô	“choro excessivo”
bol+o	bololô	“grande aglomeração”
trel+a	trelelê	“dar confiança demais”
baf+o	bafafá	“confusão; gritaria”

SUFIXAÇÃO REDUPLICATIVA

Em todas as palavras que expressam intensidade usando esta estratégia, as vogais resultantes são sempre idênticas, existindo, portanto, perfeita harmonia na melodia vocálica. Exemplos como os de (15) nos levam a considerar que o processo de cópia faz uso dos segmentos da raiz (não da palavra), uma vez que o índice temático da base nunca aparece. Assim, a partir de ‘ch[ɔ]ro’, temos ‘chororô’, instanciando uma vogal média-fechada, [ɔ], como o núcleo das três sílabas da palavra resultante. O mesmo pode ser dito sobre ‘b[a]fo’, em que a eliminação da vogal temática produz três vogais baixas idênticas (‘bafafá’).

Esse padrão de reduplicação aparece em outros casos, sempre expressando intensidade, como ‘piriri’ (“diarreia excessiva”) e ‘sururu’ (“confusão”), nos quais é difícil identificar uma base, sendo impossível uma interpretação mais composicional. Para as palavras reduplicativas desse grupo, podemos definir um modelo fonológico abstrato, C(C)V_iC_jV_iC_jV_j, em que i e j, subscritos, indicam identidade completa de segmentos e C e V, consoante e vogal, nesta ordem. Parênteses representam opcionalidade: a segunda consoante pode ou não existir: cf. ‘bafafá’ vs. ‘trelelê’.

COMPOSTOS REDUPLICATIVOS

Um segundo caso de reduplicação, igualmente mais comum no português brasileiro que em outras variedades, envolve a duplicação de um verbo para formar um composto $V_i V_j$, em que V representa verbo e i, j , subscripto, identidade entre as formas. Os produtos podem transmitir dois significados: ação (16a) ou objeto (16b). Em alguns casos, ambos os sentidos podem ser observados na mesma palavra (16c):

(16)	a. borra-borra	“ato de borrar repetidamente”
	b. bate-bate	“brinquedo do parque de diversões”
	c. pula-pula	“ato de pular repetidamente/brinquedo”

As bases de compostos $V_i V_j$ são geralmente dissilábicas (‘chupa-chupa’, “tipo de picolé”; ‘treme-treme’, “nome de um edifício em São Paulo”; ‘pisca-pisca’, “luminoso que pisca repetidamente”)¹. Há também casos como ‘empurra-empurra’, ‘espreme-espreme’ e ‘esbarra-esbarra’, com três sílabas, mas a primeira é sempre desprovida de *onset* (ataque silábico, elemento pré-nuclear). Uma vez que a reduplicação de bases verbais é regida por exigências prosódicas, os produtos sempre terminam em sílabas abertas (sem coda, elemento de travamento). Finalmente, a principal característica do processo é a seleção da terceira pessoa do singular do presente do indicativo (P3 Ind Pres): assumimos que essa é a forma não marcada do paradigma do verbo, fato que permite a releitura do verbo como substantivo.

Evidência de que P3 Ind Pres é, de fato, a forma não marcada em português é o fato de figurar em compostos VS, como em (17), composição com estrutura muito semelhante à de sintagmas verbais, e em compostos $V_i V_j$, com dois verbos diferentes igualmente na terceira pessoa do singular do presente do indicativo:

(17)	guarda-costas	“tipo de segurança”
	lava-louça(s)	“instrumento para lavar louças”
	quebra-cabeça(s)	“jogo de montagem”
	porta-copos	“objeto para pendurar copos”
	paraquedas	“artefato de lona para amortecer a queda”

1 Todas essas formas apresentam interpretação mais verbal, uma vez que também atualizam um significado mais aspectual (iterativo), remetendo a algo feito excessivamente.

(18)

bate-entope	“iguaria que logo sacia”
sobe-e-desce	“subir e descer repetidas vezes”
leva-e-traz	“fofoqueiro”
morde-e-assopra	“indivíduo que critica alguém e logo depois elogia”

Vale a pena comentar o tratamento dado à reduplicação verbal no italiano por Thornton (2008), pois também vale para o português. A autora destaca exemplos como *fuggi-fuggi* (“debandada”) e *copia-copia* (“cópia generalizada”), afirmando a composição $V_i V_i$ é responsável pela nominalização de ações em italiano, sendo muito usual nessa língua. Ela mostra que, no espanhol, esse tipo de composto é responsável pela nomeação de plantas (*duerme-duerme*, “dormideira”), brincadeiras (*pega-pega*, “brincadeira de correr”), jogos (*mata-mata*, “bola de gude”) e pessoas (*chapa-chapa*, “rico”). Guilbert (1971) elenca poucos nomes oriundos dessa operação morfológica em francês; são eles: (a) instrumentos: *coupe-coupe* (“facão”) e *vire-vire* (“ventilador”) e (b) jogos: *passé-passé* (“abracadabra”) e *cache-cache* (“esconde-esconde”). Desse modo, o processo parece bem mais usual em italiano que em outras línguas neolatinas.

Os compostos $V_i V_i$ em italiano, como *compra-compra* (“ato de comprar repetidamente”) e *parla-parla* (“ato de falar muito e dizer pouco”), são nomes de ação bem mais padronizados que em espanhol e francês, o que leva Thornton (2008) a afirmar que é o italiano a língua em que o uso da reduplicação de base verbal se faz mais presente. De modo algum concordamos com a autora, pois a variedade brasileira faz amplo uso desse mecanismo que, na maioria esmagadora dos casos, apresenta conteúdo iterativo: ato de praticar a ação expressa pela base reiteradas vezes.

Couto (1999, 2000) classifica as diversas formas de reduplicação $V_i V_i$, por ele observadas, da seguinte maneira:

(a) Formas citadas pelas gramáticas, algumas das quais em desuso:

(19)

- (i) *bule-bule*: ‘?’
- (ii) *corre-corre*: ‘correria’,
- (iii) *luze-luze*: ‘pirilampo’,
- (iv) *pega-pega*: ‘1. carrapicho; 2. conflito; 3. prisão em massa; 4. brinquedo’,
- (v) *ruge-ruge*: ‘1. ruído por saias que roçam o chão; 2. rugido; 3. barulho’

(b) Formas usadas como nomes próprios:

(20)

- (i) troca-troca: ‘nome de feira popular de Olhos d’água, Goiás’,
- (ii) Vaivai: ‘nome da escola de samba mais famosa de São Paulo’

(c) Formas não encontradas nas gramáticas, mas já dicionarizadas:

(21)

- (i) bate-bate: ‘1. movimento constante de objetos que se chocam; 2. batida’,
- (ii) lambe-lambe: ‘1. fotógrafo; 2. primeira fila dos teatros de revistas’,
- (iii) lufa-lufa: ‘grande afã, azáfama’,
- (iv) mexe-mexe: ‘tipo de jogo’,
- (v) pisca-pisca: ‘1. cacoete de piscar; 2. ato de piscar seguidamente, 3. farol intermitente, 4. farolete dos automóveis’,
- (vi) pula-pula: ‘1. tipo de ave, 2. ato de pular repetidamente, 3. brinquedo’
- (vii) puxa-puxa: ‘1. doce ou bala de consistência elástica e grudenta; 2. espécie de alfêoa, puxa’,
- (viii) quebra-quebra: ‘1. arruaça com depredações; 2. cobra-de-vidro’,
- (ix) roque-roque: ‘1. Ato de roer; 2. tipo de peixe’.

(d) Formas que não constam nas gramáticas nem estão dicionarizadas:

(22)

- (i) beija-beija: ‘ação de várias pessoas beijando umas às outras’,
- (ii) empurra-empurra: ‘tumulto, em que cada um quer se safar primeiro’,
- (iii) gira-gira: ‘brinquedo giratório de parquinho infantil’,
- (iv) mata-mata: ‘jogo decisivo’

Os mais de cinquenta dados recolhidos por Vialli (2013) – e diferentes dos já citados por Couto (1999, 2000), Araújo (2000), Albuquerque e Gonçalves (2004) e Vialli (2008) – evidenciam que, pelo menos na variedade brasileira (PB), a reduplicação de bases verbais é tão ou mais usual que em italiano, o que nos leva a repensar a afirmação feita por Thornton (2008).

No PB, há um padrão associado a esse tipo de reduplicação. No polo formal, o tema de um verbo de ação dissilábico (‘pega-pega’, ‘pula-pula’, ‘corre-corre’) ou trissilábico sem *onset* (‘agarra-agarra’, ‘espreme-espreme’, ‘empurra-empurra’) é repetido e o redobro cria um substantivo. No polo semântico, dois significados geralmente emergem. O mais básico (e comum a todas as formações) é o de

evento, como em ‘pisca-pisca’ significando simplesmente “piscar repetidas vezes”. Nessa palavra, ocorre interpretação metafórica da ação expressa pelo verbo, isto é, como o evento se desdobra no tempo, manifesta o aspecto iterativo. Nas demais acepções, ocorre nova extensão semântica e o significado se torna mais fixo, como coisa (‘pisca-pisca’ como “luzes de Natal” ou “alerta do automóvel”). Nesse caso, o nome é acessado estaticamente e a interpretação que leva ao nome-coisa é feita por meio da metonímia, uma vez que o objeto tem a propriedade de piscar reiteradas vezes. No quadro abaixo, distribuimos alguns dos dados de Vialli (2013) com base no tipo de significado que manifestam, fornecendo um exemplo para cada uso.

Forma	Sentido	Exemplo
Acende-acende	evento	O fósforo não acendia de jeito nenhum. O vento sempre apagava e a gente ficou naquele acende-acende rindo pra caramba!
Agarra-agarra	Evento	Eu já não aguento mais ficar nesse agarra-agarra no portão.
Alisa-alisa	Evento	E não diga que gosta de cafuné não... que você não vai ter sossego!! Vai ser um alisa-alisa danado!!
Arranha-arranha	Evento	Disseram que foi um empurra-empurra, um arranha-arranha que só Deus e ainda naquele calor, aff...
Ataca-ataca	Evento	E de repente, foi aquele ataca-ataca na mesa de doces. Um horror!
Bate-bate	Evento	“Arriscavam um tímido mexer da cabeça, acompanhando o bate-bate do compasso”.
	Coisa	“Carrinho de bate-bate do parque de diversões solta e acidenta menino de 7 anos”.
Beija-beija	Evento	Agora vai terminar a dança do beija-beija
Bole-bole	Evento	Dança do bole-bole (música)
Cai-cai	Evento	A unção do cai-cai iniciou-se com o americano Randy Clark, que foi ordenado pastor em 1950.
	Coisa	Fama de “cai-cai” vira brincadeira com Neymar no Twitter; veja frases mais engraçadas.
Canta-canta	Evento	“Eles ficam nesse canta-canta e não fazem nada.”
Cheira-cheira	Evento	Depois as posições se invertem e começa um cheira-cheira danado.

Cisca-cisca	Evento	Lembro que lá em casa era agitado sempre... um cisca-cisca danado quase o dia todo...
	Coisa	Como dizem os meus amigos gaúchos, vocês contrataram um eterno reserva, um cisca-cisca.
Coça-coça	Evento	Coça-coça. Seu cão ou gatinho se coça demais em partes do corpo como patas, orelhas e olhos?
Come-come	Evento	E acabou a novela sem ninguém tê-la “comido”, justo numa novela que, desde o início, foi um “come-come” adoidado.
	Coisa	Todos conhecem o famoso Pacman, vulgo come-come. É só comer as bolinhas e escapar dos inimigos.
Empurra-empurra	Evento	Confusão e empurra-empurra no final dos treinos abertos do UFC em São Paulo.
Engana-engana	Evento	A educação nunca foi prioridade em nenhum governo sempre é um engana-engana: governo fazendo de conta que paga um bom salário ao professor e o professor faz de conta que ensina.
	Coisa	Chamo de engana-engana aquele tipo onde uma pessoa finge ser competente para a organização (e o pior, o chefe acredita).
Esconde-esconde	Evento	De toda a prova apenas um não escondeu o jogo. Foi o canadense Pascal Wöllach que ficou com o 2º tempo da prova com 55:69 e fez sua melhor marca pessoal. O resto foi um esconde-esconde geral.
	Coisa	Veja como inovar no jogo do Esconde-Esconde, que pode ser jogado por crianças a partir dos 2 anos de idade.
Lambe-lambe	Evento	A superlotação felina em casa prejudicou o denngo do Nico. Esta semana tá um lambe-lambe do cacete!
	Coisa	O lambe-lambe basicamente é um pôster de papel colado com cola, em muros e postes.
Mata-mata	Evento	“Mata-mata entre gangues”.
	Coisa	“O mata-mata decisivo, com jogos de ida e volta, começa com 32 equipes.”
Mexe-mexe	Evento	“É um mexe-mexe, é um desaponta.” (música)
	Coisa	O jogo proposto pelo fabricante é o nosso “Mexe-mexe” (regras abaixo).
Mija-mija	Evento	“Eu já estava na fase mija-mija e tinha que ir ao banheiro a toda hora”.

	Coisa	“Porque será que os mija-mija (lava-vidros dos carros) ficam sem água quando fazem mais falta?”
Pega-pega	Evento	Mas às vezes, sinto eu, porém, o que se vê é um pega-pega danado!
	Coisa	O pega-pega ou apanhada é uma brincadeira infantil muito conhecida.
Pinga-pinga	Evento	Ninguém resolve o problema do pinga-pinga do ar-condicionado.
Rala-rala	Evento	No samba ela gosta do rala-rala. Me trocou pela garrafa. Não aguentou e foi ralar.
Toca-toca	Evento	Forró do toca-toca E a galera nesse tal de toca-toca quero ver você dançando nesse refrão.
	Coisa	Peça sua música aqui no Toca-Toca e dedique a quem você quiser.
Troca-troca	Evento	Troca-troca virtual: livre-se do que não presta e adquira novos objetos.
	Coisa	Evitar o troca-troca não é garantia de que o menino será heterossexual quando for adulto.

Tabela 1: Exemplos contextualizados de reduplicação de base verbal

Como se vê, a maioria só veicula a noção de evento, tendo, portanto, leitura mais verbal. Mesmo aqueles cuja referência primeira parece apontar para a noção de coisa, como ‘bate-bate’ e ‘pega-pega’, também podem ser usados com valor de evento, o que justifica argumentar que, no PB, a composição $V_i V_p$, assim como no italiano (THORNTON, 2008), constitui padrão regular e produtivo de formação de palavras. As interpretações mais idiossincráticas – se é que podemos nos referir a elas dessa maneira – decorrem de um processo de lexicalização fortemente motivado pela metonímia. Assumimos, aqui, seguindo Brinton e Traugott (2005), que a lexicalização é o processo através do qual duas ou mais unidades linguísticas se transformam em uma unidade autônoma. Nesse caso, então, o termo se refere à perda da composicionalidade morfológica e semântica, tendo em que vista que a unidade deixa de ser interpretada por acesso às partes e passa a ser tomada holisticamente.

REDUPLICAÇÃO PREFIXAL

Além dos casos já comentados de reduplicação (padrão sufixal, como em ‘chororô’, e composição $V_i V_i$, como em ‘puxa-puxa’), o português apresenta outros casos, alguns de uso mais geral, como nas situações de *baby-talk* e na formação de hipocorísticos, e outro mais específico: a prefixação afetiva em nomes de parentesco. Começemos com esse último caso.

Há, no léxico do português, um grupo de formas reduplicadas constituído por apenas seis palavras: o de nomes afetivos de parentela. O reduzido número de dados, no entanto, não causa estranhamento, já que as relações de parentesco são limitadas e partem de chamada “família nuclear”, o casal, para outros membros mais distantes, ligados por laços de consanguinidade (VILELA, 1979). Assim, uma estrutura familiar mais ampla inclui, além dos pais, (i) os irmãos, (ii) os filhos dos irmãos, (iii) os pais dos pais, (iv) os irmãos dos pais, e (v) os filhos dos irmãos dos pais (AUGÉ, 1975). Em português, são passíveis de reduplicação apenas os termos que denominam os pais (‘papai’, ‘mamãe’), os pais dos pais (‘vovô’, ‘vovó’) e os irmãos dos pais (‘títio’, ‘titia’). Esse grupo de palavras é analisado em Gonçalves (2010).

Em todos os dados, o reduplicante é um prefixo e tem o formato CV (Consoante+Vogal). Em primeiro lugar, a estrutura vazia CV é adjungida à esquerda da base e desencadeia um processo automático de cópia pela esquerda. Tomemos como exemplo a forma ‘pai’, que ilustra o comportamento de todas as demais, à exceção de ‘vovô’ e ‘vovó’. No caso de ‘pai’, a oclusiva /p/ é associada à posição de C e, logo após, a vogal /a/ se liga à posição de V do molde CV adjungido à esquerda da base. O material que sobra – a semivogal /j/ – é descartado, o que leva à formação de ‘papai’. No caso de ‘vovô’ e ‘vovó’, a cópia para o molde prefixal CV parte das formas encurtadas ‘vó’ e ‘vô’, bem mais afetivas que as plenas correspondentes. Desse modo, a reduplicação passa a ser total, uma vez que a base e o reduplicante são idênticos.

Em sua análise sobre a reduplicação, Couto (1999) aborda o fenômeno do *baby-talk*. Segundo ele, *baby-talk* é a linguagem utilizada pelos adultos ao se comunicarem com crianças, na tentativa de reproduzir a fala infantil, numa espécie de adaptação. Segundo

Crystal (1997: 38), o fenômeno é também conhecido como *motherese* (“linguagem materna”): adultos, ao falar com crianças pequenas, ou mesmo mães, situação na qual é mais comum o *baby-talk*, fazem uso de um tipo de linguagem altamente distintiva e, mostra Vialli (2008), a reduplicação constitui um dos recursos encontrados nesse tipo de interação “frequentemente estereotipado de pronúncia e palavras” (CRYSTAL, 1997: 38).

Nesse tipo de linguagem, podemos perceber padrões prosodicamente bem organizados, de modo que uma abordagem morfofonológica é a mais apropriada para dar conta desse processo. Vejam-se os dados em (23), a seguir, extraídos de Vialli (2008), nos quais os diacríticos (^) e (´) representam vogais médias fechadas e abertas, respectivamente, o ponto marca fronteira silábica e o símbolo (´), antes de uma sílaba, o acento lexical:

(23)					
chupeta	[pê.´pê.ta]	boneca	[né.´né.ka]	cabelo	[be.´bêlu]
martelo	[te.´té.lu]	mamadeira	[dê.´dê.ra]	chapéu	[pé.´pêw]
iogurte	[gu.´gu.tsi]	estrela	[tê.´tê.la]	picolé	[lé.´lé]
biscoito	[kô.´kô.tu]	pirulito	[li.´li.tu]	dormiu	[mi.´miw]

Observando os dados, podemos prever etapas para a formação das formas em (23), carinhosamente emitidas para crianças ou produzidas por elas: (1) o encurtamento da palavra de base; (2) a atuação de restrições silábicas sobre o material fonológico encurtado; e (3) a anexação do reduplicante CV à esquerda. Nesse caso, portanto, a reduplicação é também do tipo prefixal. Pelos dados, percebemos que é preservada, da esquerda para a direita, toda a sequência fonológica a partir da sílaba tônica. Em (24), representa-se o processo de encurtamento. O símbolo (*), acima da sílaba, representa a tônica e o tachado, o material que não será aproveitado:

(24)					
	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
	chupeta	chapéu	estrela	mamadeira	picolé
	[...]	[...]	[.....]	[.....]	[..]
Sobra	[´pê.ta]	[´pêw]	[´trê.la]	[´dej.ra]	[´lé]

O material fonológico que sobra é bastante diversificado, do ponto de vista da estruturação silábica, apresentando os seguintes

formatos: CV.CV ('peta' << 'chupeta'), CVC ('péu' << 'chapéu'), CVC.CV ('coito' << 'biscoito'), CCV.CV ('trela' << 'estrela'), CV ('lê' << 'picolé'). Como, nas primeiras fases de aquisição da linguagem, sílabas complexas tendem a ser simplificadas (SMOLENSKY, 1996), *no baby-talk*, que constitui tentativa mimética de reproduzir a fala de crianças pequenas, são extremamente relevantes as condições de boa-formação silábica. Essas condições atuam no material fonológico encurtado, exigindo tanto a presença do ataque (*onset* da sílaba, consoante em posição explosiva) quanto o bloqueio de complexidade nesse constituinte, ou seja, deve haver um ataque, mas não um grupo consonantal. Assim, as formas [ˈpê.ta] ('chupeta'), [ˈté.lu] ('martelo'), [ˈpa.tu] ('sapato'), [ˈlé] ('picolé') e [ˈbê.lu] ('cabelo'), entre outras, por já serem bem formadas, não se submetem a tais condições. O mesmo não ocorre, por exemplo, com [ˈkôj.tu] ('biscoito'), [ˈgux.tsi] ('iogurte') e [ˈtrê.la] ('estrela'), que apresentam diferentes realizações na palavra reduplicada. Podemos admitir, portanto, as seguintes condições de boa formação silábica:

(25)

- a. sílabas devem ter a posição de ataque preenchida;
- b. ataques devem ser simples;
- c. sílabas não finais são sempre abertas.

As condições (a) e (b) regulam o formato do *onset*, que deve aparecer sempre e não pode ser complexo. A restrição em (c) condiciona a presença de codas (elementos travadores de sílabas). Assim, sílabas fechadas (não terminadas em vogal) só são permitidas na margem direita da palavra: codas internas são proibidas. Essa condição explica a manutenção da semivogal em 'pepéu' (<< 'chapéu') e a falta desse segmento em 'cocoto' (<< 'biscoito'). Ao mesmo tempo em que garantem estruturas não marcadas, tais condições levam a forma reduplicada a destoar da palavra-fonte.

As estruturas simplificadas passam a funcionar como bases para o processo de reduplicação. No fenômeno em análise, repetimos, o reduplicante é do tipo prefixo e copia, da esquerda para a direita, a primeira sequência CV da base encurtada. Desse modo, como o reduplicante tem o formato CV e as bases tendem a ser constituídas de duas sílabas ([ˈpê.ta], de 'chupeta', e [ˈné.ka], de 'boneca') ou, menos frequentemente, de uma única sílaba com coda ([ˈpéw], de 'chapéu',

e [‘miw], de ‘dormiu’), sendo raros os monossílabos leves ([‘lé], de ‘picolé’, e [‘gu], de ‘angu’), a reduplicação em análise quase nunca é total. Nos dissílabos, o prefixo é sempre igual à primeira sílaba da base; nos monossílabos sem coda, o reduplicante é uma cópia perfeita da base. Nos monossílabos travados, no entanto, o reduplicante é infiel à base, uma vez que a coda não é copiada, por não caber no molde CV do prefixo reduplicativo. Como se vê, o processo é altamente regular, considerando-se que atua na fronteira da morfologia com a fonologia, não sendo, de modo algum, arbitrário ou assistemático.

REDUPLICAÇÃO EM HIPOCORÍSTICOS

Em relação aos hipocorísticos, nomes próprios encurtados afetivamente, a seguinte lista de formas reduplicadas é bastante extensa e em (26), a seguir, damos uma pequena amostra de hipocorísticos reduplicados. Gonçalves, Lima e Thami da Silva (2010) analisaram a reduplicação nesse tipo de formação e concluíram haver severas restrições sobre o reduplicante, que não pode se iniciar por vogal, nem apresentar coda, tendo sempre o formato CV:

(26)

Cacá (< Carlos)	Bebel (< Isabel)
Dudu (< Edu < Eduardo)	Teteu (< Mateus)
Gegê (< Getúlio)	Quequel (< Raquel)
Zezé (< José)	Ceceu (< Alceu)
Juju (< Juliana)	Lalau (< Nicolau)

Observa-se, pelos dados em (26), que a reduplicação pode ser total (‘Lulu’ << ‘Luíza’) ou parcial (‘Bebel’ << ‘Isabel’), mas tem sempre o formato CV e é do tipo prefixal. Os mecanismos que regem a formação de hipocorísticos serão explicitados no próximo Capítulo. Do ponto de vista do processo de reduplicação, a regularidade é absoluta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a reduplicação é um fenômeno que abrange os dois principais processos morfológicos da língua: a derivação e a composição. Além disso, é um típico fenômeno de interface morfologia-fonologia, já que os reduplicantes são desprovidos de

conteúdo segmental, manifestando-se através de uma operação de cópia. Resumindo, em português, o fenômeno se manifesta nas seguintes situações:

- a) reduplicação em início de palavra, utilizada, sobretudo,
 - i. em relações de parentesco: ‘papai’, ‘mamãe’, ‘titio’, ‘vovó’, ‘vovô’;
 - ii. em hipocorísticos: ‘Dedé’, ‘Bebel’, ‘Lulu’, ‘Teteu’;
 - iii. no *baby-talk*: ‘pepeta’, ‘bebelo’, ‘pipito’, ‘neneca’, ‘dedera’.

- b) reduplicação no final de palavra, quase sempre vinculada à expressão da intensidade: ‘bololô’, ‘chororó’, ‘bafafá’, ‘trelelé’, ‘melelé’;

- c) reduplicação de base verbal: ‘pega-pega’, ‘mata-mata’, ‘quebra-quebra’.

CAPÍTULO 5

HIPOCORIZAÇÃO

Hayla Thami Lage

O presente capítulo visa a descrever mais um dos processos não concatenativos de formação de palavras do português – a hipocorização. Esse processo, em suma, consiste no encurtamento de nomes próprios, como em ‘Francisco’ > ‘Chíco’¹; ‘Carolina’ > ‘Nína’; ‘Eduardo’ > ‘Edú’, ‘Dudú’ ou ‘Dú’. Comumente conhecidos pelo rótulo ‘apelidos’, os hipocorísticos são caracterizados por ser uma nomeação afetiva que mantém uma estrita relação entre o prenome e sua forma encurtada, diferenciando-se, assim, de formas que não têm qualquer ligação com o antropônimo, tal como conhecemos ‘Marrom’ para a cantora Alcione; e ‘Didi’ para Renato Aragão, por exemplo².

Para melhor compreendermos a hipocorização, estruturamos o capítulo da seguinte forma: primeiramente, definimos o processo através da ótica tradicional atribuída pelas gramáticas e sob a perspectiva de algumas aborgadens linguísticas anteriores a que propomos neste livro, diferenciando, sempre que possível, os hipocorísticos de outros processos de formação de palavras do português brasileiro; a seguir, apresentamos os tipos de hipocorísticos e suas características estruturais; e, por fim, tecemos algumas considerações finais sobre a hipocorização.

1 Cumpre salientar que o uso do acento agudo, para vogais abertas, e circunflexo, para fechadas, indica unicamente a tonicidade da sílaba e, portanto, não está necessariamente de acordo com as regras de acentuação do português. Como no Capítulo 3, a indicação da tonicidade é necessária à descrição, pois evidencia o respeito ou a violação a certos restritores, que serão abordados mais adiante. Dessa forma, ao longo deste capítulo, as formações acentuadas, na realidade, denotam unicamente a tonicidade.

2 Veremos adiante que todo hipocorístico é um apelido, porém nem todo apelido é um hipocorístico, uma que vez que este deve, obrigatoriamente, manter uma mínima relação de identidade com o antropônimo a que faz referência.

ABORDAGENS SOBRE A HIPOCORIZAÇÃO: A TRADIÇÃO

De um modo geral, as gramáticas tradicionais não mencionam o processo de hipocorização. Uma abordagem um pouco mais detalhada acerca de processos “mal-comportados” do português é a de Rocha Lima (2002). Para o autor, os hipocorísticos são uma “alteração, nascida em âmbito familiar, do prenome ou nome próprio individual” (*op.cit.*: 227), como ocorre em ‘Fabiana’ > ‘Fafá’; ‘Filomena’ > ‘Filó’; ‘Fernanda’ > ‘Nânda’ e ‘Roberto’ > ‘Betinho’.

De fato, Rocha Lima (*op.cit.*) percebe que a hipocorização se refere a antropônimos; no entanto, o grande problema de sua abordagem é agrupar, em um mesmo conjunto de dados, casos de encurtamento, como ‘Leonardo’ > ‘Léo’, e outros de derivação, como ‘Paulo’ > ‘Paulinho’.

É importante reforçar, entretanto, que, se os hipocorísticos fossem formados a partir do encadeamento de afixos, como em ‘Roberto’ > ‘Betinho’, o processo estaria em consonância com a derivação e, por isso mesmo, não deveria ser descrito sob o rubrica de “subsidiário”. Na verdade, a hipocorização é responsável por gerar bases encurtadas que, por sua vez, podem sofrer o acréscimo de afixos expressivos variados, como *-ico* (‘Toníco’), *-inho* (‘Betinho’), *-ito* (‘Eduzító’) e *-ão* (‘Xandão’), entre tantos outros.

Compactuando o ponto de vista de Rocha Lima (*op.cit.*), Monteiro³ (1983) propôs a análise dos hipocorísticos e, inclusive, um dicionário de dados⁴. O autor, entretanto, ao definir o processo como “uma alteração do prenome ou nome próprio individual” e apresentar a lista seguinte de hipocorísticos para ‘Antônio’,

‘Totônio’, ‘Toim’, ‘Tõe’, ‘Totô’, ‘Tó’, ‘Tozinho’, ‘Nanan’, ‘Toinho’, ‘Tom’, ‘Toni’, ‘Tonico’, ‘Toquinho’, ‘Tota’, ‘Tuquinho’, ‘Tonhão’, ‘Tonton’, ‘Tonho’, ‘Toninho’, ‘Toinzin’, ‘Niquinho’, ‘Tonhozinho’, ‘Totoca’, ‘Tonheiro’, ‘Mitinho’, ‘Nini’, ‘Nico’, ‘Tonca’, ‘Antoinho’, ‘Antoninho’, ‘Toinzinho’, ‘Tontonho’, ‘Tutu’, ‘Tutuca’, ‘Tonito’, ‘Nito’, ‘Sitônio’, ‘Tonzinho’, ‘Tinoco’, ‘Tonico’, ‘Antoni’, ‘Antonieto’ e ‘Tonhim’

3 Além de Lemos Monteiro, Brito (2003) também trata a hipocorização como “uma alteração do prenome, sendo também designações carinhosas familiares” (BRITO, 2003) e, portanto, a autora comete o mesmo equívoco de Monteiro ao considerar qualquer alteração carinhosa do prenome como um hipocorístico.

4 O dicionário de dados está disponível em www.geocities.com/Paris/cathedral/1036.

faz com que, de fato, o número de dados se torne infinito, considerando que é um hipocorístico qualquer alteração no prenome, sem se preocupar, por exemplo, com a relação de identidade entre a palavra-base e o item formado a partir de seu encurtamento afetivo.

No dicionário proposto por Monteiro (1999), há formas hipocorísticas extremamente opacas, a exemplo de ‘Antônio’ > ‘Tú’⁵, em que o rastreamento da base a partir da qual se forma o produto não tem relação estrita com o prenome e, por isso, não se observa a formação de um hipocorístico. Logo, se não é possível associar ‘Tú’ a ‘Antônio’, a forma linguística resultante é opaca, o que comprova a não correspondência mínima entre as duas.

Sendo assim, a hipocorização não é um “vale-tudo” de dados sem qualquer relação com o prenome a que fazem referência, como em ‘Tú’ para ‘Antônio’; hipocorísticos constituem formas estreitamente relacionadas à palavra-matriz, ou seja, o nome próprio de onde partiram. Em oposição a isso, tem-se o uso de apelidos. Estes não são criados a partir de vínculos formais, mas a partir de características extralinguísticas, como é o caso de ‘Anão’ referindo-se a alguém baixo. O mesmo raciocínio se aplica a dados como ‘Bituca’ para o cantor Milton Nascimento ou ainda ‘Spider’ para o lutador Anderson Silva. Nesses exemplos, a relação entre indivíduo-apelido não tem a ver com o seu antropônimo e, portanto, não temos um processo morfológico, como é o caso da hipocorização.

Além de conceituar os hipocorísticos, Monteiro (*op.cit.*) propõe-se a dividi-los em padrões. Para o autor, a hipocorização pode ocorrer por meio dos seguintes processos:

- (a) duplicação, esta sendo perfeita, como em ‘Fátima’ > ‘Fafá’, ou imperfeita, como ocorre em ‘Anália’ > ‘Lalá’; (b) braquissesmia, esta se subdividindo em braquissesmia por aférese, como em ‘Osvaldo’ > ‘Váldo’, por síncope, como ocorre em ‘Catarina’ > ‘Carína’, por apócope, como, por exemplo, ‘Filomena’ > ‘Filó’, e por aférese e apócope simultaneamente, como em ‘Elisabete’ > ‘Lís’; (c) acrossemia, como ocorre em ‘Maria Tereza’ > ‘Matê’; (d) sufixação, como em ‘Manuel’ > ‘Manéco’ e, por fim, (e) reforço, como, por exemplo, ‘Josefa’ > ‘Zefinha’.

5 É importante frisar que essas formas compostas por sílabas CV ou CVC, em grande parte dos dados, podem ser acrescidas de reduplicante, como ‘Tutú’, por exemplo.

A tipologia proposta por Monteiro (*op.cit.*) apropria-se de termos técnicos da gramática histórica, caracterizando, a partir de fenômenos fonológicos bem definidos, os vários tipos de redução a que o antropônimo está sujeito. Assim, o autor acaba correlacionando um processo morfoprosódico, como é o caso da hipocorização, a processos puramente segmentais. Por exemplo, o autor considera a aférese uma estratégia para a formação de hipocorísticos como ‘Oswaldo’ > ‘Váldo’ e ‘Roberto’ > ‘Béto’. Esses dados, no entanto, não revelam qualquer motivação para a aplicação desse processo, uma vez que o apagamento não é determinado por questões segmentais, mas por questões prosódicas, como observou Gonçalves (2004c).

A partir dessas regularidades, Gonçalves (*op.cit.*) propôs a descrição da hipocorização, definindo-a e delimitando padrões gerais de formação. Segundo o autor, o fenômeno consiste no encurtamento de antropônimos, de modo a preservar parte da base para que seja possível o rastreamento do prenome a partir da forma encurtada. Gonçalves (*op.cit.*) observa, ainda, que os encurtamentos constituem palavra mínima na língua, já que são compostos por até um pé binário (as palavras resultantes são maximamente dissilábicas).

Tendo em vista a definição do autor, verifica-se que a hipocorização não deve ser entendida apenas como um processo morfológico, mas como um típico caso de interface morfologia-fonologia, já que a perda de segmentos fônicos, condicionada por questões de ordem morfoprosódica, atribui ao item lexical um caráter afetivo, típico dos encurtamentos.

Assim, Gonçalves, Lima e Thami da Silva (2009) apresentam quatro tipos de hipocorísticos. O primeiro, amplamente estudado pelo autor, consiste na cópia dos segmentos melódicos à direita da palavra-base, como em ‘Augusto’ – ‘Gúto’. O segundo, analisado com mais profundidade em Thami da Silva (2008), copia os segmentos à esquerda da palavra, a exemplo do que ocorre em ‘Rafael’ – ‘Ráfa’. O terceiro, abordado por Lima (2008), copia a sílaba tônica do antropônimo, que, neste caso, é sempre a última, como em ‘Barnabé’ – ‘Bé’⁶. Por último, o quarto padrão, descrito por Thami da Silva (2008),

6 É importante destacar que os padrões C e D podem ser acrescidos de reduplicantes. No entanto, como a reduplicação é um processo morfoprosódico que ocorre após a delimitação da base encurtada, não vamos nos ater a descrevê-la neste capítulo, já que nosso objetivo é checar a formação das bases e não os demais processos a que estas podem ser submetidas na língua.

rastreia a primeira sílaba com *onset* do antropônimo, como ocorre em ‘Alessandra’ – ‘Lê’.

Embora diferentes em alguns aspectos, os padrões de hipocorização propostos por Gonçalves (2004c) apresentam características comuns. Em primeiro lugar, conforme já mencionado, todos os encurtamentos são formados por até um pé binário⁷. Além disso, as formas derivadas sempre guardam alguma identidade com as derivantes, seja porque apresentam uma sequência periférica em comum (‘Rafael’ > ‘Ráfa’ e ‘Joana’ > ‘Jô’), seja porque se aproveitam do pé nuclear do antropônimo (‘Francisco’ > ‘Chíco’ e ‘Alcir’ > ‘Cí’).

Como se pode notar, a hipocorização não só apresenta características gerais, como é o caso de estar atrelada, necessariamente, à redução de antropônimos, como também se distribui em padrões formais, segundo regularidades estruturais. Isso evidencia que, em oposição a autores prescritivistas e à própria descrição de Monteiro (1983), a hipocorização é um processo regular e previsível na língua.

Após discutida a definição de hipocorização adotada neste capítulo, é importante destacar a diferença entre a hipocorização e o truncamento – outro processo não concatenativo de formação de palavras, analisado em detalhes no Capítulo 3. Muitos autores, como é o caso de Benua (1995), Colina (1996) e Piñeros (2000), defendem que a hipocorização é um subtipo do que se denomina truncamento. Contudo, adotamos a visão de Gonçalves (2004a), reiterada por Thami da Silva (2008), Lima (2008) e Belchor (2009). Na proposta do autor, a hipocorização e o truncamento são processos distintos, ainda que impliquem encurtamentos e atuem na interface morfologia-fonologia.

Em primeiro lugar, é importante salientar que a hipocorização restringe-se aos antropônimos, enquanto o truncamento expande-se, além de substantivos próprios (‘Florianópolis’ > ‘Florípa’), a outras classes formais, como a dos substantivos comuns (‘beleza’ > ‘belê’) e a dos adjetivos (‘salafração’ > ‘salafra’). Em segundo lugar, deve-

7 O pé binário é aquele composto por duas moras, ou seja, duas unidades de peso. No português, a posição de núcleo da sílaba e de coda (posição de travamento) constituem unidades peso e, por isso mesmo, são computadas como moras. Além disso, no inventário assimétrico de pés, um pé silábico, isto é, composto por duas sílabas, também é considerado binário; entretanto, em vez de tratarmos da contagem de moras, adotamos a contagem de sílabas. Em síntese, a divisão em pés de uma palavra prosódica pode ser dada pela sensibilidade à mora e, sendo assim, temos um pé binário sempre que houver duas moras (o que, no latim, era representado por duas vogais breves ou uma longa), ou pela sensibilidade à sílaba e, nesse caso, duas sílabas estruturam um pé.

se frisar que o valor expressivo dos hipocorísticos está associado à afetividade e, portanto, demonstra proximidade entre os interagentes; ao contrário, o truncamento, que, na maior parte dos casos, relaciona-se à expressão da pejoratividade, como em ‘vagabunda’ > ‘vagába’; ‘português’ > ‘portúga’, ou à simples expressão do grau de (in)formalidade (cf. GONÇALVES, 2011), como em ‘exposição’ > ‘expô’; ‘refrigerante’ > ‘refrí’. Por fim, truncamento e hipocorização devem ser vistos como processos distintos, posto que este gera uma forma de superfície de até um pé binário, como ocorre com ‘Mariana’ > ‘Mári’, e aquele admite um encurtamento formado, por exemplo, por três sílabas, como ‘vestibular’ > ‘vestíba’. Esta é a principal diferença entre os dois processos, na visão de Gonçalves (2004c): hipocorísticos são palavras mínimas; truncamentos, não necessariamente.

Dessa forma, concluímos que a hipocorização, ao contrário do que descrevem a GT e autores como Monteiro, é um processo previsível e regular na língua e que, por isso mesmo, apresenta padrões de formação, como veremos na seção seguinte.

PADRÕES DE HIPOCORIZAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O processo de hipocorização, um fenômeno considerado marginal na língua e, portanto, rechaçado por grande parte dos estudos morfológicos, foi analisado mais a fundo a partir do trabalho pioneiro de Gonçalves (2004a), em que o autor verifica que as formações hipocorísticas, além de produtivas no PB, obedecem a padrões gerais de formação. Com base nessa constatação, abriram-se portas para o estudo da hipocorização como um fenômeno gerador de formas linguísticas vinculadas à expressão da afetividade por meio da perda de segmentos fônicos.

A partir dessa proposta, o autor aponta para a existência de quatro padrões básicos de hipocorização do português brasileiro, conforme mostra o quadro a seguir:

Tipos de Hipocorísticos			
(A)	(B)	(C)	(D)
'Edvaldo' > 'Váldo'	'Filomena' > 'Filó'	'Juliana' > 'Jujú' e 'Jú'	'André' > 'Dedé' e 'Dé'
'Augusto' > 'Gúto'	'Cristina' > 'Crís'	'Renata' > 'Ré'	'Artur' > 'Tutú' e 'Tú'
'Roberto' > 'Béto'	'Manuela' > 'Manú'	'Leandro' > 'Lelê' e 'Lê'	'Salomé' > 'Memé' e 'Mé'

Quadro 1: Padrões de hipocorização em português

O padrão A, descrito por Gonçalves (2004c), no que concerne à estrutura formal, apresenta configuração 'CV.CV⁸, como em 'Augusto' > 'Gúto', ou 'CVC.CV, como ocorre em 'Edvaldo' > 'Váldo'. Quanto à ancoragem em relação ao antropônimo, o material fonológico preservado da base encontra-se à direita da palavra prosódica. Uma especificidade desse padrão de hipocorização diz respeito à sílaba tônica. Diferente do tipo B, descrito mais adiante, no modelo chamado *default* (GONÇALVES, *op. cit.*), mantém-se a sílaba tônica da palavra-base e, conforme revelam os dados, o hipocorístico compõe-se por um pé troqueu moraico⁹, como nos exemplos a seguir:

(01)	Ma.ri. [lê.na] > Lêna (* .)	Ed. [vál].[do] > Váldo (* .)	Ra. [quel] > Quél (*)
------	----------------------------------	-----------------------------------	----------------------------

Como se vê, em (01), o padrão A de hipocorização escaneia os segmentos fônicos à direita da base, mais especificamente um pé troqueu moraico¹⁰. O material rastreado gera formas de superfície compostas por sílabas 'CV.CV, como em 'Marilena' > 'Lêna'; 'CVC.

8 Nesta representação, típica dos modelos autosssegmentais (cf. GOLDSMITH, 1976; MCCARTHY, 1981), C e V representam, nesta ordem, um segmento consonantal e vocálico; o ponto delimita as sílabas e o símbolo ' prefacia a sílaba tônica.

9 Consideramos, para esta análise, a proposta de Collischonn (2005) em que a autora propõe, com base na análise pioneira de Hayes (1995), que a formação de um pé está associada à contagem de moras, que seriam unidades de peso da sílaba; dessa maneira, o pé troqueu moraico constitui-se de duas moras, tendo, portanto, duas unidades de peso e proeminência à esquerda, considerando duas sílabas leves, como em (* .), ou simplesmente (*), formando-se um sílaba pesada CVC.

10 Pé monossilábico com duas moras, a exemplo de 'sol', ou dissilábico com duas moras, a exemplo de 'casa'. Na representação adotada, a sílaba final de 'Váldo' é anexada diretamente à palavra prosódica, não formando pé com a sílaba anterior, bimoraica ('val'), que sozinha forma o troqueu.

CV, como em ‘Edvaldo’ > ‘Váldo’; e CVC, como em ‘Raquel’ > ‘Quél’. No primeiro caso, as vogais contabilizam uma mora cada e garantem a formação do pé troqueu; já no segundo, a sílaba final CV, por ser leve, não forma um pé e, por isso mesmo, o escaneamento avança para a sílaba imediatamente seguinte. Como essa sílaba é pesada, a sequência fônica CV mais à direita é integrada a esse pé, ainda que esse constituinte tenha três moras. Por fim, no terceiro exemplo, as duas moras necessárias à formação do troqueu se localizam na sílaba final pesada, o que garante um pé binário constituído de uma única sílaba. Sendo assim, são formados, por esse padrão, hipocorísticos minimamente bimoraicos e maximamente dissilábicos (cf. GONÇALVES, 2004c).

No que se refere à estrutura silábica que governa o padrão A, pode-se dizer que há uma tendência à emergência de estruturas silábicas CV – e, por esse motivo, (a) não são licenciadas sílabas cuja posição de *onset* não seja preenchida (*élma < ‘Joelma’); (b) *onsets* complexos são desfeitos (‘Xânde’ < ‘Alexandre’); e (c) codas obstruintes são bloqueadas (‘Béto’ < ‘Roberto’).

Além disso, é importante enfatizar que, em casos como o de ‘Murilo’ > ‘Lílo’, por exemplo, o escaneamento da sequência fônica gera a forma *Rílo, que é agramatical na língua. Essa agramaticalidade deve-se ao fato de que, no português, há um bloqueio fonotático que inviabiliza a formação de palavras iniciadas por tepe ($[\square\square]$)¹¹. Nesses casos, a estratégia linguística utilizada para preencher a posição de *onset* é a cópia do ataque da sílaba mais à direita.

Assim, pode-se afirmar que o tipo A apresenta as seguintes características formais: (a) compõe-se por um pé troqueu moraico; (b) privilegiam-se estruturas CV, mas, a fim de preservar integralmente a sílaba tônica, emergem dados em que o preenchimento da coda vocálica é licenciado (‘N[aldo]’ < ‘Arnaldo’; ‘Mêire’ < ‘Rosimeire’; ‘Irineu’ > ‘Nêu’; ‘Isabel’ > ‘Bél’); (c) são bloqueadas formações iniciadas por tepe e, nesses casos, copia-se o ataque da sílaba mais à direita (‘Clarissa’ > ‘Síssa’). Dessa maneira, formas como ‘Francisco’ > ‘Chíco’, ‘Alcebiádes’ > ‘Bíde’ e ‘Fernanda’ > ‘Nânda’ apresentam características afins que, portanto, ratificam a existência de regularidades

11 O erre-fraco (tepe), como é sabido, não pode ocupar a posição de início de palavra prosódica. Esta é uma característica da própria fonologia do português evidenciada na análise do padrão A de hipocorização.

que fomentam o entendimento da hipocorização como um processo regular na língua.

No que concerne ao tipo B, analisado por Thami da Silva (2008, 2013), são copiados os segmentos à esquerda do antropônimo e a sequência fônica escaneada pode apresentar duas sílabas leves, como em ‘Filomena’ > ‘Filó’, ou uma sílaba pesada, como ‘Gilberto’ > ‘Gíl’, o que caracteriza a formação de um pé bimoraico.

Sobre a pauta acentual dos hipocorísticos, os dados revelam que três fatores determinam a localização da tônica, nos casos dissilábicos. O primeiro diz respeito aos encurtamentos terminados em vogais médias. Casos como o de ‘Alessandra’ > ‘Alê’ requerem o acento à direita da palavra prosódica para garantir a identidade de traços entre a base e seu encurtamento, já que o português apresenta, na posição postônica final, apenas três vogais – /I, U, a/ (MATTOSO CÂMARA JR., 1970) – e o acento na primeira sílaba detonaria a aplicação da regra de neutralização das postônicas, levando à forma [‘a.li], bem mais distante da base que [a.’le].

O segundo fator que determina a acentuação desse padrão de hipocorização relaciona-se à proibição de encurtamentos dissilábicos terminados em -i receberem acento na segunda sílaba, como em ‘Patrícia’ > ‘Páti’. No entanto, vale ressaltar que alguns dados, como ‘Gabriela’ > ‘Gábí’, requerem o acento em -i final, de modo a diferenciar o gênero (feminino e masculino), já que o hipocorístico referente à ‘Gabriel’ é ‘Gábí’ e, portanto, apenas a mudança da posição acentual distingue as formas encurtadas relativas aos antropônimos ora em destaque.

Por fim, os hipocorísticos, sobretudo os efetuados a partir de antropônimos constituídos por quatro sílabas, em geral, são fiéis ao acento secundário, como ocorre em ‘Janaína’ > ‘Jâna’ e, portanto, este recai à esquerda da palavra prosódica resultante, conforme os exemplos em (02):

(02)

[A.le].[ssan.dra] > Alê
(. *)

[Gil].[ber.to] > Gíl
(*)

[Ma.ri].[ana] > Mári
(* .)

Verifica-se, em (02), que o padrão B explora a margem esquerda do antropônimo, mais especificamente um pé com duas moras. Sendo assim, são copiados os segmentos melódicos da esquerda para a direita até formar um pé bimoraico. Quanto ao acento, dados como ‘Alessandra’ > ‘Alê’ formam pés iâmbicos, a fim de garantir a identidade de traços com o antropônimo. Outra possibilidade de configuração estrutural é a de casos como o de ‘Gilberto’ > ‘Gíl’. Nesse exemplo, como há uma sílaba pesada mais à esquerda da base, forma-se um pé troqueu moraico, composto por duas moras. Por último, podem ser encontradas formações como a de ‘Mariana’ > ‘Mári’. Nesse caso, a impossibilidade de que o hipocorístico acentue a vogal -i final leva à formação de um troqueu; logo, o acento recai à esquerda da palavra prosódica, além de se respeitar o acento secundário.

É fundamental destacar que alguns dados do tipo B fogem, em princípio, ao padrão estrutural de formação de pés. Casos como o de ‘Priscila’ > ‘Prí’ podem caracterizar, na verdade, a formação de um pé degenerado, ou seja, um pé composto por uma única mora¹². Esses monossílabos leves, na verdade, são bem mais expressivos que os demais casos já abordados, além de serem mais comuns na fala feminina ou em nomes femininos, o que pode sinalizar a chamada função indexical (GONÇALVES, 2003b), já aludida no Capítulo 2.

Cumpre salientar, ainda acerca do tipo B de hipocorização, que, diferentemente do que ocorre com o padrão A, são permitidas complexidades na estrutura silábica. A única complexidade que não é licenciada no padrão é o preenchimento da coda por obstruintes. Assim, verificamos que o tipo B prioriza a ancoragem estrita com a margem esquerda da palavra-base, em detrimento de condições que regulem a formação de sílabas menos marcadas, que é o caso do padrão CV.

Conclui-se, então, que o tipo B de hipocorização caracteriza-se pelas seguintes características formais: (a) privilegia-se a ancoragem

12 Casos como o de ‘Priscila’ > ‘Prí’ parecem apontar para uma questão prosódica mais abrangente no que concerne ao uso de formas hipocorísticas em posição de vocativo. Observando contextos reais de interação, percebemos que a maioria dos falantes alonga a vogal final ao fazerem referência ao nome encurtado. Em virtude disso, teríamos, na realidade, a formação do pé decorrente do alongamento da vogal final. Entretanto, como não houve testagens mais detalhadas sobre essa observação e, além disso, favorece o alongamento, preferimos manter a análise respaldando-a na formação de um pé degenerado, já que este se aplica a todos os contextos linguísticos e, então, não se restringe ao uso de um padrão de hipocorização em contexto de chamamento.

à esquerda e, com isso, são mantidas estruturas silábicas complexas; e (b) quanto à tonicidade, deve-se ter em conta a alternância decorrente do respeito à identidade de traços do *input* para o *output*, a não possibilidade da vogal -i final portar acento e à fidelidade ao acento secundário.

O padrão C, também descrito por Thami da Silva (2008), rastreia a primeira sílaba à esquerda do prenome com a posição de ataque preenchida. Essa sílaba pode ser reduplicada, o que faz do padrão C variável, visto que podem vir à superfície encurtamentos compostos por um pé mononoraico ou por um pé bimoraico formado por RED_{cv} 'CV e, então, o acento posiciona-se à direita da palavra prosódica, caracterizando, assim, a formação de pés iâmbicos¹³, como em (03):

(03)
 E. [du].[ar.do] > Dú ou RED + [du] > Dudú
 (*) (. *)

Em (03), observamos, mais uma vez, assim como no tipo B, que se escaneia a borda esquerda da palavra-matriz, especificamente a primeira sílaba com *onset*; esta, por sua vez, pode ser reduplicada, gerando duas formas possíveis de *output* – uma simples ('Dú') e outra com reduplicante ('Dudú'), como sinalizado no Capítulo 4.

Os únicos casos que não apresentam possibilidade de trazer à superfície duas formas de *output* são antropônimos iniciados com erreforte, como em 'Renata' > 'Rê'. Para esse antropônimo, por exemplo, não emerge a forma *Rerê, posto que, no português, uma regra fonotática bloqueia a contiguidade de erres-fortes, como sinalizado em Thami da Silva (2008)¹⁴. Ressalte-se, portanto, que há um impedimento da própria fonologia da língua para o uso do reduplicante, o que traz à superfície uma única forma.

É importante destacar que o padrão C, diferentemente do que ocorre no tipo B, caracteriza-se pela manutenção de sílabas com padrão CV. Dessa maneira, a posição de ataque sempre deve ser preenchida, não são licenciadas complexidades no *onset* e as sílabas devem ser livres (abertas), ou seja, não são permitidas codas.

13 O pé iâmbico é aquele cujo acento recai à direita da palavra prosódica, ou seja, há a formação de palavras oxítonas.

14 De fato, nenhuma palavra da língua apresenta duas vibrantes múltiplas em *onset* de sílabas vizinhas. Quando róticos ficam adjacentes, um deles é sempre o tepe, como se vê em 'arara' e 'pirapora', entre tantos outros exemplos.

Sendo assim, no que se refere ao padrão C, os aspectos formais relevantes são os seguintes: (a) privilegia-se a margem esquerda, mais especificamente a primeira sílaba com *onset*; (b) a estrutura silábica da base é sempre CV; (c) a sílaba CV escaneada é passível de reduplicação, trazendo à tona duas formas de *output*; e (d) antropônimos iniciados por erre-forte só admitem uma forma de superfície, devido à impossibilidade, revelada pela própria organização fonotática do português, de haver contiguidade de erres-fortes em ataques silábicos adjacentes.

Sobre o padrão D, analisado por Lima (2008), deve-se afirmar que também constitui um padrão variável de hipocorização, assim como o tipo C. A sílaba tônica é copiada e esta é passível de reduplicação, como em ‘André’ > ‘Dedé’ e ‘Dé’. A principal característica desse padrão é que a sílaba tônica sempre está à direita da palavra prosódica e, além disso, quando apresenta alguma complexidade na posição de ataque, há simplificação da estrutura silábica, de modo a constituir padrão CV ou CVC, já que é licenciado o preenchimento da posição de coda. Nesse último caso – o de sílaba com travamento –, é copiada para o reduplicante apenas a estrutura CV, como se pode verificar em (04):

(04)
 I.sa.[b e l] > ‘Bél’ ou RED=CV+ [b e l] > ‘Bebél’
 (*) (. *)

Pode-se notar que o material fonológico aproveitado para a formação do hipocorístico é a sílaba tônica da base. Tal sílaba pode ou não ser acrescida de um reduplicante, o que caracteriza o tipo D como um padrão variável de hipocorização, já que podem vir à superfície duas formas de *output*: uma sem reduplicante, e outra com RED. Na verdade, a reduplicação é um processo morfológico que largamente incide em hipocorísticos.

Cumpramos enfatizar que o padrão D, bem como o C, proíbe complexidades na posição de ataque, como no exemplo ‘Dé’, em vez de ‘Dré’ para ‘André’. Em contrapartida, apesar de bloquear *onsets* complexos, é possível o preenchimento da posição de coda, desde que esta seja vocálica, como em ‘Raquel’ > ‘Quél’ ou ‘Quequél’.

Sendo assim, o tipo D de hipocorização caracteriza-se por (a) rastrear a sílaba tônica da palavra-base, que deve, necessariamente, ter cabeça à direita, garantindo, então, a formação de pés iâmbicos;

(b) privilegiar sílabas CVs, à exceção de vocábulos cuja coda seja vocálica, o que possibilita uma estrutura CVC_[vocêide]; e (c) gerar duas formas de *output*, uma simples e outra reduplicada.

Após visitados os quatro padrões de hipocorização e, sobretudo, após descritas as características fundamentais de cada um deles segundo a proposta de Gonçalves (*op.cit.*), verificamos muitas semelhanças estruturais no que diz respeito, de um lado, aos tipos A e D e, de outro, B e C. Ou seja, seria D um padrão pertencente a A, em virtude de preservar a sílaba tônica, e C um tipo de rastreamento à esquerda e, portanto, um subpadrão contido em B?

No que concerne aos tipos A e D, segundo a proposta de Gonçalves (2004a), podemos verificar que o padrão A, bem como o D, respeita a borda direita da base e mantém a sílaba tônica do antropônimo na forma hipocorística. Em outras palavras, dados como ‘Alcir’ > ‘Cí’ e ‘Marilena’ > ‘Lêna’ são semelhantes em decorrência de privilegiar a margem direita da palavra-base, em função de, nessa margem, se localizar o acento. No que concerne à construção de pés, o padrão A forma, necessariamente, troqueus moraicos¹⁵, assim como D. Além dessas características formais, tanto os dados do tipo A como os do D, obrigatoriamente, têm a posição de ataque silábico preenchida e, também, não admitem complexidades na estrutura interna da sílaba.

Uma diferença que pode ser observada a partir das descrições propostas por Gonçalves (*op.cit.*) e Lima (2008) para os tipos A e D diz respeito ao preenchimento da posição de coda. Na análise dos autores, observamos que os dados do tipo A admitem o travamento da sílaba, desde que ele ocorra com segmentos vocóides e nasais. Já o tipo D limita-se ao uso de vocóides na posição de coda, uma vez que esse segmento é final. Observemos, a seguir, os exemplos:

(05)

‘Antônio’ > ‘Tôm’
 ‘Alcir’ > ‘Cí’
 Isabel > Bél

15 Aqui consideramos a proposta de inventário de pés assimétricos proposta por Hayes (1995). Nela, o autor evidencia que há ambiguidade da formalização de troqueus e iambos. O troqueus moraico, assim como o pé iâmbico, pode ter uma única sílaba pesada, ou seja, com duas moras ou uma vogal longa. Nesse caso, valendo-nos dessa ambiguidade, podemos evidenciar que a formação de pés é uma semelhança entre os padrões A e D.

O que se verifica em ‘Antônio’ é o preenchimento da posição de coda por um segmento nasal, tendo em vista o fato de a vogal ser nasalizada, em sua forma fonética; em ‘Alcir’, como a coda somente pode ser preenchida por vocóides, emerge como encurtamento a estrutura ‘Cí’ e não *‘Cír’. Já em ‘Isabel’, como a coda é vocálica, devido à vocalização da lateral alveolar nesse ambiente, o resultado é ‘Bél’.

A partir dessas observações, elaboramos a tabela a seguir que mostra a síntese das observações formais que aproximam e distinguem os padrões A e D de hipocorização:

Aspectos formais observados	PADRÃO A	PADRÃO D
• Rastreamento prosódico	à direita da palavra-matriz	à direita da palavra-matriz
• Manutenção da sílaba tônica da base	obrigatória	obrigatória
• Formação de pés	troqueu moraico	troqueu moraico
• Questões da sílaba: Preenchimento do ataque	obrigatório	obrigatório
Preenchimento da coda	possível, por segmentos vocóides ou nasais	Possível apenas por segmentos vocóides
Complexidades estruturais na sílaba	não licenciadas	não licenciadas

Quadro 2: Diferenças e semelhanças entre os tipos A e D

Como se pode verificar, considerando os aspectos formais mais gerais acerca dos padrões A e D, percebemos que predominam as semelhanças estruturais entre esses tipos de hipocorização. Além disso, no que tange às divergências, em alguns casos, elas não são totais, como ocorre, por exemplo, no preenchimento da posição de coda. Tanto A como D licenciam codas vocóides, o que aponta para o fato de que A contém D, já que o primeiro permite o uso de segmentos vocóides e nasais (em posição interna); e D, apenas de vocóides (posição final). Deve-se acrescentar ainda que, em alguns dados, como apresentamos anteriormente, há formação de troques

no padrão D, o que, na verdade, é uma exigência do padrão A. Dessa forma, ainda que haja uma diferença, D, de fato, está contido no tipo A de hipocorização, considerando, para tanto, aspectos formais.

Quanto aos padrões B e C, verificamos como principal semelhança o fato de ambos privilegiarem a margem esquerda da palavra-matriz – o antropônimo. Essa posição fonológica, considerada proeminente segundo Beckmann (1998)¹⁶, pode ser, no caso do tipo B, o pé mais à esquerda, como em ‘Filomena’ > ‘Filó’ ou a primeira sílaba com *onset* preenchido, no caso do tipo C, como em ‘Eduardo’ > ‘Dú’. Ademais, outra semelhança diz respeito a não obrigatoriedade da sílaba tônica da palavra-matriz na formação encurtada.

Do ponto de vista estrutural, as semelhanças entre as formas B e C param por aí. Enquanto B, de um lado, requer a manutenção praticamente total do constituinte prosódico à esquerda, em detrimento de uma formação silábica menos marcada, o padrão C leva a cabo a simplificação da sílaba, trazendo à superfície dados constituídos de sílabas CV e, portanto, menos marcadas quanto à forma, conforme comprovamos no Quadro 3, a seguir:

Aspectos formais observados	PADRÃO B	PADRÃO C
• Rastreamento prosódico	à esquerda da palavra-matriz	à esquerda da palavra-matriz
• Manutenção da sílaba tônica da base	não-obrigatória	não-obrigatória
• Formação de pés	troqueou moraico ou iambo	degenerado
• Questões da sílaba: Preenchimento do ataque	não obrigatório	obrigatório
Preenchimento da coda	possível, por segmentos não obstruintes	impossível
Complexidades estruturais na sílaba	licenciadas pelo margeamento	não são licenciadas

Quadro 3: Diferenças e semelhanças entre os tipos B e C

16 Segundo Beckmann (1998), há um pequeno inventário de posições linguisticamente privilegiadas. São elas: sílabas iniciais de raízes/palavras, sílabas acentuadas, *onsets* silábicos, raízes, vogais longas.

Pelo Quadro 3, verificamos que, formalmente, os tipos B e C são bastante divergentes. O padrão B de hipocorização preconiza a manutenção do constituinte prosódico mais à esquerda, exigindo, ainda, a sua cópia quase que total, mesmo que, para isso, seja necessária a emergência de um hipocorístico bastante marcado estruturalmente, como ocorre em ‘Cristina’ > ‘Crís’ ou ‘Cleonice’ > ‘Cléo’, por exemplo. Já o tipo C traz à tona dados compostos de uma única sílaba CV e, por isso mesmo, menos marcada formalmente. O ônus de ter um encurtamento composto de uma sílaba CV é, sem dúvida, uma maior perda de segmentos, o que acarreta maior opacidade nos encurtamentos, visto que se torna mais difícil detectar a que antropônimo o hipocorístico se refere; e, ainda, o fato de termos a formação de pés degenerados, pois, como não se mantém a sílaba tônica da base na maioria esmagadora dos dados, não temos a formação, necessariamente, de pés iâmbicos, mesmo o acento recaindo na última sílaba.

Cumprido destacar, também, que não há um padrão acentual nítido no que se refere ao tipo B de hipocorização. Retomando a proposta de Thami da Silva (2008), três fatores condicionam o acento: (a) o respeito ao acento secundário, como ocorre em ‘Ráfa’ para ‘Rafael’; (b) a manutenção da identidade entre *input* e *output*, como em ‘Alessandra’ > ‘Alê’, e (c) a não possibilidade de o acento recair na vogal -i, sendo o pé composto por duas moras, como em ‘Larissa’ > ‘Lári’. Dessa maneira, ora tem-se a formação de pés trocaicos, ora de iâmbicos. Entretanto, analisando mais detalhadamente os dados, verificamos que, na verdade, a formação de pés iâmbicos ocorre, majoritariamente, para garantir o não-alteamento de vogais médias finais, o que, por uma questão de identidade na relação prenome-hipocorístico, tornaria o encurtamento mais opaco, como no caso de ‘Herondina’ > ‘Herô’. A forma ‘Héru’ não emerge exatamente pelo respeito à identidade de traços entre *input* e *output*. Fora casos como esses, há algumas poucas exceções, como ‘Jaqueline’ > ‘Jáque’. Nesses casos, a pressão pelo respeito ao acento secundário predomina em detrimento da relação mais estrita de identidade das formas.

O padrão C, em contrapartida, dificilmente, estrutura-se a partir de uma sílaba tônica e, essencialmente, leva a uma formação hipocorística cujo pé é degenerado, como ocorre com ‘Jú’ para ‘Juliana’, ‘Ná’ para ‘Natália’ e ‘Gí’ para ‘Gisele’. Nesses casos, o que se tem é a cópia da sílaba mais à esquerda com a posição de *onset* preenchida; assim, a

força pela manutenção da margem é maior do que a necessidade de a forma encurtada ter um pé bem formado.

Em ‘Leonardo’, há o rastreamento do constituinte prosódico mais à esquerda da base, ‘Léo’, aproveitando, assim, todo o material fonológico à esquerda da palavra-matriz, ainda que haja complexidades estruturais no nível da sílaba. Em ‘Filomena’, privilegia-se não apenas o margeamento perfeito com o pé mais à esquerda da base (‘Filó’), mas a estrutura silábica CV (‘Fí’). Nesse último caso, a formação ‘Fí’ para ‘Filomena’ pode ser acrescida de um reduplicante, como em ‘Fifí’; contudo, como o acréscimo de reduplicante faz parte de um processo morfológico posterior ao encurtamento, não vamos nos ater na descrição dessa operação: constitui processo à parte, amplamente descrito no Capítulo 4.

Uma questão acerca de possíveis relações formais entre os tipos B e C diz respeito ao fato de que, em alguns casos, C parece estar, estruturalmente, contido em B, como ocorre em ‘Alessandra’ > ‘Alê’ ou ‘Lê’, sendo a primeira forma diminuta relativa ao tipo B e a segunda, ao C. Nesses casos, podemos pensar em uma espécie de “hipocorístico do hipocorístico”, ou seja, inicialmente, tem-se a formação de tipo B (‘Alê’) de hipocorização e, depois, o encurtamento deste para, então, a formação do tipo C (‘Lê’).

A partir de casos como o de ‘Alessandra’, ainda que haja inúmeras divergências formais entre os padrões B e C, não seria possível considerar que C está contido em B, visto que nada mais seria do que uma simplificação de B?

Na realidade, admitimos que não. O que dizer de nomes como ‘Rosemary’ em que se pode usar a forma ‘Rôse’ e ‘Rô’. Como afirmar que ‘Rôse’ precede ‘Rô’? Diante desse impasse, resolvemos não só avaliar os hipocorísticos no que concerne à equivalência ou à aproximação entre os aspectos formais dos tipos de hipocorização do português brasileiro, mas também verificar a questão sócio-interacional quanto à eleição de uma ou outra forma de encurtamento. Dito de outra maneira, seriam os tipos A e D utilizados, indistintamente, nos mesmos contextos interacionais? E quanto aos padrões B e C?

Através de testes de expressividade de formas, o que se verifica é que o uso de formas diminutas mais opacas, ou seja, com maior

perda segmental, é mais proximal. Em outras palavras, o uso de hipocorísticos do tipo C, compostos de uma única sílaba CV, é mais afetivo que um encurtamento em que haja menor perda segmental, como no caso de dados como ‘Eduardo’ > ‘Edú’, que é, então, menos afetivo; e ‘Dú’ é a forma mais expressiva quanto à afetividade.

Por se tratar de uma formação mais afetiva no que concerne à expressividade, o padrão C é uma formação sempre possível estruturalmente, desde que condicionada a fatores interacionais, ou seja, os falantes recorrem a essas formações quanto adotam uma postura interacional afetiva. Sendo assim, há uma distribuição complementar entre os tipos A e B e formações do tipo C: de um lado, contextos menos afetivos priorizam o uso de estruturas A e B e, no caso de formação em C, tem-se interações mais proximais. Um exemplo disso é que, em contextos como uma primeira apresentação entre dois indivíduos, muitas vezes, há uso dos tipos A ou B. Quem nunca ouviu, por exemplo, a ‘Carolina’ se apresentar como ‘Carol’ já num primeiro encontro? O mesmo não se aplica ao uso de ‘Cacá’ ou ‘Cá’ para o antropônimo ‘Carolina’.

Dessa forma, o que verificamos é que as formações mais diminutas, como o caso do padrão C, podem ocupar uma posição interacional diferente, condicionada a questões de proximidade entre os interactantes. Essas formas são, dessa maneira, consideradas mais afetivas¹⁷:

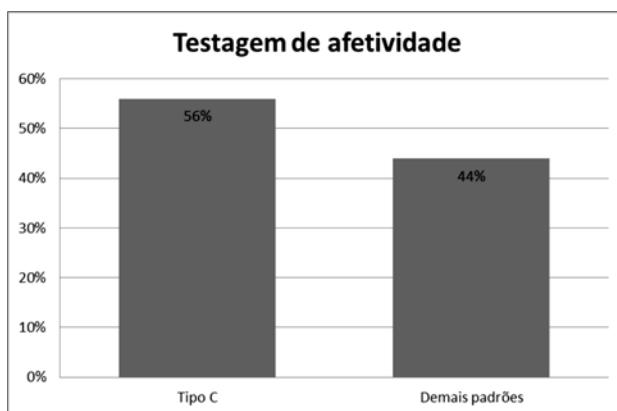


Gráfico 1: Testagem do efeito ‘expressividade’ nos tipos de hipocorização

17 A testagem completa se encontra em Thami da Silva (2013), que levou em conta a opinião de cerca de 20 indivíduos, homens e mulheres na faixa do 20-30 anos. O teste consistiu de perguntas simples sobre o emprego de hipocorísticos concorrentes, do tipo CV ou mais complexo.

Como se pode comprovar, o padrão C, que se forma a partir de grande perda de segmentos e, em muitos casos, concorre com os tipos A e B de hipocorização, é usado pelos falantes principalmente em contextos sociointeracionais que demandam maior proximidade entre os interactantes.

E quanto ao padrão D? O mesmo que ocorre em C aplica-se aos encurtamentos de uma sílaba margeados à direita da palavra-matriz? A resposta para essa pergunta está no *corpus* relativo ao tipo D de hipocorização, disponível em Lima (2008). Esse padrão, composto de um número bastante ínfimo de dados, cerca de 14, em geral, não concorre com outras formas de hipocorização e, se concorre, nunca é com o padrão A, o que aponta efetivamente para o fato de que A e D sejam um único tipo estrutural de hipocorização.

Em casos como o do prenome ‘Marli’ > ‘Lí’, o padrão A rastreia a sílaba tônica e esta, por sua vez, em dados do tipo D, é sempre a última. Não há como se formar outro tipo de hipocorístico como base em ‘Marli’ que interfira no padrão A, mesmo porque, se aproveitássemos a margem esquerda da base, o que acarretaria um conflito com o tipo B de hipocorização, teríamos a formação de um homônimo ‘mar’, também substantivo na língua, o que, por sua vez, tornaria a forma encurtada estranha e, com isso, pouca efetiva no que se refere à difusão da afetividade, uma vez que a forma poderia ser interpretada como um substantivo comum. É claro que nem sempre a concorrência com dados do padrão B gerará estruturas homônimas, como é o caso de ‘Isabel’ > ‘Ísa’ ou ‘Bél’, o que demarca a variação do processo de hipocorização, mas nunca a variação entre A e D.

Dessa forma, concluímos, em primeiro lugar, que o padrão D, na verdade, está contido em A, uma vez que, além de formalmente semelhantes, não concorrem em contextos interacionais. Isso advém do fato de que o padrão D, em geral, restringe-se a prenomes já curtos, com cerca de duas sílabas, e, com isso, o aproveitamento da margem direita, em que se encontra a cabeça da base, é a única opção de formação afetiva. Quando há exceções, conforme o caso do prenome ‘Isabel’, as formas concorrentes são B e D, o que nos faz definir o padrão D como pertencente ao tipo A.

Em segundo lugar, devemos definir os padrões B e C como dois tipos de hipocorização. O que nos possibilita chegar a tal conclusão são

as diferenças formais que há entre cada um dos tipos, já que, no caso de B, privilegia-se o margearamento à esquerda e, em C, o que está em jogo é a emergência de uma estrutura silábica menos marcada. Além disso, o padrão C é sempre possível em contextos comunicativos que demandam maior vínculo afetivo entre os interactantes, diferentemente do tipo B, que, em geral, ocorre em contextos menos afetivos□.

É sabido que, em muitos momentos, a delimitação formal entre os tipos B e C é bastante tênue, sobretudo quando tratamos de encurtamentos, como ‘Eduardo’ > ‘Edú’ ou ‘Dú’, uma vez que entendemos que ‘Dú’ é fruto de ‘Edú’; contudo, esses dados não correspondem à maioria dos casos de conflito entre a emergência de formas dos tipos B e C de hipocorização. E, mais do que isso, estamos assumindo que o padrão C tem um comportamento bastante divergente dos tipos A, agora também composto dos dados do padrão D, e B. Isso ocorre em virtude do fato de C estar condicionado a contextos mais proximais. Se C não concorre diretamente com A e B nos mesmos contextos de uso, para esta análise, não faremos com que C emerja, pois, por caracterizar formas sempre possíveis e muito mais afetivas, estaríamos colocando no mesmo patamar hipocorísticos que não são utilizados com o mesmo fim.

Sendo assim, numa escala de afetividade, as formas do tipo C ocupam o topo do *ranking*, dado que, em se tratando de contextos dependentes de maior proximidade entre os interactantes, sempre se sobrepõem às formas pertencentes a A e B. Por isso mesmo, os padrões mais básicos de hipocorização são A e B, pois não dependem tão estritamente do contexto para serem efetivamente produzidos. Desse modo, podemos avaliar os padrões de hipocorização a partir de duas óticas: de um lado, os dados mais acessados pelos falantes, que correspondem aos padrões A (lembrando que este incorpora os dados do tipo D) e B; e, de outro, o padrão C, considerado a melhor forma de exprimir afetividade.

Com isso, verificamos que, diferentemente da ótica prescritivista que considera a hipocorização um processo assistemático, na verdade, o que temos é um processo de interface morfologia-fonologia e, se interpretado como tal, podemos adotar uma tipologia baseada em três grandes tipos de encurtamentos, conforme descrevemos anteriormente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipocorização, como visto, é, na realidade, um processo morfofonológico que se caracteriza, sobretudo, pela perda segmental a fim de obtermos um ganho morfológico – a expressão da afetividade e do grau de proximidade entre os falantes. Dessa forma, através de uma perspectiva de estudos de interface entre níveis gramaticais, conseguimos não só definir de modo mais claro a hipocorização como também delimitar padrões gerais de formação dessas estruturas linguísticas.

Em síntese, neste capítulo, redefinimos a hipocorização como processo produtivo na língua e, além disso, revisitamos os padrões de formação propostos por Gonçalves (2004a), a fim de sugerir uma nova abordagem para a tipologia dos hipocorísticos do português brasileiro.

CAPÍTULO 6

SIGLAGEM

Bruno Cavalcanti Lima

Tratar do processo de formação de siglas é relevante pelo fato de essas construções serem bastante frequentes em diversas áreas da atividade humana, tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita, fazendo referência a organizações (*ONG: Organização Não Governamental*), instituições (*IFRJ: Instituto Federal do Rio de Janeiro*), associações (*ACVM: Associação de Comunidades de Vida Mariana*), partidos políticos (*PSOL: Partido Socialismo e Liberdade*), serviços públicos (*SAC: Serviço de Atendimento ao Consumidor*) etc. Como se pode notar, as siglas estão presentes em uma variedade de práticas sociais.

Abreu (2004) afirma que as siglas começaram a ganhar força “no decorrer do século XX e, de forma mais sistemática, a partir dos anos quarenta” (NUNBERG, 2003). A partir da década de setenta, todavia, o emprego dessas formações vem se tornando mais constante.

Para explicitar essa constância do emprego de siglas na atualidade, um título destacado de reportagem do jornal *O Globo*, na seção de Economia, dizia: “BC confirma pibinho” (*O Globo*, 21/02/2013). Conforme se pode notar, em um título com três termos, um é uma sigla propriamente dita (*BC: Banco Central*), e outro é uma palavra derivada de uma sigla (*pibinho* é uma palavra derivada por sufixação, cujo radical é a sigla *PIB: Produto Interno Bruto*). Constata-se, portanto, que as siglas estão tão inseridas nas práticas sociais cotidianas que são empregadas em uma manchete de jornal de circulação nacional. Fica claro, ademais, que, nesses usos cotidianos, as siglas são compreendidas como palavras primitivas da língua, a ponto de gerarem palavras derivadas por meio de um processo altamente produtivo como a sufixação.

Adota-se, neste capítulo, a nomenclatura proposta por Abreu (2009), segundo a qual siglas soletradas são chamadas de alfabetismos (*EPI*, para *Equipamento de Proteção Individual*), e siglas pronunciadas como palavras da língua são denominadas acrônimos (*ONU*, para *Organização das Nações Unidas*).

A partir dessa divisão, postula-se que acrônimos são palavras fonológicas e, como tais, ajustam-se aos diversos padrões fonológicos pelos quais qualquer palavra da língua passa. O acrônimo *PUC* (*Pontifícia Universidade Católica*), por exemplo, é pronunciado com a epêntese de [ɪ] após o segmento obstruinte [k]¹, porque consoantes oclusivas, em português, não poderiam preencher a posição de coda (CÂMARA Jr., 1970). Com a epêntese, o segmento obstruinte passa a ocupar a posição de ataque silábico, posição que lhe é própria, produzindo-se o dissílabo paroxítono [ˈpu.kɪ].

Os alfabetismos, por sua vez, devem ser analisados apenas como palavras morfológicas, pelo fato de serem compreendidos, muitas vezes, como formas primitivas. O alfabetismo *PSDB*, por exemplo, gera a palavra derivada por sufixação *peessedebista*, ou seja, aquele que é filiado ao *PSDB* (*Partido da Social Democracia Brasileira*). Outro exemplo é *essebetista*, isto é, aquela pessoa que gosta muito de assistir aos programas do *SBT* (*Sistema Brasileiro de Televisão*).

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: na próxima seção, trata-se do processo na morfologia portuguesa, com a apresentação das visões das principais gramáticas tradicionais e de linguistas que abordam o assunto em suas obras. A terceira seção é dedicada, principalmente, à discussão a respeito do fato de siglas serem ou não serem palavras da língua. Por fim, na última seção, expõem-se as considerações finais do capítulo.

O PROCESSO SOB O OLHAR DOS GRAMÁTICOS

Cunha (1985) argumenta que existe um processo de criação vocabular que consiste em “reduzir longos títulos a meras siglas, constituídas das letras iniciais das palavras que os compõem” (p. 130).

1 Sabe-se que o processo fonológico por meio do qual ocorre o acréscimo de som ou sílaba no final de uma palavra chama-se paragoge. Seguindo, porém, diversos trabalhos desenvolvidos no âmbito da Teoria da Otimalidade (p. ex., COLLISCHONN, 2004; GONÇALVES, 2004b), chama-se epêntese qualquer inserção de segmento, independente da posição em que é inserido.

O autor salienta que muitas instituições são mais conhecidas pelas siglas que pelas denominações completas. Chama a atenção para o fato de que a sigla, após “criada e vulgarizada” (p. 131), passa a ser sentida como palavra primitiva, capaz de formar derivados. O registro do autor é pioneiro na literatura pedagógica, uma vez que o foco não está na ortografia, como a maior parte dos autores faz quando trata de siglas, mas dentro do assunto “processo de formação de palavras”.

Rocha Lima (2002) cita a sigla como tipo subsidiário de formação de palavras e conceitua o processo como redução de títulos longos às suas letras iniciais. Da mesma forma que Cunha (1985), o autor explica que a sigla pode gerar derivados.

Bechara (2009), ao citar “outros processos de formação de palavras”, comenta que há um processo denominado “abreviação” e afirma que se pode incluir como caso especial de abreviação a criação de siglas. Assim como Cunha (1985) e Rocha Lima (2002), o autor explica que siglas podem gerar derivados, mediante sufixos: *puquiano*, *uerjiano*, *uspiano*, *petista* etc.

O PROCESSO SOB O OLHAR DOS LINGUISTAS

Ao analisar a formação de neologismos, Alves (1990) emprega sigla e acrônimo como sinônimos e os descreve por seu emprego na língua escrita. A autora estabelece que os acrônimos, de forma mais frequente, são constituídos pelas iniciais dos elementos componentes do sintagma, mas podem decorrer também da união de algumas sílabas do conjunto sintagmático. Para ela, siglas inserem-se na classe dos nomes, sofrem flexão e podem derivar novos itens lexicais.

Expondo “outros processos de formação de palavras”, Rocha (1998) fala de *derivação siglada* ou *acronímia* e postula que as derivações sigladas são consideradas palavras da língua. Para o autor, na acronímia, a base será um substantivo composto e próprio, e o produto será um lexema simples e próprio, formado “pelos grafemas e sílabas iniciais do lexema composto que constitui a base” (ROCHA, 1998, p. 176).

Conforme o autor, as derivações sigladas são palavras da língua por algumas razões. Uma delas é a propriedade de formar novos itens lexicais. Outra razão é o fato de essas derivações serem empregadas

muito frequentemente, como é o caso de *CPF*, *INSS*, *CEP* etc. Em certos contextos, ademais, as siglas assumem característica polissêmica, como ocorre com *Ibope* (*Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística*) em *A aula do professor José dá muito ibope*.

O linguista identifica alguns tipos de derivação siglada. Para Rocha, ela pode ser grafêmica, como em *OAB* (*Ordem dos Advogados do Brasil*); silábica, como em *Detran* (*Departamento Estadual de Trânsito*); grafo-silábica, como em *Bemge* (*Banco do Estado de Minas Gerais*); e fortuita, que adota os mais variados critérios para formação, como *Bradesco* (*Banco Brasileiro de Descontos*).

Rocha ressalta que não se deve confundir derivação siglada com abreviatura. Para ele, o resultado da abreviatura não se constitui em uma nova palavra da língua, pois não tem existência na oralidade, sendo um recurso apenas da linguagem escrita.

Tratando de processos de formação de palavras, Monteiro (1987) não cita propriamente a formação de siglas, mas a *acrossemia*, “mecanismo que consiste na combinação de sílabas ou fonemas extraídos dos elementos de um nome composto ou de uma expressão” (MONTEIRO, 1987, p. 193). Para o autor, o processo pode também ser conhecido como *acronímia*. Monteiro cita como exemplos *Embratur* (*Empresa Brasileira de Turismo*), *Detran* (*Departamento Estadual de Trânsito*) e *Banespa* (*Banco do Estado de São Paulo*), entre outros.

O autor argumenta que a *acrossemia* é um processo de formação de palavras, já que “os vocábulos produzidos têm autonomia de significante” (MONTEIRO, 1987, p. 194). Para Monteiro, *Sudene*, por exemplo, não se pronuncia *Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste*. Outro dado trazido por Monteiro é que os acrônimos são substantivos próprios cujos significantes, muitas vezes, se enriquecem de valores conotativos que não são transmitidos pelas expressões originárias. Isso acontece, segundo o autor, por conta de possíveis associações com raízes parônimas ou homônimas. “Assim, por exemplo, *Clube dos Estudantes Universitários* forma *CEU*, com timbre aberto na vogal para associar-se a paraíso, vida boa, alegria etc” (MONTEIRO, 1987, p. 194).

Monteiro assevera, além disso, que existe a possibilidade de que a palavra formada por *acrossemia* substitua a expressão que designa.

Como exemplo, cita *radar*, que vem de *Radio detecting and ranging*, porém já é concebida como vocábulo simples. O autor afirma, em um esclarecimento final, que as siglas, em geral, são vocábulos acrossêmicos, todavia faz uma ressalva: “quando a sequência de fonemas não se organiza em padrões silábicos próprios da articulação das palavras portuguesas, não se tem um vocábulo autônomo” (MONTEIRO, 1987, p. 195). Como exemplo, cita *INSS*.

Henriques (2007) defende que a sigla é forma primitiva para outras formações, citando *uerjiana* (sufixação de *Uerj*) e *aliança PT-PDT* (composição por justaposição). Ademais, argumenta que, em alguns casos, “a sigla pode coincidir com a aglutinação de partes menores de vocábulos”, como em *Mercosul* (<*mercado* + *sul*) “ou mesmo resultar em vocábulos formais”, como em *Febraban* (*Federação Brasileira das Associações de Bancos*) (HENRIQUES, 2007, p. 138). Conforme o autor, nesses casos, é comum que a grafia da sigla não siga a convenção ortográfica vigente. Cita, como exemplo, *Mercosul*, que deveria ser grafada com “ss”, da mesma forma que “girassol”.

Segundo Gonçalves (2004a), a possibilidade de concatenação de afixos às siglas ratifica que a Siglagem é um processo no qual predomina a função lexical (rotulação, nomeação). Para o autor, trata-se de um processo de fusão cujo produto tem a finalidade de nomear uma nova entidade, o que favorece a lexicalização, confirmando sua função de ampliação vocabular. O autor acrescenta que uma característica que define as siglas, diferentemente das demais palavras formadas por outros processos também considerados não morfêmicos, é o fato de serem maciçamente formadas na modalidade escrita, a despeito de algumas poucas serem utilizadas, na fala, como eufemismos, a exemplo de *FDP* (*filho da puta*).

No verbete *siglagem* de seu *Dicionário de Fonética e Fonologia*, Cristófaros-Silva (2011), conceitua o processo como a “combinação de iniciais de sons que ocorrem em uma ou mais palavras também denominado redução sintagmática, acronímia ou abreviação” (CRISTÓFARO-SILVA, 2011, p. 201). A autora ressalta que a sigla pode ser pronunciada com os sons das letras que a compõe, como é o caso de *UFMG* (*Universidade Federal de Minas Gerais*), ou como se fosse a leitura de uma palavra, como ocorre em *USP* (*Universidade de São Paulo*). Cristófaros-Silva postula, ademais, que “a siglagem se ajusta

ao comportamento fonológico geral da língua podendo evidenciar a aplicação de fenômenos fonológicos” (CRISTÓFARO-SILVA, 2011, p. 201).

Villalva (2008) distingue formação de siglas de acronímia. Para ela, a acronímia consiste na formação de uma palavra a partir do(s) grafema(s) que se situa(m) no início das palavras que integram um título ou uma frase. “A forma resultante é foneticamente realizada como um contínuo, e não como uma sequência de sons independentemente articulados” (VILLALVA, 2008, p. 60).

A autora salienta que as propriedades gramaticais dos acrônimos, de um modo geral, “são herdadas das propriedades da palavra que constitui o núcleo sintático da expressão que está na sua base” (p. 60). Cita, como exemplo, *ONU* (*Organização das Nações Unidas*), que é um nome feminino porque “organização” é um nome feminino. Caso haja desencontro, este pode ser originado pela perda de identidade entre a expressão de base e o acrônimo ou também pelo fato de o masculino ser o valor de gênero não marcado.

Outro ponto abordado na análise de Villalva é que, na passagem de língua para língua, existe, por vezes, siglas que se convertem em acrônimos, como se dá em *VIP* (*very important person*), pronunciada letra a letra em inglês, e como palavra, com epêntese de [ɪ] final, em português ([ˈvi.pi]). A autora salienta que esse fato também pode ocorrer em português, em que uma mesma formação pode ser realizada como acrônimo ou como sigla, como acontece em *ONG*, para *Organização Não Governamental*.

Após uma explanação a respeito dos acrônimos, Villalva passa a tratar especificamente das siglas. Para ela, “a formação de siglas também é um processo de redução de uma sequência de palavras, de um título ou uma frase, consistindo na sequencialização do primeiro grafema de cada uma dessas palavras ou radicais, separados ou não por um diacrítico” (p. 61). A realização fonética das siglas é soletrada.

A linguista portuguesa ressalta, por fim, que as siglas podem ser ambíguas. Como exemplo, cita *APL*, que pode designar *Administração do Porto de Lisboa*, *Associação dos Produtores de Leite* ou *Associação Portuguesa de Linguística*. De acordo com Villalva, “a polissemia (sic!)²

2 Villalva faz uso do termo polissemia. No entanto, julgamos que, nesses casos, o fenômeno em questão é o da homonímia, uma vez que tais formas não apresentam qualquer relação de significado.

é uma propriedade de muitas palavras, geralmente resolvida pelo contexto, mas a proliferação do uso de siglas não deixa, em muitas circunstâncias, de ser geradora de situações de dificuldade de comunicação” (p. 62).

Sandmann (1988), ao tratar dos tipos especiais de formação de palavras, parte da abreviação para explicar os acrônimos³. O autor os divide em três grupos, de acordo com a pronúncia para cada um dos elementos que os constituem e o tipo de formação: o primeiro grupo é constituído por palavras formadas pelas iniciais das palavras-base, e essas iniciais são soletradas; o segundo é formado, da mesma forma que o grupo anterior, por palavras formadas pelas iniciais, porém a pronúncia é a de uma palavra normal; o terceiro grupo é constituído pelas chamadas “palavras silábicas”, uma vez que não são formadas pelos segmentos iniciais, mas por grupos de sons das palavras-base. No Quadro 1, a seguir, apresenta-se um resumo com a tipologia das siglas conforme Sandmann (1988):

Tipo	Formação	Pronúncia	Exemplo
1	letras iniciais	soletrada	PT (P artido dos T rabalhadores)
2	letras iniciais	de “palavra normal”	Ibope (I nstituto B rasileiro de O pinião P ública e E statística)
3	“palavras silábicas”	de “palavra normal”	Funai (F undação N acional do Í ndio)

Quadro 1: Tipologia das siglas conforme Sandmann

O autor ressalta, por fim, que há formações que se distinguem um pouco do tipo-base ou que são formadas pela mistura dos três grupos. Como exemplo, cita *Unif* (*Unidade Fiscal*), em que se mantiveram as duas primeiras sílabas do primeiro componente e o segmento inicial do segundo. Outro exemplo é *Embrafilme* (*Empresa Brasileira de Filmes*), em que EM e BRA, formados de acordo com o que foi postulado para o terceiro grupo, anexam-se ao vocábulo *filme*.

3 Sandmann (1988) faz uso apenas do termo “acrônimo”.

PESQUISAS SOBRE A SIGLAGEM NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Em dissertação de mestrado intitulada *Um caso de morfologia improdutiva no português do Brasil: a formação de siglas e de acrônimos*, Abreu diferencia, na Introdução, siglas de acrônimos. Para a autora, a sigla deve ser considerada “um caso especial de abreviatura em que intitlativos ou locuções substantivas são reduzidos às suas letras iniciais ou não, constituindo uma palavra” (p. 13). O acrônimo, por sua vez, deve ser considerado “um vocábulo formado pela reunião de letras, geralmente iniciais, de um intitlativo ou de uma expressão” (p. 13).

No que concerne à grafia das siglas, Abreu afirma que o emprego de pontos, modernamente, foi eliminado. Assevera, quanto ao emprego de maiúsculas e minúsculas, que as siglas em cuja pronúncia ocorre a nomeação de letras são escritas apenas com maiúsculas: *SMTU* (*Secretaria Municipal de Transportes Urbanos*); *UTI* (*Unidade de Tratamento Intensivo*). Já os acrônimos, cuja pronúncia não nomeia letras, devem ser grafados apenas com a inicial maiúscula se tiverem mais de três letras: *Unesco* (*Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura*); *Inca* (*Instituto Nacional do Câncer*). Caso apresente três letras, o acrônimo será escrito com maiúsculas: *CUT* (*Central Única dos Trabalhadores*); *ITA* (*Instituto Tecnológico da Aeronáutica*)⁴.

Abreu explica, ademais, que siglas e acrônimos apresentam flexão de número, que pode ser indicada pelo aspecto gráfico. Essa indicação de plural é feita pelo acréscimo do <S> minúsculo, como se verifica em *ONGs* e *CDs*. Esse fato evidencia que siglas e acrônimos adquirem as mesmas características de um nome da língua, visto que o acréscimo de <S> é o procedimento mais comum de flexão de número em português.

A autora, no levantamento de problemas da pesquisa, identifica que não existe possibilidade de se proceder à análise de siglas por meio de morfemas, já que não há critérios para decompor um acrônimo em unidades menores de som e significado, vindo daí o estatuto de processo não morfêmico. O acrônimo, além disso, não possui base e afixos que permitam a comparação entre os elementos formadores. Cada formação de sigla é única dentro de um contexto determinado,

4 Neste capítulo, no que tange à grafia das siglas, adota-se a convenção exposta por Abreu (2004).

uma vez que seus constituintes – as letras – assumem um sentido em cada formação.

Abreu, para explicitar os problemas apontados, cita as formações *MST* (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*), *FMI* (*Fundo Monetário Internacional*) e *CVM* (*Comissão de Valores Mobiliários*), nas quais a letra <M> aparece como [□□.m□] em posição inicial, intermediária e final, respectivamente. No primeiro caso, significa “movimento”; no segundo, “monetário”; no terceiro, “mobiliários”. Como se pode perceber, o significante [□□.m□] é o mesmo, todavia o significado é opaco.

Como nota Abreu, a morfologia, segundo Aronoff (1976) e Aronoff e Anshen (1998), ocupa-se das palavras potenciais, e o léxico, por sua vez, ocupa-se das palavras existentes. O léxico lista o que não pode ser descrito por uma regra, o que é, por isso, excepcional. Por não terem estrutura morfológica, as palavras primitivas constituem um exemplo, já que não se pode predizer seu significado, porque “não são derivadas, não provêm de outra existente na mesma língua e representam a arbitrariedade do signo” (p. 41). É o caso, conforme Abreu, da palavra “bola”, que tem uma forma particular, constituída por uma sucessão de sons, e também um significado particular. A união de significante e significado constitui um signo em português. A ligação entre forma e sentido é arbitrária, uma vez que não há razão para que essa forma linguística particular se associe a esse significado particular. Dessa maneira, de acordo com a autora, as siglas também devem estar inseridas no léxico, visto que não têm estrutura morfológica e seu significado não é previsível.

Outro ponto abordado pela autora diz respeito à ideia de palavra, termo de definição complexa. Na análise, Abreu emprega a proposta de Matthews (1972; 1991) e considera as siglas lexemas, pelo fato de terem classe (a de nomes) e, como tal, terem gênero e, caso não funcionem como nomes próprios, número singular e plural. Como lexemas, as siglas podem originar novas palavras. Constituem, contudo, um caso especial de lexema, porque, em princípio, não apresentam raiz, sufixo ou prefixo e, a despeito disso, possuem informação gramatical e lexical.

Outro ponto importante identificado pela autora é o fato de o processo de formação de siglas ser marcado pela intencionalidade do

criador. As siglas, distintamente do que acontece nos processos de morfologia produtiva, são formadas de forma não intuitiva. Ademais, ao contrário da maioria das formações morfologicamente complexas, as siglas apresentam significado opaco, pois este só pode ser determinado pelo conhecimento prévio do usuário.

A semelhança das siglas com palavras primitivas – aquelas que evidenciam a arbitrariedade do signo – se dá, conforme Abreu, pelo fato de as siglas apresentarem significado opaco. Não se pode prever, por exemplo, que a sigla *ANP* esteja associada à *Agência Nacional do Petróleo*, visto que não existe regra que consiga exprimir como relacionar essa sequência sonora a esse significado.

Nas siglas, o bloqueio, nos termos de Aronoff (1976), acontece não porque exista outra forma concorrente, como na morfologia produtiva, mas por conta de uma formação inaceitável para os usuários, ainda que possível na estrutura. Existe a necessidade de que uma nova formação conjugue “som e sentido que se harmonizem com as intenções dos interlocutores, sem criar situações cômicas, embaraçosas e ambíguas” (p. 50). Como se verifica, o bloqueio improdutivo resulta da intencionalidade. Abreu cita, como exemplo, as siglas *CRM* (*Conselho Regional de Medicina*) e *Coreme* (*Comissão de Residência Médica*), “em que, para se evitar a ambiguidade, já que pertencem à mesma área, optou-se por estratégias diferentes de formação” (p. 51).

Uma vez que as siglas permitem que novas palavras sejam formadas a partir delas, passam a ter o comportamento de palavras primitivas, como já se observou. Sendo assim, há um lugar na morfologia para os derivados de uma sigla. A sigla, já lexicalizada, passa a servir de base ao vocabulário que vai sendo gerado.

Diversos autores não consideram a formação de siglas um processo morfológico, reconhecendo-a como um processo esdrúxulo. Alguns morfólogos classificam processos como a formação de siglas, marcados pela supressão de partes de palavras que serviram de base, como morfologia improdutivo (ARONOFF; ANSHEN, 1998, p. 246), como extragramaticais ou não morfológicos (BEARD, 1998, p. 56; HASPELMATH, 2002, p. 25; BOOIJ, 2007, p. 20-23; VILLALVA, 2008, p. 52-63), ou como uma fronteira que não está claramente definida (BAUER, 2003, p. 46). Esses processos, uma vez estando

fora da morfologia, não teriam importância para a teoria morfológica (SPENCER, 1991, p. 461-462; CORBIN, 1987, p. 579).

Em artigo intitulado “É morfologia?”, Rosa (2009) levanta uma discussão a respeito de processos que empregam a supressão de material das palavras-base, tais como a formação de siglas (a autora chama o processo de “siglação” ou de “acronímia”): esses processos estão ou não no âmbito da morfologia? Para responder ao questionamento, a autora destaca duas características: a não universalidade e a intencionalidade.

A não universalidade desses processos provém da necessidade de a língua contar com um sistema de escrita para que possam surgir. Conforme Rosa, “as siglas pressupõem um alfabeto, o que retiraria do processo qualquer possibilidade de universalidade” (ROSA, 2009, p. 52).

Outro aspecto que diz respeito à não universalidade está no fato de que se deve pressupor um falante alfabetizado no mínimo medianamente, que deverá conhecer o *nome* das letras e, no que se toca à leitura e à escrita, deverá ter competência para segmentar, excluir, substituir e adicionar letras. Nas palavras de Rosa, “uma língua pode existir sem manifestação escrita e, mesmo que conte com um sistema de escrita, ele não será necessariamente fonológico nem estará necessariamente disponível para todos” (p. 53).

No que tange à intencionalidade, a autora comenta que essa característica está relacionada à busca de eufonia, isto é, àquilo que o falante considera uma “boa sigla”. No dizer de Rosa, a sensação de boa sigla “deriva de se ter conseguido criar algum tipo de redundância, de modo a associar a forma a um lexema” (p. 53).

Como recorda Rosa, Câmara Jr. (1973: 50) aponta como uma das tendências da acronímia o fato de essas formações “associarem-se a raízes da língua parônimas ou homônimas, cuja significação a isso se presta”. O linguista, como exemplo, cita a sigla *Saps* (*Serviço de Alimentação da Previdência Social*), que é associada à raiz *sap-* de *sapere* (*saborear*). Outros exemplos, segundo Rosa, podem ser *Siga* (*Sistema Integrado de Gestão Acadêmica*) e *SciELO* (*Scientific Electronic Library Online*). Dessa forma, como se observa, a tendência apontada por Câmara Jr. expressa o que um falante, intuitivamente, considera uma boa sigla.

Ainda no que diz respeito à citação de Câmara Jr. sobre a associação de siglas a raízes parônimas ou homônimas, deve-se salientar, de acordo com Rosa, que essa associação não pode evocar uma relação indesejável. Não se aceitaria, por exemplo, reduzir *Conselho Universitário* a um alfabetismo devido à carga depreciativa que carregaria.

A fim de gerar a associação com outras palavras da língua, Rosa ressalta que a acronímia permite, com certo grau de liberdade, a manipulação de letras que serão levadas em consideração para a formação. A liberdade de retirar da locução original algumas letras em detrimento de outras ou de inserir letras supérfluas explicita o quanto há de intencional na formação de siglas.

A autora salienta, ainda, que “a liberdade na manipulação do que será retido e do que será suprimido obscurece por vezes a fronteira entre a acronímia e outros processos, como a redução” (p. 54). Rosa cita, como exemplo, *Petrobras*, questionando se essa formação seria efetivamente acronímica, já que é um problema determinar quanto da base tem de ser mantido para que se possa ainda falar de sigla.

Rosa defende, como muitos autores, que, por conta da opacidade, o uso constante pode levar uma sigla a ser reinterpretada como palavra primitiva, citando *Ibope*, que, de *Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística*, passou a designar “bom índice de audiência entre telespectadores” e até “prestígio”. Com a reinterpretação, a sigla pode servir de base para a criação de novas palavras e “perder a relação entre as letras e as palavras da base que representam, podendo ser empregada com alguma dessas palavras” (p. 55): *Sistema Siga* (de *Sistema Integrado de Gestão Acadêmica*) e *Banco BMG* (*Banco de Minas Gerais*), por exemplo.

Levada em consideração, entretanto, uma definição de morfologia como representação do sistema mental envolvido na formação de palavras (ARONOFF; FUDEMAN, 2005, p. 239), torna-se difícil negar que a probabilidade de uma sigla ser aceita em português é alta, fato que coloca no campo das palavras potenciais qualquer sequência assim formada. Dessa maneira, conforme Rosa, é estranho que não sejam aceitos tais processos na morfologia.

Em tese de doutorado intitulada *Um estudo sobre as siglas do português do Brasil*, Abreu emprega o termo “sigla” de forma genérica, uma

vez que este pode se referir a construções soletradas ou a formações pronunciadas como palavra. No Quadro 2 a seguir, retirado de Abreu (2009, p. 14), verifica-se a tipologia das siglas quanto à formação.

	Tipo de Estrutura	Exemplo	Significado
Letras iniciais	(a) apenas das palavras lexicais	MPB	<u>M</u> úsica <u>P</u> opular <u>B</u> rasileira
	(b) das palavras lexicais + preposições	Cepal	<u>C</u> omissão <u>E</u> conômica para a <u>A</u> mérica <u>L</u> atina e o Caribe
	(c) de todo o formativo + letra externa	Ipea	<u>I</u> nstituto de <u>E</u> conomia <u>A</u> plicada ⁵
	(d) mas não de todas as palavras do formativo	Inep	<u>I</u> nstituto <u>N</u> acional de <u>E</u> studos e <u>P</u> esquisas Educacionais Anísio Teixeira
Sílabas iniciais	(e) sílaba completa ou segmento de sílaba	Detran	<u>D</u> epartamento de <u>T</u> rânsito
	(f) de parte das palavras + radical ou palavra inteira	Embrafilme	<u>E</u> mpra <u>B</u> rasileira de <u>F</u> ilmes S/A
Misto	(g) letras, sílabas iniciais ou segmentos de sílaba	Anfavea	<u>A</u> ssociação <u>N</u> acional de <u>F</u> abricantes de <u>V</u> eículos <u>A</u> utomotores
	(h) radical de uma das palavras do formativo + segmento	Eletrobrás	Centrais <u>E</u> létricas <u>B</u> rasileiras S/A
	(i) letras iniciais das palavras lexicais + palavras gramaticais por extenso	PC do B	<u>P</u> artido <u>C</u> omunista <u>d</u> o <u>B</u> rasil

Quadro 2: Tipologia das siglas quanto à formação

5 Ipea significa, de acordo com o site oficial da instituição (<http://www.ipea.gov.br/portal/>), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ou seja, a letra <P> refere-se à palavra pesquisa. Entretanto, ao se fazerem pesquisas em um site de busca (<https://www.google.com.br/>), encontram-se sites que se referem ao Ipea como Instituto de Economia Aplicada. Como o quadro é extraído de Abreu (2006), manteve-se o original da autora. Um bom exemplo para o caso em questão é o acrônimo MEC, que significa Ministério da Educação. Nesse caso, como se percebe, a letra <C> não se refere a qualquer palavra do intitutivo. Há anos, contudo, a letra <C> dizia respeito à palavra cultura, já que MEC significava, antes da existência do Ministério da Cultura, Ministério da Educação e da Cultura.

Constata-se, a partir do Quadro 2, que as siglas constituem-se por padrões variados, com diferentes estruturas. Partindo desse fato, Abreu conclui que existem dois tipos de siglas: a sigla que forma um *acrônimo* e a sigla que forma um *alfabetismo*. Para a autora, “*acrônimo* é a sigla cuja sequência de letras consoantes e letras vogais exibe padrão silábico do português e permite, dessa forma, a pronúncia de uma palavra normal” (ABREU, 2009, p. 15). O *alfabetismo* é a sigla cuja estrutura não é possível de ser pronunciada em português, o que faz com que a pronúncia se dê de forma soletrada.

Abreu, dessa forma, define a nomenclatura que emprega em sua tese, como se verifica no Quadro 3, retirado de Abreu (2009: 15), sobre a estrutura da sigla quanto ao resultado da formação.

		DEFINIÇÃO	EXEMPLO
SIGLAS	Alfabetismos	Constituem-se por letras em sequências que fogem à sílaba ortográfica.	CNPq
	Acrônimos	A organização das letras permite a pronúncia de uma palavra “normal”.	Bope

Quadro 3: Tipologia das siglas quanto ao resultado da formação

A autora assevera, ainda, que se deve diferenciar sigla de abreviatura ou abreviação, “representação escrita de uma palavra com a supressão de algumas letras de sua composição original, sem que a supressão afete a expressão oral” (p. 15), como “Dr.” para “doutor”. Deve-se distinguir também do conceito de redução (HOUAISS, 2001) ou de abreviação (SANDMANN, 1988), “que é a denominação de um processo de criação vocabular em que a parte inicial da forma completa é mantida” (p. 15), como acontece em “otorrino”, em vez de “otorrinolaringologista”.

Como já destacado, Abreu estabelece nove padrões de formação de siglas no português do Brasil. A escolha do padrão, conforme a autora, não é aleatória, “pois, se, por um lado, não existem regras de formação como na morfologia, por outro, existem padrões organiza-

dos no léxico do falante, e ele não inventa um padrão novo toda vez que deseja criar uma sigla” (p. 44).

Para encerrar esta seção, cabe relativizar uma informação: a de que siglas são formadas na escrita. Se, por um lado, esse é o meio em que a maior parte das siglas se origina, por outro, existem vários casos, principalmente de eufemismos, oriundos da fala, a exemplo de *CDF* (*cu de ferro*) e *FDP* (*filho da puta*), em que a preposição participa da formação dos produtos. Não é apenas nesse âmbito, contudo, que se encontram siglas sem respaldo na escrita. Tal é o caso de *DR* (*discussão de relação*), muito utilizada recentemente e nascida na fala.

Após a exposição de diversas visões aprofundadas sobre o processo da formação de siglas em português, será exposta, na próxima seção, nossa análise a respeito do fato de siglas serem ou não palavras da língua.

AFINAL, SIGLAS SÃO PALAVRAS?

Como se pode verificar, o lugar das siglas nos estudos linguísticos não está bem definido. Para a maior parte dos teóricos, as siglas não se inserem na morfologia; para alguns, inserem-se nesse âmbito, embora de modo especial. A maioria dos autores considera a formação de siglas como um mecanismo de renovação lexical, mas não um recurso morfológico.

Defende-se, neste capítulo, que a Siglagem constitui, de fato, um processo morfológico, devendo ser inserida, inclusive, na lista dos processos não concatenativos de formação de palavras. No que se refere especificamente aos acrônimos, postula-se, como já mencionado na seção que introduz este capítulo, que acrônimos têm estatuto de palavra fonológica, pois se ajustam aos padrões segmentais e prosódicos de qualquer palavra da língua no que tange à sílaba, a acento, à qualidade da vogal, à epêntese, à formação de ditongos, entre outros processos. Por serem palavras fonológicas que se submetem aos mesmos processos das palavras comuns, sem dúvida alguma o estatuto de palavra morfológica é mais óbvio.

A título de exemplificação a respeito do estatuto de palavra fonológica dos acrônimos, Lima (2014) afirma que as siglas de duas letras podem constituir acrônimos quando seguirem o formato VC

(Vogal-Consoante), sendo C uma fricativa labial ou uma oclusiva. A sigla *IG* (*Internet Grátis*), que se pronuncia [ˈi.ɡɪ], é um exemplo dessa possibilidade.

A observação atenta aos acrônimos de duas letras explicita questões interessantes sobre a organização fonológica do português. Em primeiro lugar, essas formações acronímicas nunca formam monossílabos; constituem sempre dissílabos paroxítonos, ocorrendo, nesses casos, a epêntese da vogal [ɪ] junto ao segmento obstruinte. Dessa forma, *IF* (*Instituto Federal* ou *Instituto de Física*), por exemplo, pronuncia-se como [ˈi.fi]. A inserção desse segmento vocálico para dar conta de questões referentes à sílaba é encontrada em diversas situações:

a) nos grupos consonânticos ditos impróprios, a exemplo de *ritmo*, *pacto*, *afta* (CÂMARA Jr., 1970);

b) na adaptação dos empréstimos, sobretudo os do inglês (MENDES, 2009), como *funk*, *sporte smoking*;

c) na separação de vogais adjacentes na morfologia do verbo, como em *passaio*, *presenteia* (RODRIGUES, 2009);

d) na ligação de bases consonantais com a desinência de plural (GONÇALVES, 2004c), como em *mares*, *fregueses* e *túneis*.

Esses fatos evidenciam que [ɪ] é a vogal epentética por excelência em português, o que se confirma na produção de acrônimos como um todo.

É necessário salientar, além disso, que a tendência de acrônimos de duas letras não permite que segmentos obstruintes preencham a posição de coda silábica confirma um padrão geral do português brasileiro. Ademais, convém ressaltar que a inserção da vogal (epêntese) é uma solução para modificar sequências que, de certa forma, poderiam levar segmentos sem licenciamento para a posição de coda silábica, como é o caso das obstruintes (COLLISCHONN, 2007). É exatamente isso que ocorre com os acrônimos de duas letras: insere-se a vogal [ɪ] após o segmento obstruinte justamente para modificar

o estatuto silábico desse segmento, passando-o da posição de coda para a de *onset*.

Outra questão importante que vem à tona na análise diz respeito ao acento. Lee (2007, p. 128) explica que, nos “não verbos, o acento cai numa das duas últimas sílabas”. Afirma, ainda, que o acento proparoxítono dos não verbos é irregular no português brasileiro e, para justificar essa tese, argumenta que “as palavras derivadas, novas, criadas ou as palavras de origem estrangeira não criam palavras proparoxítonas – as palavras de sigla ou de empréstimo sempre respeitam essas generalizações no português brasileiro” (LEE, 2007, p. 124). Uma vez que os acrônimos de duas letras geram sempre dissílabos paroxítonos, ratifica-se a tese de Lee sobre o acento dos não verbos.

Os fatos fonológicos mencionados ajudam a comprovar a ideia que se defende neste capítulo: acrônimos são, de fato, palavras da língua, visto que são submetidos aos mesmos padrões fonotáticos a que se submetem quaisquer palavras do português. O próprio Lee, segundo citação no parágrafo anterior, comenta que “palavras de sigla [...] sempre respeitam essas generalizações do português brasileiro” (LEE, 2007, p. 124). Vale ressaltar que existem muitas outras questões fonológicas interessantes que são explicitadas quando se analisam os acrônimos, mas não é possível, em um capítulo, abordar todas elas.

No que toca aos alfabetismos, defende-se que essas construções também têm estatuto de palavra morfológica, já que, muitas vezes, exercem papel de raiz em outras operações morfológicas. Sendo assim, em uma construção como *pejoteiro* (termo informal empregado por jovens católicos para designarem os membros da *PJ: Pastoral da Juventude*), nota-se o acréscimo do sufixo *-eiro* a uma raiz (*pejot-*), caracterizando o processo da derivação sufixal. Essa raiz, como já mencionado, provém do alfabetismo *PJ*, fato que evidencia que alfabetismos, por não serem pronunciados como palavras da língua, não podem ser entendidos como palavras fonológicas, contudo, por serem construções que, muitas vezes, servem de base para outras formações, devem ser, de acordo com esta análise, compreendidos como palavras morfológicas. A sufixação, nesse caso, projeta o alfabetismo à condição de raiz, fazendo com que o produto se comporte como uma palavra fonológica, embora sua base não o seja.

Gonçalves (2012: 2) explica que há “formas criadas *ex nihilo* (‘do nada’), sem ativação de qualquer processo morfológico, as chamadas criações de raiz”. No que se refere aos alfabetismos, postula-se, pelos argumentos expostos acima, que também sejam criações de raiz, apesar de não serem construções formadas “do nada”, pelo fato de haver uma motivação linguística e intencionalidade por parte de quem os produz. Para efeito de exemplificação, citam-se as palavras *petético* (*PT* + *patético*, para designar o “eleitor patético do *PT*”) e *nepetismo* (*PT* + *nepotismo*, o “nepotismo praticado pelo *PT*”), cruzamentos vocabulares que são produzidos com o alfabetismo *PT* (*Partido dos Trabalhadores*). Como se verifica, os alfabetismos, por se envolverem em processos diversos de formação de palavras, devem ser compreendidos como construções de raiz ou como palavras morfológicas.

É importante salientar que alfabetismos, no nível da formação resultante (forma morfológicamente complexa), pelo fato de constituírem raízes, acabam projetando, com o elemento com que se combinam, uma única palavra fonológica, ainda que não o sejam quando empregados sozinhos. Por exemplo, *PT* é um alfabetismo, porém, em *petista*, a sequência *pet-* comporta-se rigorosamente da mesma maneira que a raiz *golp-*, em *golpista*. O mesmo raciocínio é válido para *petético* e *nepetismo*, equivalentes, em termos segmentais e prosódicos, às formas com que a sigla se funde: *patético* e *nepotismo*.

Dessa forma, pelos argumentos expostos, defende-se que o lugar da Siglagem é no âmbito da morfologia: os acrônimos constituem palavras fonológicas, não se distinguindo em nada das palavras comuns; os alfabetismos são palavras morfológicas e constituem casos de criações de raiz. No nível da palavra complexa, deixa de haver diferença entre acrônimos e alfabetismos, como se pode perceber nos exemplos do Quadro 4, a seguir⁶:

6 Os exemplos citados foram retirados de *sites* e de situações de fala real. Alguns foram encontrados por Eduardo Azevedo Jadel, aluno do IFRJ e bolsista do Projeto Jovens Talentos Faperj orientado por mim em pesquisa sobre a relação da Siglagem com os demais processos de formação de palavras em português.

ACRÔNIMOS ⁷	ALFABETISMOS ⁸
<i>CUT</i> ['ku.tʃi] >> cutista	<i>PDT</i> ['pe.'de.'te] >> pedetista
Uerj [u.'ey.ʒi] >> uerjizar	<i>CPF</i> ['se.'pe.'ɛ.fi] >> cepeefizar
<i>IFF</i> ['i.fi] >> iffêrno ⁹	<i>PT</i> ['pe.'te] >> petelho ¹⁰
lurd [i.'uy.dʒi] >> iurdibriar ¹¹	<i>PMDB</i> ['pe.'ẽ.mi.'de.'be]>>peemedébilmanta ¹²

Quadro 4: siglas complexas: sufixação e cruzamento

Embora não diga respeito ao objetivo primeiro deste capítulo, que é a discussão sobre o fato de siglas serem palavras da língua, esta parte do capítulo é encerrada com uma subseção sobre as siglas reversas, fenômeno recente e bastante produtivo em português.

AS SIGLAS REVERSAS

Identificado na literatura recente (FANDRYCH, 2008), um novo fenômeno verificado é o aumento das denominadas siglas reversas, em que os criadores partem de uma sigla de emprego comum que desejam reanalisar e, a partir das letras, “encontram palavras que representem a ideia que pretendem veicular” (SZYMANEK, 2005, p. 435). Rosa (2009), ao tratar da noção de produtividade em formação de palavras, explica que a probabilidade de novas siglas é alta, “o que fica demonstrado em criações e reanálises coloquiais com fins humorísticos” (ROSA, 2009, p. 56). Observam-se, em (01), alguns exemplos de siglas reversas, alguns extraídos de Gonçalves (2012):

7 CUT: Central Única de Trabalhadores; Uerj: Universidade do Estado do Rio de Janeiro; IFF: Instituto Federal Fluminense; lurd: Igreja Universal do Reino de Deus.

8 PDT: Partido Democrático Trabalhista; CPF: Cadastro de Pessoas Físicas; PT: Partido dos Trabalhadores; PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

9 Cruzamento vocabular entre o acrônimo IFF e inferno.

10 Cruzamento vocabular entre o alfabetismo PT e pentelho.

11 Cruzamento vocabular entre o acrônimo lurde e o verbo ludibriar.

12 Cruzamento vocabular entre o alfabetismo PMDB e a expressão débil mental.

(01)

CCE – Compra, Conserta e Estraga ou Comecei Comprando Errado

CCS – Centro de Calcinha e Sutiã¹³CT – Centro de Testosterona¹⁴

FIAT – Fui Iludido, Agora é Tarde

MMA – Monte de Machos se Agarrando

QI – Quem Indica

SUS – Sistema Único de Sacanagem

TPM – Tendência Para Matar

UPP – União de Policiais Perversos

Após descrição do processo da Siglagem em português, levantam-se, na seção a seguir, as considerações finais do capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Postula-se, a partir da divisão proposta por Abreu (2009), que alfabetismos constituem palavras morfológicas, já que são entendidos, muitas vezes, como palavras primitivas. Além disso, argumenta-se que essas construções são *criações de raiz* (GONÇALVES, 2012), porque servem de base para outras formações, tal como ocorre em *peemedebista*, para designar aquele que é filiado ao *PMDB* (*Partido do Movimento Democrático Brasileiro*) e *petelho*, para designar um petista intransigente.

No que concerne aos acrônimos, afirma-se que, além de serem palavras morfológicas por também servirem de base para outras formações (*PUC* >> *puquiano*), constituem palavras fonológicas, visto que se ajustam aos diversos padrões fonológicos pelos quais qualquer palavra da língua passa (epêntese, formação de ditongos, abertura de vogais médias, entre outros).

Dessa maneira, com uma análise morfofonológica dos acrônimos, confirmam-se aspectos relativos à fonotática da língua, como, por exemplo, a impossibilidade de segmentos oclusivos na posição de coda (a inserção de [ɪ] junto ao segmento oclusivo [b] no acrônimo *FAB*, para *Força Aérea Brasileira*, confirma essa impossibilidade), a

13 *CCS* significa *Centro de Ciências da Saúde*, unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro conhecida por ter muitas alunas, por isso houve a citação de *calcinha* e *sutiã* (roupas íntimas femininas) na sigla reversa.

14 *CT* significa *Centro de Tecnologia*, unidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro conhecida por ter muitos alunos do sexo masculino. Como a testosterona é o hormônio masculino, houve essa relação para a criação da sigla reversa.

inserção de *glide* para que se produzam ditongos fonéticos (questão evidenciada no acréscimo de [j] junto à vogal média aberta [ɛ] no acrônimo *CREA*, para *Conselho Regional de Engenharia e Agronomia*), entre outros aspectos possíveis.

CAPÍTULO 7

PADRÕES DE FLEXÃO (VERBAL)

Vítor de Moura Vivas

Neste capítulo, abordamos a flexão verbal. Quando o assunto é flexão verbal, há uma divergência muito grande entre o que é descrito em gramáticas e livros didáticos e aquilo que se verifica no uso. Ao aprender sobre flexão verbal, os alunos sempre encontram muitas dificuldades em entender algumas formas.

Evidenciamos, neste texto, algumas mudanças que ocorreram na utilização dos tempos e das pessoas verbais, apresentando padrões de mudança de significado e alteração de classe gramatical instanciados pela flexão verbal, além de demonstrar a possibilidade de criação de palavras através de formas verbais flexionadas.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A FLEXÃO

Geralmente, afirma-se, em morfologia, que marcas flexionais não possibilitam a criação de vocábulos nas línguas (BOCHNER, 1984; COLNAGHI, 2006; ROSA, 2000). Quando utilizamos marcas verbais de Modo-Tempo-Aspecto (MTA) e Número-Pessoa (NP), em ‘estudaríamos’, ‘estudarão’, ‘estudava’, não criamos palavras novas a partir da base verbal. Ao utilizar essas marcas, conjugamos o verbo sem finalidade de expansão lexical, ratificando a afirmação acima.

Percebemos, em nossa pesquisa, que, no uso efetivo da língua, a flexão verbal pode servir a outras intenções do falante, adquirindo novos significados, atuando como outras classes e até servindo à expansão lexical. Esses padrões evidenciam a competência linguística / criatividade dos falantes e precisam ser apresentados aos alunos.

Em alguns contextos, verificamos que palavras com marcas de MTA de pretérito perfeito do indicativo e de NP de P3¹ ou P1, assim como formas no presente do indicativo e P3, podem indicar a impressão sobre algo ou alguém. Dizendo de outro modo, as formas modificadas em MT e NP, nesses contextos, não indicam eventos, mas denotam juízo de valor positivo ou negativo sobre situações ou referentes. Essa indicação de expressividade, função geralmente atribuída à morfologia derivacional, demonstra que as marcas verbais de MT e NP adquirem novas funções no uso.

As formas nominais são mais um exemplo de uso de marcas verbais que passam por mudanças; verificamos que as formas nominais perdem, em determinados contextos, o significado composicional para adquirir outros sentidos ativados através das habilidades cognitivas metáfora e metonímia. Apresentamos, a seguir, exemplos desses dois casos de mudança de significado por que passam as marcas verbais. Evidenciamos, primeiro, a indicação de expressividade e, posteriormente, discutimos a não composicionalidade do significado das formas nominais, com ênfase na análise do participio.

INDICAÇÃO DE EXPRESSIVIDADE ATRAVÉS DA FLEXÃO VERBAL

Os autores que defendem a separação discreta entre flexão e derivação afirmam que só é possível indicar ponto de vista com relação a algo ou alguém através de afixos derivacionais. Afixos flexionais, estáveis semanticamente, nunca teriam uma função avaliativa. Como afirma Gonçalves (2011a), segundo o critério efeitos expressivos, a derivação pode ser usada para que falantes exteriorizem a sua avaliação positiva ou negativa a respeito do que falam. Já a flexão não serve a esse propósito, não tendo essa função pragmática. Verificamos que, através do uso de MTA e NP, indica-se uma avaliação positiva ou negativa do falante com relação ao que se diz. Em outras palavras, é possível efetivar a função pragmática de avaliação através do uso de afixos de MTA e NP:

(01)

Matheus: Eu acho que vou passar.
José: **Tomara!**

1 P3 indica terceira pessoa do singular; P1, primeira pessoa do singular.

- (02) Matheus: Ela me perdoou.
Juliana: Também, **pudera!**
- (03) **Quisera** eu ser rico.
- (04) Quem **dera**² entrar naquela empresa!

Nesses dados, o uso das formas verbais tem como resultado um sentido interjectivo, indicando expressividade positiva para determinadas situações. Esses usos mostram que, em discursos efetivos, MTA e NP podem expressar sentidos diferentes de conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais. Algumas formas verbais na P3 do pretérito mais-que-perfeito não expressam mais os conteúdos “processo que ocorreu num passado anterior a outro evento que também se deu no passado” e “3ª pessoa do singular”. Usos como ‘quisera’, ‘pudera’ e ‘tomara’, nos exemplos acima, exercem, na interação, a função de expressar um sentimento positivo, o desejo do locutor de que algo aconteça. O falante, através desses verbos, exterioriza uma ‘impressão positiva sobre eventos’. Em outras palavras, essas formas adquirem um sentido interjectivo com um papel fundamental na interação.

É interessante citar que a utilização do afixo de MTA de pretérito mais-que-perfeito, *-ra*, informando um conteúdo modo-tempo-aspectual de “passado anterior a outro passado” caiu em desuso no português do Brasil (GONÇALVES, 1993). Os falantes informam esse conteúdo através de uma locução formada pelos verbos auxiliares ‘ter’ ou ‘haver’ no pretérito imperfeito do indicativo + verbo principal no particípio passado (‘tinha cantado’; ‘tinha amado’). Outra possibilidade atestada é o uso do pretérito perfeito no contexto de pretérito mais-que-perfeito. Utiliza-se “ele foi embora quando o procuraram”, em vez de “ele fora embora quando o procuraram”. Parece que o uso do afixo *-ra* se especializou em realizar a função pragmática de indicar ‘uma impressão sobre algo’.

É importante notar que os dados com pretérito mais-que-perfeito que servem à indicação de expressividade já foram construídos; não há a formação de novos dados na língua. Em outras palavras, esse padrão não é produtivo. Abaixo, verificamos mais um caso de indicação de expressividade através do uso de MTA e NP; o falante, com esse padrão, forma novos dados na língua.

2 Este verbo, no pretérito mais-que-perfeito e na P3, só indica uma impressão sobre algo quando está acompanhado do sujeito ‘quem’.

(05)

Matheus: Vamos jogar futebol?

José: **Demorou.**

(06)

Juliana: Eu queria que você namorasse a Fernanda, o que acha?

José: **Formou.**

(07)

Matheus: Você trabalha segunda, mas folgará durante no fim de semana.

José: **Valeu!**

(08)

Matheus: Estou querendo sair na sexta.

José: Então, **fechou!**

A utilização de MTA, “pretérito perfeito do indicativo” e NP “3ª pessoa do singular” não expressa o sentido previsível: “processo verbal pontual que ocorreu no passado” (significado modo-tempo-aspectual) e foi realizado por um participante (significado número-pessoal), mas uma nova noção, sendo a construção opaca em relação ao sentido previsto (composicional³). Através de uma palavra no pretérito perfeito do indicativo e na 3ª pessoa do singular, o falante pode expressar uma avaliação positiva com relação a uma situação. A expressividade sobre eventos também pode ser negativa; dados interjectivos como ‘babou’, ‘ferrou’ e ‘sujou’ ilustram isso.

Esses usos do que podemos chamar de **padrão ‘tomara’** e **padrão ‘demorou’**, apontam para uma maleabilidade de classe gramatical em usos de verbos flexionados. Isso evidencia que marcas de MTA e NP podem formar verbos que indicam eventos que ocorrem em determinado tempo, mas também podem passar a funcionar como interjeição, servindo à indicação de expressividade.

Verificamos a seguir, através do uso de MT e NP, que também é possível demonstrar uma avaliação negativa com relação a um referente. Nesse caso, a forma modificada em MTA e NP parece adquirir características de adjetivo, modificando e caracterizando algo ou al-

3 De acordo com a Linguística Cognitiva, o significado não é composicional; através do uso de habilidades cognitivas pelos interlocutores, as palavras ativam determinadas cenas. Acreditamos nessa premissa cognitivista. Usamos, então, o termo composicional com o intuito de indicar que os significados modo-tempo-aspectuais e número-pessoais estão presentes na interpretação das palavras feitas pelos falantes. Quando se expressa “pretérito imperfeito” e “primeira pessoa do plural” com ‘cantávamos’, isso significa que a palavra ativa a cena de um evento verbal em que significados modo-tempo-aspectuais e número-pessoais estão presentes.

guém. O vocábulo ‘cheguei’ modifica o nome ‘roupa’, caracterizando-o; por isso, pode ser classificado como adjetivo. ‘Caguei’ também tem função adjetival, já que caracteriza o olhar de Sofia⁴. Todos esses dados demonstram como marcas de MTA e NP podem não ser vistas como totalmente estáveis categorialmente. O uso desses formativos pode levar a dados interpretados holisticamente (sem acesso às partes):

(09)
Eu achei sua roupa muito **cheguei**.

(10)
Sofia e seu olhar **caguei**⁵.

No primeiro exemplo, a terminação do verbo ‘chegar’ levaria aos seguintes conteúdos: “pretérito perfeito do indicativo” (MTA) e “1ª pessoa do singular” (NP). O sentido da palavra não é o que se espera com o uso da marca morfológica, mas a expressão de um ponto de vista negativo do falante com relação ao que é dito: o falante usa um tom pejorativo com relação à roupa e ao olhar da gata.

Verificamos, novamente, que marcas de MTA e NP apresentam também características derivacionais. Muitas vezes, o uso desses expedientes morfológicos de MTA e NP não apresenta estabilidade semântica, não informa os conteúdos previsíveis e serve para exteriorizar uma avaliação do falante sobre o que se afirma.

Com o segundo exemplo (10), através da forma em “pretérito perfeito” e “1ª pessoa do singular”, indica-se uma impressão de indiferença com relação à situação e às pessoas. Quando o usuário do *twitter* escreve isso para apontar o que o olhar de sua gata indica, tem noção, pelo menos implícita, de que o uso de ‘caguei’ serve à expressão de ponto de vista. É evidente que não se indicam conteúdos modo-tempo-aspectuais e número-pessoais com esse uso. Vemos abaixo a foto, postada pelo usuário do *twitter*, em que seu animal de estimação apresenta um olhar indiferente:

4 O dado ‘caguei’, nesse exemplo, é interessante, porque apresenta uma flutuação categorial: ao mesmo tempo em que caracteriza o olhar (função de adjetivo), é modificado por um adjunto adverbial ‘para vocês todos’ (função verbal). Além disso, a caracterização realizada por ‘caguei para vocês todos’ é bem mais específica que uma caracterização feita por um adjetivo típico como, por exemplo, ‘indiferente’ (‘olhar indiferente’).

5 Dado encontrado no twitter em que um usuário descrevia o olhar de sua gata numa foto; disponível em: <https://twitter.com/Rena/status/128090190639153152>



Figura 1: O olhar ‘caguei’ de Sofia.

O padrão ‘cheguei’ é produtivo na língua; está a serviço de demonstrar impressão sobre um referente. Dentre outros dados produzidos, podemos citar: ‘o olhar curti’⁶ e ‘o verde choquei’⁷. Abaixo, verificamos uma imagem que representa o esmalte da cor verde ‘choquei’:



Figura 2: O verde ‘choquei’.

6 Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/vidadememe/posts/679561092084338>. Acesso em 08/03/2016.

7 Disponível em: https://www.flickr.com/photos/vanessinha_heckler/5454614916/. Acesso em 08/03/2016.

Esses últimos exemplos são típicos casos de estruturas flexionadas que apresentam características de verbo e de adjetivo, o que parece deixar claro que existe um caminho para a mudança de indicação de um evento no tempo (verbo) para a passagem à caracterização de um referente (adjetivo). Além disso, evidenciam que nem sempre é possível uma categorização discreta de uma palavra; esta pode apresentar características de mais uma classe nos enunciados produzidos. Nada impede que, futuramente, surjam novos dados como ‘olhar babei’, ‘olhar visei’, ‘olhar apaixonei’, ‘jeito bolei’, ‘uma cara parei’, ‘uma cara compartilhei’; o padrão está disponível para ser aplicado na produção de adjetivos.

MUDANÇA DE SIGNIFICADO EM FORMAS DE PARTICÍPIO

Vivas (2010) afirma que o particípio passado no português apresenta flutuação categorial, visto que uma forma de particípio não atua apenas como verbo, mas também como adjetivo e como substantivo. O particípio apresenta flutuação categorial ao se comportar como verbo (‘tinha comido’), substantivo (‘a comida está boa’) ou adjetivo (‘o camarão comido’). A seguir, vemos outros exemplos para ilustrar essa flutuação categorial das outras formas nominais e do particípio, que terá o nosso foco nesta seção:

(11)
Infinitivo: Olhar (verbo) → O olhar (substantivo)

(12)
Gerúndio: Orientando (verbo) → O orientando (substantivo)

(13)
Particípio: Babado (verbo) → O lençol babado (adjetivo)/O babado⁸ (substantivo)
Visto (verbo) → O homem visto (adjetivo) / O visto (substantivo)

Quando é classificado como substantivo, é comum, de acordo com Vivas (2010), o particípio passar por especialização semântica. Em outras palavras, essa forma, atuando como substantivo, apresenta, muitas vezes, um significado não composicional⁹; não necessariamente corresponde a um verbo no particípio. Observamos, em (14), a seguir,

8 ‘Babado’ adquire o sentido de “fofoca”: “Ele me contou um babado”.

9 Utilizamos não composicional para indicar que não se ativa um evento verbal com a palavra.

alguns casos de formas participiais que atuam como substantivos e apresentam esse significado não composicional:

(14)

O **imposto** está a cada dia mais caro no Brasil.
 A **comida** daquele restaurante é excelente.
 No churrasco, a **bebida** será por minha conta.
 Essa **cantada**¹⁰ que ela recebeu foi inesquecível.
 Ele está envolvido numa **roubada**.

Nesses dados¹¹, verificamos que, através de participios, os falantes realizam a função de nomear. A rotulação ocorre por metonímia e metáfora. Para a Linguística Cognitiva, metáforas e metonímias são habilidades cognitivas e, por isso, a linguagem cotidiana contém um grande número de expressões e palavras que se fundamentam nessas habilidades conceptuais (LAKOFF; JOHNSON, 1980; LAKOFF, 1987; CROFT, 1993; SILVA, 2006).

Com relação aos dados participiais expostos acima, em ‘imposto’, designa-se uma “taxa cobrada pelo governo”. Essa taxa é nomeada salientando-se apenas o subdomínio de IMPOSIÇÃO; ocorre metonímia (mapeamento intradomínial). Em outras palavras, dentre os diversos aspectos presentes no significado de ‘imposto’ (PREÇO, AUTOR DA COBRANÇA, CAUSA DA COBRANÇA, OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO, IMPOSIÇÃO DA TAXA), apenas o último é posto em relevo.

Em ‘bebida’ e ‘comida’, também ocorre nomeação por metonímia: para designar ALIMENTOS, coloca-se o MODO COMO ELES SÃO INGERIDOS como o aspecto central (subdomínio saliente), deixando-se de lado outras características como PREÇO, GOSTO, RECEITA etc. De acordo com Basilio (2011, p. 102), “a metonímia se revela um instrumento não apenas para a eficiência da comunicação no nível dos enunciados, mas também para a eficiência do léxico enquanto sistema dinâmico provedor de signos nas línguas enquanto sistemas de comunicação”.

10 ‘Cantada’ é o único dado em que verificamos especialização semântica também na função de adjetivo (‘a menina *cantada*’) e de verbo (‘ele tinha *cantado* todas as vizinhas’).

11 Em Vivas (2014), encontramos dados participiais regulares e irregulares que passam por flutuação categorial. Quanto aos regulares, entendemos como formas de participio todos os dados terminados em *-da* ou *-do* que tivessem um verbo correspondente. Desse modo, ‘cantada’ (‘cantar’) e ‘roubada’ (‘roubar’) foram considerados como participios. Já ‘palhaçada’ e ‘meninada’, por não terem verbos correspondentes (‘*palhaçar’, ‘*meninar’), foram entendidos como substantivos em *-ada*.

Nos outros dois exemplos, a nomeação ocorre através de metáfora: entende-se um domínio semântico através de outro. Em ‘cantada’, designa-se a atitude de SEDUZIR ALGUÉM PELAS PALAVRAS através do ato de CANTAR (mapeamento interdominial). Já no último caso, utiliza-se o domínio semântico ROUBO para indicar que a pessoa se encontra numa SITUAÇÃO RUIM, está numa ROUBADA. A motivação para esse uso é que o roubo é visto como algo negativo à sociedade e quem pratica esse ato é punido.

Existe uma série de outros dados de participios passados, regulares e irregulares, que, ao serem categorizados como substantivo, distanciam-se de participios prototípicos. Em (15), a seguir, arrolamos mais alguns exemplos:

(15)

- goleada** (partida em que um time vence o outro com uma diferença de, pelo menos, três gols no placar)
- largada** (início de uma corrida)
- parada** (local em que o ônibus busca passageiros ou significado de coisa: sentido abrangente que pode indicar vários referentes)
- retirada** (ato de retirar algo ou alguém)
- rodada** (marca o momento em que jogam todos os times de um campeonato; uma competição tem, geralmente, várias rodadas ou o momento em que todos bebem em um evento)
- partida** (jogo)
- batida** (bebida alcoólica ou situação em que um veículo bate)
- descoberta** (ato de descobrir algo)
- salgado** (alimento frito ou assado - feito com sal, farinha de trigo etc. - que serve, em geral, como lanche)
- simulado** (uma avaliação-teste que prepara para um concurso)
- dado** (um elemento proveniente de pesquisa ou instrumento utilizado em jogos de tabuleiro)
- mexido** (tipo de comida em que se misturam diversos alimentos)
- visto** (documento que possibilita uma pessoa a viajar para outros países ou marca que atesta ter sido uma prova ou exercício avaliada/observada pelo professor)
- vista** (local onde se observam belezas de uma região ou revisão de uma prova que tem como objetivo a alteração da nota)
- lotada** (percurso de vans ou kombis)
- perseguida** (órgão genital feminino)
- pelada** (partida de futebol não profissional)

USO DE MTA E NP QUE FORMA MARCADORES DISCURSIVOS

Formas modificadas por MTA e NP podem criar marcadores discursivos. No português brasileiro, a atuação como marcadores discursivos ocorre de modo regular com formas em P3. Quanto ao uso modo-temporal, o verbo pode encontrar-se no presente do indicativo ou no pretérito perfeito. Verificamos, a seguir, alguns exemplos¹²:

(16)

Aí, se **liga**, quando vc for ver o ingresso do Asa, me liga.
Saca só, vc tem o exercício de linguística?
 Se **liga**, vou te dar umas dicas...
Olha só, enquanto vocês tavam de bob, eu tava pegando umas minas na rua, safados!
 Então, as pessoas não querem se envolver, *entende*? Você... você pode ver uma turma de... pessoal assim de:... típico de Ipanema por exemplo... muito difícil se o indivíduo não tem assim uma formação mais... é:... humanista..
 Mas, assim, é muito difícil dependendo da natureza da pessoa também **né**¹³?
 Eu me senti numa, num jogo, onde, eu, não era simplesmente, se desse game over, era só continuar de novo, **sabe**? Era a minha vida ali, foi muito, muito esquisito, assim certamente.

(17)

Tudo bem contigo? Espero que sim! Ótima semana pra vc, **falou**? Fui...¹⁴
Viu, foi castigo! Rsr rsrsrs
 Te adoro muito, **viu**?
 Marca um dia pra eu botar fogo no seu colégio, **valeu**?
 isso tudo isso tudo é:... eles tão tentando organizar eles tão tentando imitar a cidade é:... europeia...**entendeu**? que tem essas... essas ruas de pedestres exclusivas e tal...

Essas formas vocabulares no presente do indicativo ou pretérito perfeito do indicativo, utilizadas em P3, adquirem a função de mar-

12 Esses dados foram coletados de interação real no uso da língua no orkut, facebook e em uma entrevista. Os quatro primeiros exemplos foram retirados do facebook e do Orkut com o auxílio de Patrícia Affonso de Oliveira, a quem prestamos nossos agradecimentos. Mantivemos os textos de forma semelhante à sua produção, conservando as convenções da escrita da internet. Os últimos dois dados foram encontrados em uma entrevista gravada no curso de Pós-Graduação da UFRJ na disciplina de Prosódia, ministrada por João Antônio de Moraes. A entrevista foi gravada em laboratório e tinha o objetivo de ter acesso a características prosódicas da fala expressiva. Não havia como foco encontrar esses dados que apontam características derivacionais das marcas de MTA e NP; apenas se pretendia avaliar a fala de uma informante quanto aos parâmetros acústicos.

13 Forma contraída: ‘não’ + ‘é’ (presente do indicativo). No uso, utiliza-se tanto ‘né’ como ‘não é’.

14 Os quatro primeiros dados foram retirados do Orkut e do facebook com o auxílio de Patrícia Affonso de Oliveira. Já o último dado foi coletado da entrevista gravada no curso de Prosódia da UFRJ, indicada anteriormente na nota de rodapé 12.

cadadores discursivos, visto que exercem função pragmática. Freitag (2009, p.2) afirma que os marcadores discursivos “*conquistaram o status de categoria gramatical*” mesmo não sendo descritos na gramática normativa. Segundo Freitag (2009, p.2), os marcadores discursivos devem ser conceituados da seguinte maneira:

itens linguísticos que podem apresentar um duplo funcionamento: tanto de caráter textual – estabelecendo elos coesivos entre partes do texto, como interpessoal – mantendo a interação falante/ouvinte e auxiliando no planejamento da fala (MARCUSCHI, 1989; GORSKI; ROST; DAL MAGO, 2004, entre outros).

Quando utilizam marcadores discursivos como ‘viu’, ‘entendeu’ e ‘sabe’, os locutores verificam a coerência do seu discurso. Em outras palavras, parecem atestar se podem continuar com a mesma progressão temática que estão seguindo ou se necessitam modificar a trajetória do seu texto, rever argumentos, descrições ou utilizar outras estratégias etc.

Fundamentando-se em Martelotta, Votre e Cezário (1996), Freitag (2009, p. 3) demonstra que essas formas verbais que atuam como marcadores discursivos passam por “discursivização”: “o percurso de mudança de itens lexicais pode não acabar com o ganho de funções gramaticais, mas pode continuar em direção a funções de natureza pragmática, ligadas à interação e ao processamento da fala”. Além disso, devem ser denominadas, segundo Macedo e Silva (1996), como requisitos de apoio discursivo, que são “marcadores discursivos de natureza basicamente interpessoal, caracterizados por desempenhar funções relacionadas à organização da fala” (FREITAG, 2009, p.4).

A FLEXÃO VERBAL E A CRIAÇÃO DE PALAVRAS

Geralmente, afirma-se, em morfologia, que marcas flexionais não possibilitam a criação de palavras nas línguas (BOCHNER, 1984; COLNAGHI, 2006; ROSA, 2000). Verificamos que formas verbais que informam conteúdos de MTA e NP podem participar do processo de formação de palavras em português. Existem formas de participípio, gerúndio e infinitivo que alimentam a criação de palavras através do uso de sufixos:

(18)

quebrado > quebradiço**cansado** > cansadíssimo**bolada** > boladona**animada** > animadíssima**babado** > babadão**orientando** > orientandozinho, orientandozão**olhar** > olharzão**andar** > andarzinho¹⁵

Há também formas verbais variadas em modo-tempo-aspecto e número-pessoa que servem de base a processos de composição (‘Maria-vai-com-as-outras’; ‘porta-copos’; ‘guarda-chuva’) e de reduplicação (‘corre-corre’; ‘bate-bate’). Nesses casos, em que as formas verbais servem de base à composição e à reduplicação, os conteúdos de MTA e NP são “presente do indicativo” e “P3”. Como afirma Vialli (2013, p.117), ao descrever o polo formal da reduplicação, a base selecionada, nesse processo, é a P3 do presente do indicativo.

Na composição e na reduplicação, para realizar a nomeação através de uma base verbal, não se parte da variável tema, mas de uma forma conjugada no presente do indicativo (MTA) e P3 (NP)¹⁶. Isso ocorre em compostos do tipo VN (‘porta-copos’, ‘guarda-chuva’, ‘engasga-gato’ – este último nomeando ‘comida rápida para encher que acaba não fazendo bem’); em compostos do tipo VV (‘bate-entope’ – ‘refeição rápida e pesada’, ‘vai-e-vem’, ‘entra-e-sai’) e em formas reduplicadas (‘bate-bate’, ‘puxa-puxa’, ‘pega-pega’).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos, neste capítulo, tornar evidente a necessidade de analisar as marcas morfológicas de MT e NP focalizando o uso. Por mais que essas marcas apresentem, na maioria dos casos, padrões flexionais ao indicarem noções de modo, tempo, aspecto, número e pessoa em eventos verbais, tais partículas também podem ativar outros padrões. O falante pode exercer sua criatividade e, a partir

15 É necessário deixar claro que todos esses exemplos (‘quebradiço’, ‘boladona’, ‘cansadíssimo’, entre outros) não chegam a ser novas palavras, porque o referente é o mesmo. O que se verifica, efetivamente, são bases (formas nominais) com marcas verbais modificadas por sufixos chamados, geralmente, de derivacionais.

16 Usos de verbos irregulares, que apresentam um tema distinto da forma verbal em P3 e PRESENTE DO INDICATIVO, reforçam o argumento de que a base que participa na composição e na reduplicação é uma forma conjugada e não um tema verbal: ‘entra-e-sai’; ‘vai-e-vem’.

do uso de formas modificadas em MTA e NP, realizar mudança de classe, mudança de significado e criação de novas palavras.

Esperamos que surjam estudos para dar conta dos tempos verbais no uso efetivo da língua, considerando diferentes gêneros textuais e contextos em que esses tempos possam ocorrer. Isso seria uma grande contribuição não só aos estudos de morfologia, mas também ao ensino. O aluno, muitas vezes, percebe uma diferença muito grande entre a flexão verbal vista na gramática, nos livros didáticos e aquela efetivamente em uso; pode ser de grande valia a abordagem dessa mudança pelo professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, K. N. M. de. *Um caso de morfologia improdutiva no português do Brasil: a formação de siglas e de acrônimos*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2004.
- _____. *Um estudo sobre as siglas do português do Brasil*. Tese (Doutorado em Linguística). Rio de Janeiro: UFRJ/ Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2009.
- ALBUQUERQUE, L. R.; GONÇALVES, C. A. V. Análise da reduplicação em dados de aquisição: uma abordagem otimalista. In: VIII Congresso Nacional de Filologia e Linguística, 2005, Rio de Janeiro. *Questões de morfossintaxe*. Rio de Janeiro: CiFeFil, 2004, v. 8, p. 45-53.
- ÁLVARO, P. T. *Combinação lexical. Uma análise sócio-cognitiva: Nas raias da recategorização léxico-pragmática*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 71p. mimeo, 2003.
- ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- _____. *Neologismo: criação lexical*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- ARAÚJO, G. A. Morfologia não-concatenativa: os portmanteaus. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 39, 2000, p. 23-35.
- _____. Processos morfológicos marginais no português brasileiro: truncamento e reduplicação. Comunicação apresentada no Colóquio Acento em Português. Campinas: UNICAMP, 2000, mimeo.
- ARONOFF, M. *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1976.
- _____. *Morphology by itself – stems and inflectional classes*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1994.
- ARONOFF, M.; ANSHEN, F. Morphology and the lexicon. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. (Ed.). *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 235-247.
- ARONOFF, M.; FUDEMAN, K. *What is morphology?* Oxford: Blackwell, 2005.
- AUGÉ, M. *Les domaines de la parenté*. Paris: François Maspero, 1975.
- AZEREDO, J. C. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BASÍLIO, M. Cruzamentos vocabulares: o fator humorfológico. *X Congresso da ASSEL-RIO*. Rio de Janeiro, 35 p. mimeo, 2003.

- _____. A Fusão Vocabular como Processo de Formação de Palavras. *Anais do IV Congresso Internacional da ABRALIN*, 2005.
- _____. O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais. *Veredas* (UFJF), Juiz de Fora, v. 1, p. 9-21, 1997.
- _____. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.
- BAUER, L. *Introducing linguistic morphology*. Washington DC: Georgetown University Press, 2003.
- _____. *English word formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- BEARD, R. Derivation. In: SPENCER, A.; ZWICKY, A. (Ed.). *The handbook of morphology*. Oxford: Blackwell, 1998, p. 44-65.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- BECKMAN, J. N. *Positional Faithfulness*. PhD. Dissertation, University of Massachusetts: Amherst, 1998.
- BELCHOR, A. P. V. *A Morfologia Prosódica Circunscritiva aplicada ao truncamento no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- _____. *Construções de truncamento no português do Brasil: análise estrutural à luz da Teoria da Otimidade*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- BENUA, L. Identify effects in morphological truncation. In: BECKMAN, J. (Ed.). *Papers in Optimality Theory*, Massachusetts, v.18, n. 1, p. 77-136, 1995.
- BOCHNER, Harry. Inflection within derivation. *The Linguistic Review* 3, p. 411-421, 1984.
- BOOIJ, G. *The grammar of words*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- BRINTON, L.; TRAUOGOTT, E. C. *Lexicalization and Language Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2005.
- BRITO, Cristina. *Hipocorístico: um identificador ou apenas um tratamento carinhoso?*, 2003. Disponível em: www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno06-09.html Acesso em: 01 ago. 2008.
- CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de Filologia e Gramática referente à língua portuguesa*. 5. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1973.
- _____. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- CARONE, F. de B. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1989.
- COLINA, S. *Spanish truncation processes: the emergency of the unmarked*. *Linguistics*, v. 34, n.1, p. 1199-218, 1996.
- COLLISCHONN, G. Epêntese vocálica e restrições de acento no português do sul do Brasil. *SIGNUM: Estudos Linguísticos*, Londrina, n. 7/1, p. 61-78, jun. 2004.
- _____. O acento em português. In: BISOL, L. (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2005, p. 135-169.
- _____. Proeminência acentual e estrutura silábica: seus efeitos em fenômenos do português brasileiro. In: ARAÚJO, G. A. de (Org.). *O acento*

- em português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007, p. 195-223.
- COLNAGHI, Carmen. *Flexão e Derivação: um labirinto gramatical*. Passo Fundo, UPF, 2006.
- CORBIN, D. *Morphologie dérivationnelle et structuration du lexique*. Tübingen: Niemeyer, 1987.
- COUTO, H. H. do. A reduplicação em português. *Lusorama*. 1999.
- _____. A reduplicação nos crioulos portugueses. In: D'ANDRADE, Ernesto; MOTA, Maria A.; PEREIRA, Dulce (Org.). *Crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, p. 61-80, 2000.
- CRISTÓFARO-SILVA, T. *Dicionário de fonética e fonologia*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CROFT, William. The role of domains in the interpretation of metaphors and metonymies. *Cognitive Linguistics* 4-4, p. 335-370, 1993.
- CRYSTAL, David. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. 4. ed., London: Copyright, 1997.
- CUERCA M. J.; HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva*, 1. ed. Barcelona: Ariel, 1999.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: FAE, 1985.
- FANDRYCH, I. *Non-Morphematic Word-Formation Processes: A Multi-Level Approach to Acronyms, Blends, Clippings and Onomatopoeia*. Unpublished PhD Thesis, University of the Free State, Bloemfontein, 2004.
- _____. *Submorphemic Elements in the Formation of Acronyms, Blends and Clippings*. In *Lexis – E-Journal in English Lexicology* 2: Submorphemics, 2008.
- FREITAG, R. M. K. Estratégias gramaticalizadas de interação na fala e na escrita: marcadores discursivos revisitados. *ReVEL*, v. 7, n. 13, 2009.
- GARCIA, D. *La oralidad en el discurso narrativo escrito de adolescentes mexicanos : el fenómeno lingüístico de la repetición*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.
- GOLDSMITH, J. *The aims of autosegmental phonology*. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1976.
- GONÇALVES, C. A. Interface morfologia-fonologia: teorias, abordagens e temas. *Cadernos de Letras da UFF*, 2013.
- GONÇALVES, C. A. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *Signum: Estudos de Linguagem*, v. 15, p. 169-199, 2012.
- _____. *Introdução aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011a.
- _____. Construções truncadas no português do Brasil: das abordagens tradicionais à análise por ranking de restrições. In: Collischonn, Gisela; Battisti, Elisa. (Org.). *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. Porto Alegre: EDUCAT, 2011b, p. 293-327.

- _____. A morfologia autosegmental e o tratamento não-linear da reduplicação. In: MARÇALO, M. J.; LIMA-HERNANDES, M. C.; ESTEVES, E.; FONSECA, M. C.; VILELA, A. L.; GONÇALVES, O.; SILVA, A. (Ed.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, p. 35-49, 2010.
- _____. Retrospectiva dos estudos em Morfologia Prosódica: das circunscrições e regras à abordagem por ranking de restrições. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, v. 53, p. 195-221, 2009.
- _____. Relações de identidade em modelos paralelistas: morfologia e fonologia. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 75-119, 2005.
- _____. Processos morfológicos não-concatenativos: formato prosódico e latitude funcional. *Alfa (ILCSE/UNESP)*, Araraquara, v. 48, n. 2, p. 30-66, 2004a.
- _____. Uma análise “simpática” da pluralização em português: otimizando a teoria da simpatia. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga (Portugal), v. 8, n. 1, p. 88-107, 2004b.
- _____. Blends lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas (UFJF)*. v. 14, n. 1, 2003a, p. 16-35a.
- _____. A função indexical das formações X-íssimo, X-ésimo e X-érrimo no português do Brasil. *Veredas*, Juiz de Fora (UFJF), v. 5, n. 2, p. 47-59, 2003b.
- _____. Condições de minimalidade no molde da hipocorização. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 10-32, 2004c.
- _____. Falara-se mais-que-perfeito: estudo presente do tempo pretérito. *Revista Alfa (ILCSE/UNESP)*, Araraquara, v. 1, n. 37, p. 135-142, 1993.
- GONÇALVES, C. A. V. ; ASSUNCAO, F. P. A humorfologia dos cruzamentos vocabulares em Português: análise da coluna de Agamenon, de o Globo. *Veredas (UFJF)*, v. 13, p. 57-71, 2009.
- GONÇALVES, C. A. V. ; ALMEIDA, M. L. L. Bases semântico-cognitivas para a diferenciação de cruzamentos vocabulares em português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P. 2007.
- GONÇALVES, C. A. V. ; ALMEIDA, M. L. L. Cruzamento vocabular no português brasileiro: aspectos morfo-fonológicos e semântico-cognitivos. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, Faculdade de Filosofia da U.C.P. v. 8, n. 1/2, p. 151-170, 2004.
- GONÇALVES, C. A. V.; LIMA, B. C.; SILVA, H. T. A hipocorização no português do Brasil: análise por padrões gerais de formação. In: GONÇALVES, Carlos Alexandre *et alii.* (Org.). *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. 1 ed. Rio de Janeiro: Publít, 2009, p. 115-151.
- GORSKI, Edair; ROST, Cláudia Andréa ; DAL MAGO, Diane. Aspectos pragmáticos da mudança via gramaticalização. In: CHRISTIANO, Maria Elizabeth; SILVA, Camilo Rosa; HORA, Dermevalda. *Funcionalismo e gramaticalização: teoria, análise, ensino*. João Pessoa: Ideia, p. 29-64, 2004.

- GUILBERT, L. Fondements lexicologiques du dictionnaire. In: ---. *Grand Larousse de la langue française en six volumes* (p. IX–LXXXI). Paris: Larousse, 1971.
- HASPELMATH, M. *Understanding Morphology*. London: Arnold, 2002.
- HAYES, B. *Metrical stress theory: principles and case studies*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- HENRIQUES, C. C. *Morfologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KEHDI, V. *Formação de palavras em português*. São Paulo: Ática, 1987.
- KEMMER, S. Schemas and Lexical Blends. In: H. Cuickens et alii (Org.). *Motivation in Language*. John Benjamins, Amsterdam/Philadelphia, 2003.
- KEY, H. Some semantic functions of reduplication in various languages. *Anthropological linguistics*, New York, v. 2, n. 1, p. 23-45, 1965.
- KIYOMI, S. A new approach to reduplication: a semantic study of noun and verb reduplication in the Malayo-Polinesian languages. *Linguistics*, Massachusetts, v. 23, n. 1, p. 234-257, 1995.
- LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*. Chicago, The University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago, The University of Chicago Press, 1980.
- LAROCA, Maria de Nazaré Carvalho. *Manual de Morfologia do português*. Campinas, Pontes; Juiz de Fora, UFJF, 1994.
- LEE, S. H. O acento primário no português: uma análise unificada na Teoria da Otimalidade. In: ARAÚJO, G. A. de (Org.). *O acento em português: abordagens fonológicas*. São Paulo: Parábola 2007, p. 121-143.
- _____. Sobre os compostos do PB. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 3, n.1, 1997.
- LIMA, B. C. *A formação de ‘Dedé’ e ‘Malu’: uma análise Otimalista de dois padrões de hipocorização*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Realização fonética de acrônimos no português brasileiro: uma abordagem morfofonológica através da Teoria da Otimalidade*. Tese (Doutorado em Letras (Letras Vernáculas)), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- LIMA, B. C.; THAMI DA SILVA, H. Processos não-lineares de formação de palavras: os “mal-comportados” do português. *Revista Souza Marques*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 24, 2011.
- MACEDO, Alzira Tavares; SILVA, Gisele Machline de Oliveira. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia Nívea; MOLLICA, Maria Cecília. *Variação e discurso*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 11-50, 1996.
- MARANTZ, A. Reduplication. *Linguistic Inquiry*, MA: MIT, 21 (1): 435-483, 1982.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Marcadores conversacionais do português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Português Culto falado no Brasil*. Campinas, Editora Unicamp, p. 281-319, 1989.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE; Sebastião Josué, CEZÁRIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- MATTHEWS, P. H. *Inflectional Morphology: A theoretical study based on aspects of Latin verb conjugation*. Cambridge, GR. Brit.: Cambridge University Press, 1972.
- _____. *Morphology. An introduction to the theory of word-structure*. 2nd ed. Cambridge, GR. Brit.: Cambridge University Press, 1991.
- McCARTHY, J. *Prosodic morphology*. Amherst: University of Massachusetts and Brandeis University, 1986.
- _____. *A prosodic theory of nonconcatenative morphology*. *Linguistic Inquiry* 12, Cambridge, MA: MIT, 1981, p. 373-418.
- McCARTHY, J. J.; PRINCE, A. S. Faithfulness and reduplicative e identity. In: BECKMAN, J.; DICKEY, L.; URBANCZYK S. (Org.). *Papers in Optimality Theory*. Amherst: GLSA, 1995. p. 333-379.
- MENDES, S. M. Variação na adaptação fonética da sequência final –ing do inglês: abordagem por ranking de restrições. In: GONÇALVES, C. A. et alii. (Org.). *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 99-111.
- MONTEIRO, J. L. *Dicionário de hipocorísticos*. Disponível em www.geocities.com/Paris/cathedral/1036, 1999. Acesso em: 08 ago. 2016.
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. 2ª ed. Fortaleza: EdUFC, 1987.
- _____. Processos de formação dos hipocorísticos. *Revista da Academia Cearense da Língua Portuguesa*. Fortaleza, 4:79-110, 1983.
- NUNBERG, G. 2003. Onacronyms. *Language and Linguistic Theory*, v. 8, n.1, p. 209-284, 1990.
- PIÑEROS, C. E. *Word-blending as a case of non-concatenative morphology in spanish*. Rutgers: Rutgers University, 2000.
- PLAG, I. *Word-formation in English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.
- ROCHA, L. C. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- RODRIGUES, M. C. Análise otimalista da dissolução dos hiatos em português. In: GONÇALVES, C. A. et alii. (Org.). *Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português*. Rio de Janeiro: Publit, 2009, p. 57-76.
- ROSA, M. C. É morfologia?. In: *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, v. 4, 2009, p. 45-58.

- _____. *Introdução à Morfologia*. São Paulo, Contexto, 2000.
- SÂNDALO, M. F. S. Morfologia. In: MUSSALIN, F. ; BENTES, A. C. (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v. 1, 5. ed. São Paulo: Cortez, p. 181-206, 2005.
- SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Scientia et Labor/Ícone, 1988.
- _____. *Morfologia geral*. São Paulo: Contexto, 1990.
- _____. *Morfologia lexical*. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANTOS, J. B. A. *Morfopragmática das formações truncadas no português do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- SILVA, Augusto Soares da Silva. *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*. Coimbra: Almedina, 2006.
- SILVEIRA, C. M. G. F. *Cruzamento Vocabular em Português: Acaso ou Processo?* Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 67 p., mimeo, 2002.
- SPENCER, A. *Morphological theory*. Cambridge: Brasil Blackwell, 1991.
- ŠTEKAUER, P. *An Onomasiological Theory of English Word-Formation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1998.
- STOCKWELL, R.; MINKOVA, D. *English Words: History and Structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- SZYMANEK, B. The latest trends in English word-formation. In: Štekauer, P. ;Lieber, R. (Ed.). *The Handbook of Word-Formation*. Netherlands: Springer, 429-448, 2005.
- THAMI DA SILVA, H. *A abordagem Otimalista da hipocorização com padrão de cópia à esquerda*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- _____. *Por uma abordagem unificada da hipocorização: análise otimalista*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- THORNTON. A. M. *Italian verb-verb reduplicative action nouns*. Italy: Facoltà di Lettere e Filosofia, 2008.
- VAZQUEZ, R. P.; GONÇALVES, C. A. V. Fla X Flu no Maraca: uma análise otimalista do truncamento no português do Brasil. In: Silva, J. P. da. (Org.). *Questões de morfosintaxe*. 1 ed. Rio de Janeiro: CiFeFil, 2005, v. 8, p. 56-64.
- VIALLI, L. A. D. *Reduplicação de base verbal: uma análise pela morfologia construcional*. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- _____. A reduplicação em língua portuguesa: análise do baby-talk. In: GONÇALVES, C. A. V. et alii. *Otimalidade em foco: morfologia e fonologia do português*. Rio de Janeiro: Publít, 2011.
- _____. *Reduplicação em baby-talk: uma análise morfo-prosódica*. Dissertação (Mestrado): Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

- VILALVA, A.; GONÇALVES, C. A. V (no prelo). The phonology and morphology of Word-formation. In: WETZELS, L. et al. (Org.). *The Handbook of Portuguese Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- VILELA, M. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra, Almedina, 1979.
- VILLALVA, A. *Morfologia do português*. Lisboa: Universidade Aberta, 2008.
- VIVAS, Vítor de Moura. A instabilidade categorial do particípio passado: uma visão cognitivista. In: ALMEIDA, Maria Lucia Leitão de et al. *Linguística Cognitiva em Foco: morfologia e semântica do português*, , capítulo 4, Rio de Janeiro, Publit, 2010.
- WIERZBICKA, A. Italian reduplication: cross-cultural pragmatics and illocutionary semantics. *Linguistics*, v. 24, n. 2, p. 287-315, 1986.

SOBRE OS AUTORES

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves é professor da Faculdade de Letras da UFRJ desde 1994, instituição em que se doutorou em 1997 e na qual atua, desde 1998, no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Tem pós-doutoramento, subvencionado pelo CNPq, em interface morfologia-fonologia (UNICAMP, 2001). É pesquisador da área de Linguística, com ênfase em morfologia e fonologia do português, atuando, principalmente, nos seguintes temas: fronteiras internas da morfologia, morfologia não-concatenativa, interface morfologia-fonologia e processos de formação de palavras. É coordenador do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português) e Professor Associado IV da UFRJ. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq desde 2000 e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ a partir de 2013.

Ana Paula Victoriano Belchor é doutor e mestre em Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui Bacharelado em Letras (Português/Literatura) pela mesma instituição. É Professor Adjunto IA da Universidade Federal do Rio de Janeiro e integrante do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português). Bruno Cavalcanti Lima é doutor e mestre em Língua Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), possui Bacharelado e Licenciatura em Letras (Português/Espanhol) pela mesma instituição. É pesquisador associado ao NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português) e integra o projeto de pesquisa denominado “Questões de interface morfologia-fonologia: a concatenação morfológica e os processos de fronteira”. Desde agosto de 2010, é professor efetivo de Língua Portuguesa e Literatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).

Hayla Thami Lage é professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ). Graduada em Letras Português-Espanhol pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Membro do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português).

Katia Emmerick Andrade possui graduação em Letras pela Universidade Estácio de Sá (2003), mestrado e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008 e 2013). Atualmente é professora de Língua Portuguesa do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando principalmente nos seguintes temas: cruzamentos vocabulares, otimalidade, morfologia não-concatenativa, continuum composição-derivação.

Luciana de Albuquerque Daltio Vialli possui bacharelado em Português-Francês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), Licenciatura em Língua Portuguesa e Francesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006), mestrado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008) e doutorado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Atualmente é docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, atuando principalmente nos seguintes temas: baby-talk, reduplicação, teoria da otimalidade, base verbal e gramática das construções.

Vitor de Moura Vivas possui graduação em Bacharelado e Licenciatura em Letras - Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi bolsista CAPES e FAPERJ NOTA 10 no Mestrado e Professor Substituto de Língua Portuguesa pela UFRJ e pela UERJ. Desde junho de 2011, é Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Além disso, terminou o Doutorado na UFRJ com bolsa da Capes. Participa como integrante do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP) na linha de pesquisa “Linguística cognitiva aplicada à morfologia”.

